



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Faculdade de Ciências Econômicas
Programa de Pós Graduação em Ciências Econômicas

Julia Maria Novaes Dias

**Indústrias criativas no Brasil: mapeamento de aglomerações
produtivas (*clusters*) potenciais e sua contribuição para o
desenvolvimento local**

Rio de Janeiro

2018

Julia Maria Novaes Dias

**Indústrias criativas no Brasil: mapeamento de aglomerações produtivas
(clusters) potenciais e sua contribuição para o desenvolvimento local**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Carolina da Cruz Lima

Rio de Janeiro

2018

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CCS/B

D541 Dias, Julia Maria Novaes.
Indústrias criativas no Brasil: mapeamento de aglomerações produtivas (clusters) potenciais e sua contribuição para o desenvolvimento local / Julia Maria Novaes Dias. – 2018.
100 f.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Ana Carolina da Cruz Lima.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Ciências Econômicas.

Bibliografia: f.91-95.

1. Economia – Brasil – Teses. 2. Organização industrial (Teoria econômica) – Teses. 3. Conglomerados (empresas) – Teses. 4. Distritos industriais – Teses. I. Lima, Ana Carolina da Cruz. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Ciências Econômicas. III. Título.

CDU 33:658 (81)

Bibliotecária: Luciana Zöhler CRB7/5643

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação.

Assinatura

Data

Julia Maria Novaes Dias

**Indústrias criativas no Brasil: mapeamento de aglomerações produtivas
(clusters) potenciais e sua contribuição para o desenvolvimento local**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Políticas Públicas.

Data de aprovação: 01 de março de 2018.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Ana Carolina da Cruz Lima

Faculdade de Ciências Econômicas – UERJ

Profa. Dra. Ângela Moulin Simões Penalva Santos

Faculdade de Ciências Econômicas – UERJ

Prof. Dr. Jorge Nogueira de Paiva Britto

Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço primordialmente à profa. Ana Carolina, por ter acreditado em minha pesquisa desde o nosso primeiro contato. Por ter me orientado não só com o trabalho acadêmico, mas em todo o processo de amadurecimento pelo qual eu passei neste período. Seu apoio e incentivo, sem dúvidas, foram fundamentais para a conclusão do mestrado e para o ingresso no programa de doutorado. Levarei sempre em minha caminhada o seu exemplo de professora, orientadora e da profissional irretocável que é.

Aos mestres do PPGCE/UERJ, pela contribuição ímpar que cada um teve em minha formação, pelos ensinamentos e pelo estímulo a segui-los na carreira acadêmica. À Rosângela pela ajuda precisa em todos os momentos.

Aos colegas que me acompanharam nessa árdua jornada e em especial, aos amigos Juliana, Leandro, Lucas e Luís, que se tornaram minha família quando estive longe de casa.

À FAPERJ pelo financiamento da minha bolsa de pesquisa e à UERJ por resistir bravamente diante da atual conjuntura.

Por fim, agradeço aos meus pais por acreditarem em mim e me apoiarem incondicionalmente em minhas escolhas. À minha irmã, por me inspirar a pesquisar sobre a Economia Criativa e aos meus tios, por terem se tornado meu porto seguro durante a minha estadia no Rio de Janeiro.

As cidades são como caldeirões para a criatividade, são os veículos para mobilização, concentração e canalização da energia criativa humana.

Richard Florida

RESUMO

DIAS, Julia Maria Novaes. **Indústrias criativas no Brasil**: mapeamento de aglomerações produtivas (*clusters*) potenciais e sua contribuição para o desenvolvimento local. 2018. 1 v. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Econômicas, Departamento de Economia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Partindo-se do pressuposto de que a criatividade é um recurso chave em uma economia baseada no conhecimento, o presente trabalho teve como objetivo a identificação de áreas com sinais potenciais de aglomerações produtivas relacionadas ao setor criativo no Brasil e sua provável contribuição para o desenvolvimento local. Utilizou-se o método de análise multivariada de agrupamentos para a estimação de grupos de municípios aproximadamente homogêneos em termos de dinamismo e criatividade, empregando-se os microdados dos Censos Demográficos do IBGE, para os anos 2000 e 2010. Foram encontrados três agrupamentos principais classificados, respectivamente, como *grande polo criativo nacional*, *polo criativo nacional* e *polo criativo regional*, demonstrando um potencial para formação de aglomerados produtivos do setor. As cidades que formaram tais agrupamentos se destacam devido à sua infraestrutura urbana; robustez institucional; governança; presença de mão de obra especializada; posição na hierarquia urbana e proximidade ao eixo mais dinâmico do país. A contribuição do estudo para a pauta de políticas públicas se dá devido à importância que o setor criativo possui no desencadeamento de efeitos econômicos positivos nas suas respectivas localidades, além de apontar uma agenda de estudos futuros relacionada à análise da efetividade de existência de tais aglomerados produtivos, cujo potencial de crescimento foi identificado.

Palavras-chave: Economia criativa. Aglomerados produtivos. Desenvolvimento regional e urbano.

ABSTRACT

DIAS, Julia Maria Novaes. **Creative industries in Brazil**: mapping potential clusters and their contribution to local development. 2018. 1 v. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Econômicas, Departamento de Economia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Based on the assumption that creativity is a key resource in a knowledge-based economy, the current work aimed to identify areas with potential signs of clusters related to the creative sector in Brazil and their likely contribution to local development. The multivariate clustering analysis was utilized to estimate clusters of approximately homogeneous municipalities in terms of dynamism and creativity, employing microdata from IBGE's Demographic Census for the years 2000 and 2010. We found three main clusters classified, respectively, as a *large national hub*, *national creative hub* and *regional creative hub*, demonstrating a potential for formation of productive clusters of the sector. The cities that formed such groups stand out because of their urban infrastructure; institutional robustness; governance; presence of skilled labor; position in the urban hierarchy and proximity to the most dynamic region of the country. The contribution of the study to the public policy agenda is due to the importance that the creative sector has in triggering positive economic effects in their respective localities, besides pointing out an agenda of future studies related to the analysis of the effectiveness of existence of such clusters, whose growth potential was identified.

Keywords: Creative economy. Clusters. Regional and urban development.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 – Distribuição Territorial da Hierarquia Urbana Nacional - REGIC/2007 | 44 |
| Figura 2 – Taxa de Esgotamento Sanitário (Brasil, 2000/2010) | 55 |
| Figura 3 – Rendimento Médio do Trabalho Principal (Brasil, 2000/2010)..... | 57 |
| Figura 4 – Índice de Gini (Brasil, 2000/2010) | 59 |
| Figura 5 – Proporção da População Abaixo da Linha da Pobreza (Brasil, 2000/2010) | 61 |
| Figura 6 – Taxa de Formalidade no Brasil (Brasil, 2000/2010)..... | 64 |
| Figura 7 – Taxa de Formalidade no Setor Criativo (Brasil, 2000/2010) | 65 |
| Figura 8 – Taxa de Qualificação em nível Médio (Brasil, 2000/2010) | 69 |
| Figura 9 – Taxa de Qualificação Superior (Brasil, 2000/2010) | 70 |
| Figura 10 – Taxa de Qualificação Superior no Setor Criativo (Brasil, 2000/2010).... | 73 |
| Figura 11 – Taxa de Qualificação em nível de Pós-Graduação no Setor Criativo (Brasil, 2000/2010) | 74 |
| Figura 12 – Proporção de Pessoal Ocupado no Setor Criativo (Brasil, 2000/2010) . | 76 |
| Figura 13 – Taxa de Cursos Superiores Criativos (Brasil, 2000/2010)..... | 78 |
| Figura 14 – Dendograma (20 ramos superiores) para a Análise de Grupamento (2000)..... | 82 |
| Figura 15 – Dendograma (20 ramos superiores) para a Análise de Grupamento (2010)..... | 82 |
| Figura 16 – Distribuição territorial das aglomerações criativas (Brasil, 2000) | 85 |
| Figura 17 – Distribuição territorial das aglomerações criativas (Brasil, 2010) | 86 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----|
| Quadro 1 – Modelos de Indústrias Criativas | 18 |
| Quadro 2 – Classificação CNAE 2.0 de Atividades Criativas | 40 |
| Quadro 3 – Categorias REGIC/2007 | 43 |
| Quadro 4 – Quantidade de municípios por categoria | 46 |
| Quadro 5 – Indicadores municipais | 48 |
| Quadro 6 – Cidades que compõe o grupo 1 (ano 2000) | 98 |
| Quadro 7 – Cidades que compõe o grupo 2 (ano 2000) | 98 |
| Quadro 8 – Cidades que compõe o grupo 3 (ano 2000) | 99 |
| Quadro 9 – Cidades que compõe o grupo 4 (ano 2000) | 99 |
| Quadro 10 – Cidades que compõe o grupo 5 (ano 2000) | 99 |
| Quadro 11 – Cidades que compõe o grupo 6 (ano 2000) | 100 |
| Quadro 12 – Cidades que compõe o grupo 1 (ano 2010) | 100 |
| Quadro 13 – Cidades que compõe o grupo 2 (ano 2010) | 101 |
| Quadro 14 – Cidades que compõe o grupo 3 (ano 2010) | 101 |
| Quadro 15 – Cidades que compõe o grupo 4 (ano 2010) | 101 |
| Quadro 16 – Cidades que compõe o grupo 5 (ano 2010) | 102 |
| Quadro 17 – Cidades que compõe o grupo 6 (ano 2010) | 102 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1 – Estatísticas Descritivas..... | 53 |
| Tabela 2 – Quantidade de municípios em cada grupo (2000)..... | 83 |
| Tabela 3 – Taxas médias para os respectivos grupos (2000)..... | 83 |
| Tabela 4 – Quantidade de municípios em cada grupo (2010)..... | 84 |
| Tabela 5 – Taxas médias para os respectivos grupos (2010)..... | 84 |

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| 1. REFERENCIAL TEÓRICO: ECONOMIA CRIATIVA, CIDADES E AGLOMERAÇÃO PRODUTIVA | 13 |
| 1.1 Economia criativa: conceitos fundamentais | 13 |
| 1.2 Setor criativo e dinâmica espacial: a importância do ambiente urbano-metropolitano | 22 |
| 1.3 Aglomerações produtivas, vantagens locacionais e dinâmica regional ... | 25 |
| 2. ECONOMIA CRIATIVA NO BRASIL | 33 |
| 3. METODOLOGIA E BASE DE DADOS | 38 |
| 3.1 Indústrias criativas: definição dos setores de atividade produtiva | 39 |
| 3.2 Hierarquia urbana brasileira: as Regiões de Influência das Cidades (REGIC) | 42 |
| 3.3 Indicadores municipais: infraestrutura, desenvolvimento socioeconômico e do setor criativo | 47 |
| 3.4 Modelo de análise multivariada de agrupamentos | 48 |
| 4. INDÚSTRIAS CRIATIVAS NO BRASIL: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL, POTENCIAL PRODUTIVO E DESENVOLVIMENTO | 52 |
| 4.1 Dinâmica socioeconômica e o setor criativo no Brasil: caracterização de padrões regionais específicos | 52 |
| 4.2 Aglomerações Criativas no Brasil: mapeamento de áreas potenciais e dinamismo local | 80 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 91 |
| REFERÊNCIAS | 93 |
| APÊNDICE | 98 |

INTRODUÇÃO

Diante da eclosão de diversos eventos contemporâneos, tais como a intensificação da globalização, o surgimento das novas mídias, a limitação dos modelos econômicos clássicos voltados para os mercados, e o surgimento de modelos que valorizam o conhecimento como ativo estratégico, a Economia Criativa encontrou um terreno amplo para se desenvolver (REIS, 2012). Nesse contexto, a criatividade passa a ser reconhecida cada vez mais como um recurso básico e imprescindível para o desenvolvimento local.

A teoria preconizada por Florida (2005, p. 35, tradução nossa) considera a “[...] criatividade como uma característica humana fundamental e intrínseca. No sentido real, [o autor afirma que] todos os seres humanos são criativos e todos são potencialmente membros da classe criativa”¹. Portanto, para Florida (2005), o grande desafio do nosso tempo é o de encontrar mecanismos e estratégias para acender a chama criativa dentro de cada indivíduo. Acredita-se que se ela for adequadamente estimulada, possui a capacidade de alimentar a cultura, gerar desenvolvimento baseado na população local e se tornar um ingrediente chave para criar emprego, inovação e comércio para as respectivas localidades. Além disso, a economia criativa ainda traz consigo benefícios não monetários, tais como inclusão social, diversidade cultural e sustentabilidade ambiental (UNCTAD, 2013).

Muitas são as divergências entre os conceitos relacionados ao tema, bem como a noção de “indústria criativa”, cujas definições variam de acordo com a intenção de cada localidade, em termos de políticas públicas. Destaca-se a designação da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), que inclui desde atividades com um forte componente artístico, até qualquer atividade econômica que gere produtos simbólicos com uma forte dependência em propriedade intelectual.

Segundo Taylor (2013), a economia criativa tem se tornado um assunto fortemente ligado ao imaginário de política regional, tornando-se uma temática de

¹ O texto em língua estrangeira é: “*creativity as a fundamental and intrinsic human characteristic. In a real sense, all human beings are creative and all are potentially members of the Creative Class*”.

destaque no debate acadêmico internacional ao longo dos últimos anos. A Economia Criativa interage com inúmeras questões de interesse da Economia Regional, a saber: a relação centro-periferia e seus efeitos; proximidade e economias de aglomeração; cadeias de valor; culturas de inovação e empreendedorismo; entre outros.

Dentro do contexto da Economia Regional, destaca-se que tais indústrias tendem a se organizar em aglomerações produtivas, se beneficiando de sua proximidade por intermédio de reduções de custos, melhorias de qualidade, partilha de força de trabalho e de informação, além de se depararem com um forte potencial para inovação devido à concentração espacial dos recursos produtivos.

Nessa perspectiva, o objetivo da dissertação é identificar áreas com sinais potenciais de aglomerações produtivas relacionadas ao setor criativo no Brasil e sua provável contribuição para o desenvolvimento local. Destaca-se que tais atividades tendem a ser intensivas em capital humano (e artístico), inovação, tecnologia, capacidade empreendedora, etc., fatores que tendem a se concentrar em ambientes urbanos e metropolitanos, foco da análise. Para a consecução do objetivo proposto serão estimados modelos multivariados de análises hierárquicas de grupamento para os municípios brasileiros entre 2000 e 2010, o que viabilizará a identificação, por grau de similaridade, das áreas com potenciais aglomerações produtivas no setor criativo e sua contribuição para a dinâmica socioeconômica local.

A dissertação está organizada em quatro blocos principais, além dessa introdução. O primeiro bloco apresenta seu referencial teórico, que é dividido em três subitens, com a finalidade de compilar os principais argumentos que formam a base para o trabalho. O segundo capítulo é composto pelo referencial empírico, que traz a inspiração metodológica para o desenvolvimento do objeto de pesquisa e contextualiza a discussão para o caso brasileiro. O terceiro capítulo apresenta de forma mais detalhada o objetivo do trabalho, descreve a metodologia utilizada na pesquisa – análise multivariada de aglomerados – e as principais características da base de dados utilizada. O capítulo posterior realiza uma caracterização do setor criativo no Brasil e analisa os resultados gerados pelas técnicas hierárquicas de grupamento, com o intuito de mapear os potenciais aglomerados produtivos criativos no país e sua dinâmica socioeconômica. Em seguida, são realizadas as considerações finais da análise, expondo também as contribuições que o trabalho pode trazer em termos de políticas públicas e estudos acadêmicos.

1. REFERENCIAL TEÓRICO: ECONOMIA CRIATIVA, CIDADES E AGLOMERAÇÃO PRODUTIVA

1.1 Economia criativa: conceitos fundamentais

A definição acadêmica de “economia criativa” e sua delimitação dentro da Economia ainda estão em aberto. Diferentes conceitos e modelos para mensuração fazem parte das discussões contemporâneas, cujos estudos e interesse mundial cresceram significativamente a partir da década de 1990 (CARDOSO, 2013).

Uma das definições de “economia criativa” mais difundida atualmente é a da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e da UNCTAD, instituições ligadas à Organização das Nações Unidas (ONU). Segundo os órgãos supracitados, as atividades econômicas criativas localizam-se na intersecção das artes, da cultura, dos negócios e da tecnologia, compreendendo o ciclo de criação, produção e distribuição de bens e serviços que utilizam o conhecimento e a criatividade como seus principais insumos (UNCTAD, 2013).

Segundo UNCTAD (2013), as indústrias criativas são, em geral, responsáveis ambientalmente e concentradas em grandes áreas metropolitanas, além de empregarem trabalhadores qualificados e dependerem de processos e instituições culturais informais. Acredita-se que além de gerarem benefícios econômicos para os locais onde estão localizadas, elas também geram benefícios não mensuráveis, ao melhorarem sua qualidade de vida, sua imagem e prestígio.

O mesmo relatório, que se tornou a referência internacional nos estudos da área, entende a cultura e a criatividade como condutores do desenvolvimento. Tal condução refere-se à capacidade das suas indústrias de gerar valor econômico, em termos de criação de empregos e pela forma como estimulam a emergência de novas ideias e tecnologias. Os benefícios não monetários intrínsecos nesses processos estão ligados às mudanças geradas quando indivíduos e comunidades podem tomar posse de seus próprios processos de desenvolvimento, incluindo o uso de recursos locais, talentos, conhecimento e expressões culturais. Isso contribui para reforçar o

capital social de uma comunidade, o que resulta em desenvolvimento social e econômico inclusivo, sustentabilidade e segurança (UNCTAD, 2013).

Dentro do arcabouço teórico econômico, Serra e Fernandez (2014) ressaltam que a economia criativa integra a economia do conhecimento, campo de pesquisa que é na maioria das vezes explorado por economistas de tradição neoschumpeteriana. Como destacam Lastres e Ferraz (1999 apud SERRA; FERNANDEZ, 2014), os pressupostos da Teoria Econômica Neoclássica, não são compatíveis com a inserção da informação e do conhecimento em seus modelos, pois os consideram exógenos ao processo econômico.

Desta forma a economia criativa se apresenta como um novo campo de estudo, que aborda importantes questões como: as características dos produtos criativos e suas respectivas cadeias produtivas; a função da criatividade e dos talentos individuais na produção; questões relacionadas aos direitos de propriedade intelectual e sua potencial geração de valor; a correlação entre arte e tecnologia; questões relacionadas à formação de aglomerados produtivos e as consequentes novas configurações das cidades (SERRA; FERNANDEZ, 2014).

O crescente interesse pelo tema se deu em decorrência da publicação de importantes obras, principalmente a partir dos anos 2000, que traziam o assunto para o debate contemporâneo e levantavam diferentes conceitos dentro do estudo da criatividade, tais como “Indústrias Criativas”, “Cidades Criativas”, “Economia Criativa” e “Classes Criativas”.

O primeiro conceito a ser discutido é o de “Indústrias Criativas”. O debate sobre sua definição teve início efetivamente em 1994, quando o termo foi utilizado em um Relatório Australiano chamado “*Creative Nation*”². O tema ganhou maior exposição em 1997 quando governantes no Reino Unido criaram o Grupo de Trabalho das Indústrias Criativas no âmbito do Departamento de Cultura, Mídia e Esporte do Reino Unido (DCMS). O debate tinha como foco a definição precisa dos setores que são geralmente considerados criativos, pois tais definições influenciam diretamente a forma como o desempenho socioeconômico do setor é medido (NOVA SCOTIA, 2012).

Richard Caves publicou em 2000 um livro chamado “*Creative industries: contracts between arts and commerce*”³. A obra examina aspectos organizacionais

² O trecho correspondente na tradução é: “Nação criativa”.

³ O trecho correspondente na tradução é: “Indústrias criativas: contratos entre artes e comércio”.

das indústrias criativas, nas quais são incluídas as artes visuais e cênicas, cinema, teatro, áudio e mercado editorial. O seu principal objetivo foi analisar a lógica dos seus arranjos estruturais, com um foco nos contratos entre os agentes criativos e os “demais agentes da indústria”. Caves (2000) aborda as formas de organização dessas empresas, a escala em que operam, além de propor características estruturais que sustentam a sua organização. Algumas dessas características são destacadas no trabalho de Corazza (2013), tais como a incerteza fundamental com a qual o produtor do bem criativo tem que lidar e a chamada “arte pela arte”, que é o oposto à abordagem comumente empregada na teoria econômica da desutilidade do trabalho. Outras particularidades da indústria criativa também são levantadas, como o fato de que os trabalhadores criativos se importam com seus produtos e o caráter de diferenciação da capacitação dos trabalhadores.

O conceito de “Economia Criativa”, por sua vez, remete inexoravelmente à obra de John Howkins, chamada “*Creative economy: how people make money from ideas*”⁴, publicada em 2001. O principal legado do seu trabalho foi o de expandir o conceito de indústrias criativas, acrescentando setores cujos produtos e serviços possam ser protegidos por direitos de propriedade intelectual (CORAZZA, 2013).

Howkins (2001 apud CORAZZA, 2013) argumenta que produtos e serviços que são passíveis de proteção de propriedade intelectual, tais como música, cinema e filme, geram mais renda de exportação do que produtos manufaturados. Portanto, no cenário atual em que a manufatura perde importância relativa, a criatividade protegida legalmente se tornou um “grande negócio”. Sendo assim, o autor incorpora em sua definição de indústria criativa a ciência, que está fora do domínio das artes, mas está apta para a devida proteção.

Neste contexto, a Economia Criativa pode ser considerada como um somatório das Indústrias Criativas. Diversas definições para essas indústrias aparecem na literatura, provindas de estudos de diferentes autores e/ou instituições. As principais abordagens são descritas a seguir:

a) Modelo do Howkins: inclui produtos e serviços que se materializam em propriedade intelectual, ou seja, que possuem valor econômico. Ele considera 15 indústrias em sua classificação, que contribuem para a economia criativa ao gerar

⁴ O trecho correspondente na tradução é: “Economia criativa: como as pessoas ganham dinheiro com ideias”.

produtos e serviços criativos, variando das artes para ciência e tecnologia (NOVA SCOTIA, 2012);

b) Modelo UK DCMS: deriva de um trabalho feito no Reino Unido no final dos anos 1990 como forma de reposicionar sua economia como detentora de criatividade e inovação. O modelo define as indústrias criativas como aquelas que requerem “[...] criatividade, habilidade e talento com o potencial para geração de riqueza e criação de trabalho através da exploração de sua propriedade intelectual”⁵ (NOVA SCOTIA, 2012, p.14, tradução nossa);

c) Modelo de Círculos Concêntricos: afirma que ideias criativas se originam nas artes criativas centrais em forma de som, texto e imagem e que essas ideias e influências se difundem para o exterior através de uma série de círculos concêntricos. À medida que se move para fora, o conteúdo comercial irá crescendo proporcionalmente à diminuição do conteúdo cultural (NOVA SCOTIA, 2012);

d) Modelo de *copyright* da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (WIPO): baseia-se nas indústrias envolvidas direta ou indiretamente na criação, manufatura, produção, transmissão e distribuição de trabalhos com direitos autorais (NOVA SCOTIA, 2012). O modelo faz uma distinção entre indústrias que produzem a propriedade intelectual e aquelas que distribuem os bens e serviços aos consumidores;

e) Modelo UNCTAD: o modelo é baseado em um conceito amplo de criatividade desde atividades com um forte componente artístico até “[...] qualquer atividade econômica que gere produtos simbólicos com uma forte dependência em propriedade intelectual e para um mercado tão vasto quanto possível”⁶ (NOVA SCOTIA, 2012, p.14, tradução nossa). Neste modelo não há centralização ou diferença em importância das diversas indústrias;

f) Modelo da Fundação Nacional da Ciência, Tecnologia e Artes (NESTA): foi criado para refinar ainda mais o modelo DCMS de indústrias criativas para fins de política. Incorpora uma maior conscientização das diferenças entre e dentro dos setores, e tem como objetivo traçar pontos comuns baseados na forma

⁵ O texto em língua estrangeira é: “[...] creativity, skill and talent with the potential for wealth and job creation through the exploitation of their intellectual property.”

⁶ O texto em língua estrangeira é: “[...] any economic activity producing symbolic products with a heavy reliance on intellectual property and for as wide a market as possible.”

como o valor comercial é criado, onde está localizado e como ele pode ser melhorado (NOVA SCOTIA, 2012);

g) Modelo da Secretaria da Economia Criativa (SEC) do Ministério da Cultura (MinC): a SEC foi criada no Brasil no ano de 2011, lançando um plano de gestão (2011-2014) cujo modelo prioriza as indústrias culturais e exclui produtos e serviços ligados à ciência e tecnologia. Vale ressaltar que a denominação cunhada pelo MinC é de “setores criativos” e não mais “indústrias criativas” como em outros modelos. Tal confusão semântica ocorre pelo fato do termo *creative industries* ser traduzido literalmente para o português como indústrias criativas, mas na língua inglesa o termo *industry* significar setor (RODRIGUES, 2013).

Na dissertação, o modelo que será adotado utilizará a definição da UNCTAD para a classificação das indústrias criativas e adicionará os serviços diversificados⁷ ao agrupamento e algumas atividades correlacionadas (consideradas como atividades de apoio ao setor criativo). Portanto, são levados em conta além das atividades culturais propriamente ditas, os serviços intensivos em tecnologia e que utilizam a criatividade como insumo.

O quadro 1 resume os setores considerados como parte da indústria criativa em cada uma das abordagens supracitadas:

⁷ Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica; Produção e distribuição de combustíveis gasosos por redes urbanas; Produção e distribuição de vapor, água quente e ar condicionado; Atividades de correio; Atividades de malote e de entrega; Serviços financeiros; Seguros e previdência privada; Atividades auxiliares dos serviços financeiros; Atividades auxiliares dos seguros, da previdência complementar e dos planos de saúde; Atividades imobiliárias; Atividades jurídicas, de contabilidade e de auditoria; Atividades de consultoria em gestão empresarial; Atividades veterinárias; Seleção, agenciamento e locação de mão-de-obra; Serviços de escritório e apoio administrativo; Atividades de tele atendimento; Atividades de organização de eventos, exceto culturais e esportivos; Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas.

Quadro 1 – Modelos de Indústrias Criativas (continua)

| John Howkins, 2001 | UK - DCMS, 2001 | Círculos Concêntricos, 2001 |
|---------------------------|--------------------------------|---|
| Propaganda | Propaganda | Artes Criativas Centrais |
| Arquitetura | Arquitetura | Literatura |
| Arte | Arte e mercado de antiguidades | Música |
| Artesanato | Artesanato | Artes Cênicas |
| Design | Design | Artes Visuais |
| Moda | Moda | Outras indústrias culturais centrais |
| Cinema | Cinema e Vídeo | Cinema |
| Música | Música | Museus e bibliotecas |
| Artes Cênicas | Artes Cênicas | Indústrias culturais mais amplas |
| Publicação | Publicação | Serviços de patrimônio cultural |
| Software | Software | Publicação |
| Brinquedos e Jogos | Televisão e Rádio | Gravação de Som |
| Televisão e Rádio | Jogos de Vídeo e computador | Televisão e Rádio |
| Vídeo Games | | Jogos de Vídeo e computador |
| | | Indústrias relacionadas |
| | | Propaganda |
| | | Arquitetura |
| | | Design |
| | | Moda |

Quadro 1 – Modelos de Indústrias Criativas (continuação)

| Copyright da WIPO, 2003 | UNCTAD, 2004 | NESTA, 2007 |
|---|--|--|
| Indústrias de copyright centrais | Herança Cultural | Campos criativos centrais |
| Publicidade | Expressões tradicionais culturais: artesanato, festivais e celebrações | Produtos comerciais que possuem alto grau de valor expressivo e invocam proteção de copyright |
| Sociedades de colecionadores | Sítios culturais: sítios arqueológicos, museus, bibliotecas, exposições, etc. | Indústrias culturais |
| Cinema e Vídeo | Artes | Atividades que envolvem reprodução em massa de produtos expressivos (baseado em copyright) |
| Música | Artes Visuais: Pinturas, esculturas, fotografia e antiguidades | Indústrias Criativas e atividades |
| Artes Cênicas | Artes Cênicas: música ao vivo, teatro, dança, ópera, circo, etc. | O uso de valor expressivo é essencial para a performance desses setores |
| Publicação | Mídia | O resto da economia |
| Software | Publicação e mídia impressa: Livros, imprensa e outras publicações | Manufaturados e setores de serviços que se beneficiam de, e exploram produtos expressivos gerados por indústrias criativas |
| Televisão e Rádio | Audiovisuais: Filmes, TV, rádio e outras transmissões | |
| Arte Visual e gráfica | Criações funcionais | |
| Indústrias de copyright interdependentes | Design: moda, gráfico, interiores, joias e brinquedos | |
| Material de gravação em branco | Nova mídia: vídeo games, softwares, conteúdo criativo digitalizado | |
| Eletrônicos de consumo | Serviços criativos: arquitetura, propaganda, P&D criativo, cultural e recreativo | |
| Instrumentos musicais | | |
| Papel, fotocopiadoras e equipamento fotográfico | | |
| Indústria de copyright parcial | | |
| Arquitetura | | |
| Vestuário, calçado | | |
| Design | | |
| Moda | | |
| Artigos Domésticos | | |
| Brinquedos | | |

Quadro 1 – Modelos de Indústrias Criativas (conclusão)

| SEC - MinC, 2011 | Modelo adotado, 2018 |
|--|---|
| Campo do patrimônio | UNCTAD - atividades criativas |
| Patrimônio Material | Ensino de esportes, de arte e cultura e de idiomas |
| Patrimônio Imaterial | Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte |
| Arquivos | Patrimônio cultural e ambiental |
| Museus | Publicidade |
| Campo das expressões culturais | Atividades artísticas, criativas e de espetáculo |
| Artesanato | Atividades de design e decoração de interiores, atividades fotográficas e similares |
| Culturas populares | Edição e edição integrada à impressão |
| Culturas indígenas | Impressão e reprodução de gravações |
| Culturas afro-brasileiras | Atividades de prestação de serviços de informação |
| Artes Visuais | Atividades cinematográficas, produção de vídeos e de programas de TV, gravação de som e de música |
| Arte Digital | Distribuição e projeção de filmes e vídeos |
| Campo das Artes de Espectáculo | Atividades de Televisão |
| Dança | Atividades de rádio |
| Música | Serviços de arquitetura e engenharia e atividades técnicas relacionadas; testes e análises técnicas |
| Circo | Pesquisa de mercado e opinião pública |
| Teatro | Pesquisa e desenvolvimento científico |
| Campo do Audiovisual e do Livro, da Leitura e da Literatura | Atividades de recreação e lazer |
| Cinema e Vídeo | Serviços diversificados |
| Publicações e mídias impressas | Atividades correlacionadas (mais serviços de saúde) |
| Campo das criações culturais e Funcionais | |
| Moda | |
| Design | |
| Arquitetura | |

Fonte: Baseado em NOVA SCOTIA, 2012 e BRASIL, 2011.

Um terceiro conceito, extremamente relevante para a análise que será realizada refere-se às “Cidades Criativas”. A abordagem da “Cidade Criativa” foi preconizada por Charles Landry, cujo livro foi também lançado no ano 2000: “*The creative city: a toolkit for urban innovators*”⁸. Landry (2000 apud CORAZZA, 2013) parte do pressuposto de que as cidades estão vivendo uma crise urbana e avalia as novas formas de pensá-las e regenerá-las. Tal crise decorre do desaparecimento das antigas indústrias, relacionando o valor adicionado cada vez mais à aplicação do conhecimento em detrimento da etapa da manufatura, tornando menos relevantes fatores que uma vez delinearão o desenvolvimento da cidade.

Por outro lado, a compreensão de Cidade Criativa é mais otimista quanto às novas perspectivas que se abrem ao futuro das cidades, pois prevê espaço para comunicação, ideias inovadoras e criação de riquezas. Dessa forma, Landry apresenta recomendações para as políticas de planejamento urbano num mundo em transformação de uma era industrial para uma era pós-industrial (CORAZZA, 2013).

Por fim, destaca-se o conceito defendido por Richard Florida, que é o da existência das “Classes Criativas”, em seu livro de 2002: “*The rise of the creative class*”⁹. Para Florida, o aspecto mais importante das cidades criativas é a presença das classes criativas, pois segundo a sua teoria, são elas que atraem empresas de alta tecnologia. Seu argumento tem a ver não só com a teoria da mobilidade do capital, mas também com sua percepção própria sobre o estilo de vida valorizado pelos jovens desta classe (CORAZZA, 2013).

A teoria de Florida (2002) sobre as classes criativas é de suma importância para o presente trabalho, pois o autor caracteriza não só os indivíduos que fazem parte de tal classe, mas também os locais a que pertencem. Constrói-se então, a base para os estudos que combinam criatividade e economia regional. Desta forma, a literatura referente ao respectivo tema é mais explorada a seguir.

⁸ O trecho correspondente na tradução é: “A cidade criativa: um conjunto de ferramentas para inovadores urbanos”.

⁹ O trecho correspondente na tradução é: “A ascensão da classe criativa”.

1.2 Setor criativo e dinâmica espacial: a importância do ambiente urbano-metropolitano

Pertencente ao campo de estudos da Economia Regional, Florida (2005) concentra suas análises na criatividade e no potencial que a mesma possui para o crescimento e desenvolvimento de cidades, regiões e nações. O autor trouxe para o debate o conceito de “classes criativas”, partindo da premissa de que todo ser humano é criativo por natureza e utilizando tal termo para descrever os trabalhadores que possuem o privilégio de serem compensados monetariamente por sua produção criativa (FLORIDA, 2005).

A teoria da criatividade de Florida (2005) gira em torno dos “3 T’s do crescimento econômico”: tecnologia, talento e tolerância; os quais precisam se manifestar em conjunto para que o desenvolvimento seja estimulado. O primeiro T se refere à tecnologia como um fator chave para o crescimento econômico, indo ao encontro das ideias defendidas por economistas como Solow (1956) e Romer (1986). Já o fator talento diz respeito ao capital humano, mensurado pelo autor a partir das ocupações criativas. O terceiro fator, a tolerância, é considerado como fundamental para assegurar uma maior quantidade de fluxos de tecnologia e talento para um determinado local. Ou seja, segundo a teoria de Florida (2005), talento e tecnologia são atraídos para certas cidades por elementos como diversidade, tolerância e abertura.

No que tange ao fator tolerância, Florida (2005) encontrou uma correlação positiva entre locais bem-sucedidos em termos de tecnologia e talento e locais mais abertos a imigrantes, artistas, gays e integração racial. O autor argumenta que as localidades que permitem as pessoas a serem elas mesmas, obtêm vantagens econômicas ao capturar as capacidades criativas de seus moradores, e ao atrair para si um fluxo de trabalhadores mais capacitados.

Desta forma, Florida (2005) criou dois indicadores para mensurar a tolerância, os índices: gay e da boemia. O índice gay leva em conta os locais onde os casais homossexuais se situam, que é considerado uma *proxy* para a diversidade, pois o autor acredita que a homossexualidade representa a última fronteira da pluralidade em nossa sociedade. O mesmo se mostrou estatisticamente significativo e altamente correlacionado com a concentração da indústria de alta tecnologia nas regiões

estudadas. Já o índice da boemia utiliza dados de ocupação para medir a quantidade de trabalhadores alocados em profissões que representam uma cultura boêmia, tais como: escritores; designers; músicos; atores; etc. O índice mostrou uma boa capacidade de previsão para a base de alta tecnologia, para a empregabilidade e crescimento populacional daquelas regiões.

A classe criativa de Florida (2005), cujos membros trabalham em função de criar novas formas funcionais, pode ser subdividida em núcleos. O primeiro deles é o núcleo supercriativo que inclui: cientistas; engenheiros; professores de universidades; poetas e romancistas; artistas; *designers* e arquitetos; editores; analistas; entre outros. Tais membros produzem novas formas ou *designs* que são prontamente transferíveis e amplamente úteis. Abaixo desse grupo há um núcleo formado por profissionais criativos que trabalham em uma gama de indústrias intensivas em conhecimento, tais como: setores de alta tecnologia; serviços financeiros; profissões legais, de saúde e de gerenciamento. São profissionais que podem às vezes apresentar métodos ou produtos que se tornam amplamente úteis, mas não é parte de sua tarefa principal de trabalho (FLORIDA, 2005).

Segundo Florida (2005), as classes criativas estão em constante movimento, se distanciando cada vez mais das comunidades corporativas tradicionais e dirigindo-se aos centros criativos. Tais centros obtiveram sucesso nos últimos anos, por atraírem as pessoas, que por sua vez atraem as empresas. Eles fornecem o habitat no qual todas as formas de criatividade podem se desenvolver, onde é possível viver experiências de alta qualidade, com diversidade, e acima de tudo encontrar a oportunidade de validar suas identidades como pessoas criativas.

Os indivíduos pertencentes às classes criativas de Florida (2005) podem ser comparados aos chamados “analistas simbólicos” de Reich (1994), que constituem uma das três categorias de trabalho que o autor utilizou para classificar os cargos funcionais americanos¹⁰. Os serviços simbólicos analíticos incluem atividades de identificação e solução de problemas e promoção estratégica de vendas, tornando comercializáveis as manipulações de símbolos e dados; palavras; representações orais e visuais. Tais manipulações são realizadas através de ferramentas analíticas, tais como algoritmos matemáticos; argumentos legais; princípios científicos; dentre outros.

¹⁰ As três categorias levantadas pelo autor são: serviços rotineiros de produção; serviços pessoais e serviços simbólicos analíticos.

Os analistas simbólicos possuem com mais frequência sócios do que chefes, sua remuneração depende da originalidade, inteligência e velocidade com que resolvem e identificam novos problemas, e promovem a venda de soluções. Em sua maior parte, possuem diploma universitário e são homens brancos (apesar do autor assumir o eminente crescimento da participação de mulheres brancas, negros e hispânicos em tal classe funcional) (REICH, 1994).

Reich (1994) também salienta a existência de *clusters* criativos, o que ele chama de “zonas analítico-simbólicas”, nas quais conhecimentos e experiências são largamente compartilhados. O autor salienta que os bolsões geográficos onde estão concentrados os analistas simbólicos, funcionam como uma enorme organização informal em que os talentos e capacidades movem-se continuamente para onde quer que possa agregar o máximo valor. Tal conhecimento (acumulado e participativo) possui uma grande mobilidade dentro dessas zonas, porém não se propaga de maneira rápida através do restante do território, ao contrário das invenções e conhecimentos específicos que delas emanam.

Outro conceito que pode ser relacionado ao de “classes criativas” é o de “novos intermediários culturais”, que foi preconizado por Bourdieu (2010) e que identifica uma fração de profissionais emergentes empregados nos meios de comunicação e ocupações auxiliares (como consultores; galeristas; arquitetos; jornalistas; etc.). O papel exercido por tais intermediários pode ser comparado àquele das classes criativas de Florida (2005), por possuírem características que os colocam como emblemáticos para a criação de um novo estilo de divisão do trabalho e, conseqüentemente, por possuírem alto poder de influenciar a produção cultural e os padrões de consumo (TAYLOR, 2013).

Segundo Taylor (2013), o trabalho desses intermediários gira em torno de sua habilidade de criar atmosferas condutoras de novas rodadas de produção criativa, sendo que tais ambientes criam espaços para outras indústrias e negócios. O autor chama de modelo transacional de intermediação aquele em que a interatividade cria conexões importantes e necessárias - produzindo redes, cadeias de valor e de produção - bem como as qualidades intangíveis de ambientes que promovem a criatividade.

Oconnor (2013) sugere que os intermediários culturais se tornaram crescentemente engajados com o desenvolvimento econômico e com agendas de política urbana, como um modo de criar um contexto no qual eles poderiam prosperar.

Tal engajamento surgiu concomitantemente com o de um poderoso imaginário, no qual cultura e economia seriam combinadas em novos jeitos que transformariam as cidades e ocupariam não mais lados opostos, mas participariam mutuamente do processo.

Por outro lado, o autor critica a forma como as reivindicações dos intermediários culturais (ou classes criativas), em relação à sua centralidade na economia pós-industrial, foram facilmente marginalizadas. Argumenta-se que a regeneração urbana liderada pela cultura, se desacoplou de qualquer preocupação com o planejamento social. Consequentemente, os investimentos das cidades em todo o mundo, na promoção de arte, cultura e criatividade, foram feitos com mínima referência ao pessoal considerado como intermediário cultural, sendo baseados apenas no capital cultural que pudesse ser imediatamente reembolsável como valor econômico (OCONNOR, 2013).

1.3 Aglomerações produtivas, vantagens locacionais e dinâmica regional

A análise dos aglomerados produtivos espacialmente concentrados é abordada de forma sistematizada na teoria econômica por Alfred Marshall, em seu Tratado Introdutório de 1890 (Princípios de Economia Política). O autor introduz o conceito de “indústria localizada”, que se refere àquela que está concentrada em determinada localidade. Segundo Marshall (1920)¹¹, a vizinhança entre profissionais de uma mesma especialidade, estimulada pela localidade da indústria, traz vantagens como o compartilhamento e aperfeiçoamento dos “segredos” da profissão, das ideias e dos métodos. Além disso, surgem nas proximidades atividades subsidiárias que fornecem instrumentos e matéria-prima para a indústria principal.

Marshall (1920) destaca também que mesmo que nenhuma das fábricas tenha um capital individual muito elevado, pode haver uma produção conjunta da mesma espécie que gera economia de custos no uso de máquinas de alto preço. Outra vantagem é a de que as indústrias localizadas oferecem um mercado constante para mão de obra especializada, havendo uma compatibilidade de desejos entre o

¹¹ Refere-se aqui à oitava edição da obra seminal de Alfred Marshall, primeiramente publicada em 1890.

empregador (que busca operários dotados de habilidades especiais) e os empregados (que se dirigem a essas localidades nas quais há um bom mercado).

Já a desvantagem inerente à existência de indústrias localizadas se relaciona às limitações da demanda por mão de obra, quando apenas uma determinada classe de trabalhadores pode realizar aquele trabalho. Neste caso, o crescimento de indústrias de caráter complementar no entorno se torna uma solução, já que aumenta a demanda por mão de obra e emprega os trabalhadores não contemplados pela primeira, por exemplo, as mulheres daqueles operários (MARSHALL, 1920).

Storper e Harrison (1990) se referem aos distritos industriais (Marshallianos) como sistemas não restritos aos casos onde existem apenas pequenas (e médias) unidades de produção, mas consideram a possibilidade de que eles contenham um *mix* de pequenas e grandes unidades. Os autores desenvolvem um vocabulário para o sistema de produção, com o intuito de entender diferentes tipos de processos de desenvolvimento econômico e dilemas de políticas. Segundo a abordagem dos autores, aglomeração territorial é definida como:

[...] Uma coleção de unidades de produção em um território limitado, tal como uma cidade ou uma região. Aglomerações territoriais são frequentemente, mas não necessariamente, focadas em um dado ramo de atividade. Essas, por sua vez, podem ser i) coleções de unidades não relacionadas funcionalmente, em um extremo, ou em outro, ii) unidades com um único sistema insumo-produto, com inter-relações muito densas entre as unidades. Nesse caso, a divisão social do trabalho é localizada. Onde essas inter-relações funcionais entre as unidades são densas e localizadas nós teremos um distrito industrial (STORPER; HARRISON, 1990, p. 409, tradução nossa)¹².

Storper e Harrison (1990) definem também o que são economias de escala e de escopo, internas e externas às firmas, abordando posteriormente a sua influência sobre a configuração territorial do sistema industrial. Os autores afirmam que são nos sistemas insumo-produto¹³ nos quais há grandes ganhos de economias externas de escala e de escopo, que se encontram as redes aglomeradas de produção. Tais economias estão associadas à flexibilidade de produção, nas quais existem relações entre as unidades, permitindo mudanças na quantidade e qualidade do produto.

¹² O texto em língua estrangeira é: "The territorial agglomeration is a collection of production units in a limited territory, such as a city or a region. Territorial agglomerations are frequently, but not necessarily, focused on a given branch of activity. These, in turn, may be either (i) collections of functionally unrelated units, at one extreme, or, at the other, (ii) units within a single input-output system, with very dense inter-relations among the units. In this case, the social division of labor is localized. Where these functional inter-relations between units are dense and localized we may have an 'industrial district'."

¹³ Coleção de atividades que levam à produção de um produto comercializável específico.

Portanto, o sistema aumenta a sua adaptabilidade a choques externos e estimula a inovação.

Um sistema de produção real envolve um conjunto de sistemas insumo-produto que estão sob as relações de poder e estruturas de tomadas de decisão (governança), além disso, muitas firmas podem estar envolvidas em mais de um sistema insumo-produto. As regiões, por exemplo, são compostas por diversos sistemas que possuem diferentes tipos de governança, o que são os casos dos aglomerados do Vale do Silício e das indústrias de entretenimento de Hollywood. Na maioria dos casos, essa “visão da região” é diferente do ponto de vista do sistema de produção, sendo que a primeira é a perspectiva com a qual os tomadores de decisão da política estão preocupados (STORPER; HARRISON, 1990).

Segundo Galliano, Magrini e Triboulet (2014), a literatura acerca de economia de aglomerações tem, desde a publicação dos trabalhos de Marshall (1920) e de Jacobs (1969), distinguido entre dois tipos de externalidades. Enquanto as externalidades Marshallianas – ou economias de especialização – são classificadas como economias externas às firmas, porém internas à aglomeração; as externalidade de Jacobs – ou economias de diversificação – são descritas como economias internas às indústrias e à localidade, entretanto externas às firmas (LIMA; SIMÕES; HERMETO, 2015).

As externalidades de Jacobs ocorrem quando há concentração de firmas de diferentes indústrias em uma dada região. Nesse caso as vantagens obtidas são oriundas do fato de que firmas e indivíduos ampliam seu conhecimento e produtividade a partir da interação com agentes ligados a diferentes atividades. Isso se dá devido ao aproveitamento de complementaridades entre diferentes conhecimentos, o que gera oportunidades de inovação e beneficia as firmas pela diversificação produtiva (BADIA; FIGUEIRÊDO, 2007).

Florida, Adler e Mellander (2016) destacam que o modelo urbano de crescimento de Jacobs (1969) coloca as cidades no centro do processo de inovação, empreendedorismo e crescimento econômico, presumindo-se que escopo e diversidade triunfam sobre escala e especialização. De acordo com os autores, o nobel de economia Lucas (1998), ao desenvolver a teoria endógena do crescimento, coloca as externalidades de Jacobs como fator central para o processo, ao considerar que os *spillovers* de conhecimentos acumulados entre os agentes induzem o crescimento dinâmico.

Florida, Adler e Mellander (2016) defendem o argumento de que inovação e empreendedorismo são processos mais urbanos ou regionais do que de nível da firma ou individual. Para os autores, é a própria cidade que reúne empresas; indivíduos; talentos e outras instituições e serviços que conduzem esses processos críticos. O argumento baseia-se na ideia de que o lugar veio substituir a corporação industrial como a principal unidade organizadora econômica e social dos tempos atuais, em que a economia é baseada no conhecimento. Sendo assim, as cidades tornam-se a infraestrutura habilitadora onde as conexões ocorrem, as redes são construídas e combinações inovadoras são consumadas (FLORIDA; ADLER; MELLANDER, 2016).

Em contraponto, Bottazzi e Gragnolati (2012) demonstram¹⁴ que o peso maior na escolha locacional das firmas é sobre as economias de localização relacionadas à tecnologia, em detrimento das economias de urbanização mediadas pelo mercado. Os autores consideram que ambos os efeitos contribuem para aumentar o grau geral de concentração espacial, mas as economias de localização específicas do setor são mais fortes, provavelmente devido às externalidades positivas geradas pela sua dinâmica tecnológica.

Já o artigo de Galliano, Magrini e Triboulet (2014) compara¹⁵ os impactos das externalidades de Marshall e de Jacobs sobre o processo de inovação das firmas aglomeradas. Os autores encontram resultados distintos, ora contrastantes com Bottazzi e Gragnolati (2012), ora corroborando os mesmos. Os efeitos analisados variam dependendo da estrutura organizacional da empresa e do estágio em que se encontra: o modelo de diversificação tem efeito positivo na decisão das empresas de se engajar na inovação e negativo na intensidade da inovação; já o modelo de especialização indica que estar localizado em tais zonas tem, ao contrário, uma influência mais positiva sobre a intensidade da inovação. Além disso, o estudo demonstra que a diversificação combinada com a especialização aumenta a probabilidade de as empresas inovarem.

Outros autores também investigaram os efeitos positivos de sistemas urbanos compostos por ambos, centros urbanos diversos e especializados. Duranton e Puga (2001) vincularam a inovação de processos em novas empresas com a diversidade dos arranjos de produção existentes nas cidades nascentes, e detectaram que, por

¹⁴Os autores utilizam dados dos setores italianos de manufaturas e serviços, no ano 2001.

¹⁵ Os autores utilizam bases de dados das indústrias francesas, que variam entre os anos 2006 e 2008.

outro lado, os centros urbanos especializados oferecem firmas maduras com redução de custos de técnicas fixas, através da partilha de fornecedores intermediários. Henderson, Kuncoro e Turner (1995) encontraram resultados que apontaram que as externalidades Marshallianas exerceram influência positiva e significativa sobre o crescimento do emprego em indústrias maduras, enquanto para as indústrias novas e de alta tecnologia o aumento do emprego ocorreu dada a atuação de ambas as externalidades, Marshallianas e Jacobianas. Storper e Venables (2004) ao desenvolver o conceito de “burburinho” nas cidades, ideia que será abordada detalhadamente mais a frente, sugerem que tal fenômeno deriva sua força aglomerativa tanto das eficiências clássicas da aglomeração, quanto das vantagens das inter-redes, conhecimento interativo e atividades baseadas na informação.

Rigby e Brown (2013) exploram¹⁶ a forma como diferentes tipos de empresas se beneficiam da aglomeração e o fato de que as firmas, com diferentes capacidades internas, capturam diferentes formas de externalidades geográficas. Os seus resultados mostram que para o modelo inicial de corte transversal, encontrou-se uma influência positiva da escala urbana sobre a produtividade da planta. Mas para o modelo de efeitos fixos, o resultado se reverteu: constatou-se um impacto negativo significativo da escala urbana sobre a produtividade em plantas pequenas; relativamente jovens; controladas internamente; e que compõem firmas de estabelecimento único. Para plantas maiores; antigas; controladas por estrangeiros; e que contém firmas de vários estabelecimentos, a escala urbana não se mostrou significativa sobre a produtividade.

Também é importante ressaltar, segundo Storper e Scott (1995), o papel do estado e das instituições para o estímulo ao desenvolvimento regional. Segundo os autores, os aglomerados industriais regionais continuam a ser um importante elemento no mundo capitalista, mesmo que avanços tecnológicos já permitam certas atividades a alcançarem distâncias muito maiores. Isso porque, a regionalização do sistema de produção é intensificada por processos localizados de aprendizado tecnológico e pela inércia criada pela acumulação de capital físico em uma determinada localidade.

Em termos de tecnologia, os autores afirmam que se trata de um fenômeno que possui vazamentos, o que desestimula as empresas a investirem seus recursos em

¹⁶ Os autores utilizam dados de fábricas canadenses durante o período 1989-1999.

P&D. A intervenção governamental se torna então uma alternativa ao criar políticas específicas como centros de inovação e consórcios de P&D, focados em projetos relevantes para as economias locais. Além disso, destaca-se que o conhecimento prático e o *know-how* tecnológico, ocorrem como uma série de eventos acumulados em pequena escala e em contextos altamente informais. Esse processo é acelerado onde produtores de tipos particulares estão localizados em sistemas densos e ativos, nos quais a informação flui para todas as direções facilmente (STORPER; SCOTT, 1995).

Outro aspecto destacado por Storper e Scott (1995) é aquele que diz respeito à cultura regional industrial. Os autores acreditam que ela pode ter um papel fortemente potencializador sobre o desenvolvimento econômico local, oferecendo diversas formas de coordenação e aculturação. Além disso, a cultura e as instituições associadas a ela podem também influenciar na capacidade de se adaptar a certos tipos de pressões competitivas.

Os autores delineiam em seu artigo um quadro de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional, destacando o importante papel das instituições e criticando a abordagem neoclássica de livre mercado. Os objetivos de tais intervenções podem ser: estimular o início precoce das indústrias nascentes; apoiar as atividades de P&D; mobilizar recursos para desenvolvimento econômico regional; fornecer circunstâncias para interações mais confiantes entre empresas; entre outros. Entretanto, destaca-se que as políticas de regionalização da indústria são essenciais para incrementar a competitividade local, porém não são suficientes para garantir todas as suas dimensões ou para eliminar as desigualdades (STORPER; SCOTT, 1995).

Em contraste com as teorias de aglomerações supracitadas, Storper e Venables (2004) destacam que elas se referem a estruturas organizacionais e circunstâncias que necessitam de contato próximo entre pessoas, mas nenhuma delas explica precisamente o que os indivíduos fazem ou o motivo pelo qual realizam tal contato. Os autores esclarecem que tais encontros são contatos face-a-face (F2F) entre agentes econômicos, e que esse é um aspecto ausente nas teorias sobre a formação de aglomerados.

Storper e Venables (2004) delineiam as propriedades específicas do contato face-a-face, salientando as principais delas. A primeira ressalta que os encontros F2F permitem um *feedback* profundo e veloz, que é impossível em outras formas de

comunicação, além de ser multidimensional, e então considerado como essencial para transmissão de conhecimento tácito e complexo. Outra propriedade relaciona-se ao fato de que tal contato reduz problemas de incentivo e coordenação, comuns em relações econômicas. A presença do conhecimento tácito traz sempre incerteza e, conseqüentemente, a necessidade de minimizar os incentivos para um agente pegar carona ou manipular o outro. Uma situação F2F mitiga tais incentivos porque torna mais fácil a observação e interpretação do comportamento do parceiro, além de aumentar a confiança entre os mesmos.

A característica que se refere à seleção e sociabilidade aponta que o contato F2F executa o seu papel de triagem, em duas escalas de tempo no processo econômico: no longo prazo, ao permitir a socialização entre os indivíduos; e no curto prazo, ao possibilitar colaboradores potenciais a avaliar o desempenho dos outros. Por fim, os autores ressaltam que o mesmo fornece os sinais mais fortes relacionados ao desejo de prazer (busca por orgulho de *status* e posição) e pode gerar o avanço que nos empurra a fazer maiores esforços (STORPER; VENABLES, 2004).

Os autores ainda abordam a questão do “burburinho” nas cidades, causado pela combinação dos efeitos do F2F, supracitados. Acredita-se que indivíduos em um ambiente de “burburinho” interagem e cooperam com outras pessoas altamente habilidosas; estão bem posicionadas para se comunicar; são motivadas; e por isso são mais produtivas. Na maioria das cidades em que isso ocorre, existe ainda fertilização cruzada entre redes setorialmente especializadas, por exemplo, entre o setor de alta tecnologia e o governo. Essas várias inter-redes dinâmicas e sistemas de contato não planejados foram anteriormente apontados por Jacobs (1969), em sua intuição de que a diversidade urbana é central para o crescimento econômico (STORPER; VENABLES, 2004).

Ao verificar as atividades nas quais o “burburinho” possui significativa importância, Storper e Venables (2004) destacam os casos em que o conhecimento é tácito e os trabalhadores são altamente qualificados, o que é o caso das atividades criativas. A necessidade de compartilhar tal conhecimento requer proximidade, ou seja, o contato face-a-face. Para Florida, Adler e Mellander (2016) em uma economia baseada nas ideias, a cidade tem emergido como a unidade organizadora para atividades inovativas, reunindo as firmas, os talentos e outras instituições regionais necessárias para tal. Os autores salientam que as cidades com altos níveis de

densidade e diversidade são o ambiente mais propício para gerar a criatividade humana, que sustenta inovação; empreendedorismo e crescimento econômico.

Desta forma, torna-se evidente o papel do ambiente urbano para o avanço da indústria criativa. Aspectos da infraestrutura urbana tais como: instituições robustas; investimentos em P&D; presença de capital humano capacitado; sistema financeiro desenvolvido; presença de universidades; etc., tornam-se atrativos para as pessoas e firmas para certas localidades, além de influenciarem a produtividade de tais agentes, gerando efeitos multiplicadores e impulsionando o desenvolvimento regional.

2. ECONOMIA CRIATIVA NO BRASIL

No Brasil, os estudos sobre Economia Criativa intensificaram-se a partir de 2004, quando a 11ª sessão da Conferência das Nações Unidas em Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD XI) ocorreu em São Paulo. Posteriormente, em 2005, o Fórum Internacional Sobre Formação de um Centro Internacional de Indústrias Criativas aconteceu em Salvador. No ano de 2011, O Ministério da Cultura criou a Secretaria de Economia Criativa, estabelecendo quatro princípios básicos para seu trabalho: diversidade cultural, sustentabilidade, inovação e inclusão social (UNCTAD, 2013).

São poucos os dados consolidados sobre o tema no Brasil, mas nota-se um maior empenho nos últimos anos para que estudos e políticas voltadas para a área se tornem viáveis. Neste contexto, destacam-se os estudos da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) e algum esforço por parte do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que por meio de convênio com o MinC publicou para alguns anos, dados referentes à economia criativa (REIS, 2012).

De acordo com Brasil (2011), o crescimento médio anual do setor criativo nos cinco anos anteriores à sua publicação, foi de 6,13%a.a., taxa superior ao crescimento médio anual do PIB brasileiro (4,3%). No que tange ao comércio internacional, as exportações brasileiras de bens criativos corresponderam a US\$ 1.222 milhões no ano de 2008, o equivalente a 0,30% do valor global exportado pelo resto do mundo. Já as exportações de serviços criativos foram de US\$ 6.331 milhões no mesmo ano, o similar a 3,42% do valor global exportado.

Segundo Pinto e Afonso (2013), no ano de 2011 um total de 243 mil empresas formavam o núcleo da indústria criativa no Brasil. Baseando-se na massa salarial gerada por essas empresas, estima-se que o respectivo núcleo gera um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 110 bilhões, ou 2,7% de participação no PIB total. Sendo assim, o Brasil ocupa posição de destaque no cenário mundial, ficando atrás apenas de Estados Unidos, Reino Unido, França e Alemanha.

Ressalta-se que a economia criativa caracteriza-se por uma participação expressiva de trabalhadores e instituições informais, o que gera alguma dificuldade na consolidação de dados sobre o mercado de trabalho. O estudo de Pinto e Afonso (2013) considerou apenas o mercado formal, estimando que o núcleo criativo é

constituído por 810 mil profissionais, representando 1,7% do total de trabalhadores brasileiros.

O segmento de Arquitetura e Engenharia é o que tem a maior notabilidade, seguido pelos segmentos de Publicidade e Design; juntos, os três setores reúnem metade dos trabalhadores criativos brasileiros (PINTO; AFONSO, 2013). É importante salientar que, para cada emprego gerado diretamente no núcleo dos setores criativos há quatro empregos em atividades relacionadas ao setor, produzindo um efeito multiplicador para os outros segmentos da cadeia produtiva (BRASIL, 2011).

No âmbito estadual, São Paulo e Rio de Janeiro se destacam por possuírem, respectivamente, 311 mil e 96 mil trabalhadores em seu núcleo criativo. As participações de tais setores nos respectivos mercados de trabalho são iguais a 2,3% e 2,2% (PINTO; AFONSO, 2013).

Os dados apresentados mostram que o país possui ainda um imenso potencial a ser explorado dentro do setor criativo. Segundo Reis (2012), há no Brasil uma carência conceitual e de visão estratégica sobre o tema, além de existirem gargalos de distribuição e difusão de ideias, produtos e serviços (que são estruturais em nossa economia). Além disso, a autora destaca que as novas tecnologias requerem altos investimentos, que existe uma limitação do escoamento de produtos pelos canais tradicionais e que há necessidade de adaptação na capacitação das profissões tradicionais.

Sobre a dinâmica do setor criativo e sua espacialidade no Brasil, objeto de estudo da dissertação, destacam-se os artigos de Golgher (2008, 2011) e Machado, Simões e Diniz (2013).

O artigo de Golgher (2008) buscou fazer uma análise empírica sobre a distribuição de indivíduos qualificados nos municípios brasileiros, construindo indicadores baseados na metodologia empregada por Florida (2005). O autor utilizou dados do Censo Demográfico do IBGE de 2000 para realizar análises descritivas e para a utilização da técnica multivariada de aglomerados. Tal método classifica as observações conforme a sua similaridade, agregando os municípios em grupos aproximadamente homogêneos conforme suas características. Por fim, foi realizado um exercício econométrico para testar a hipótese de Florida (2005) de que sociedades mais vibrantes tendem a concentrar indivíduos mais qualificados e criativos.

Os indicadores utilizados na análise supracitada foram os seguintes: proporção de trabalhadores no setor criativo; índice de qualificação superior; índice de

qualificação de pós-graduação; índice de qualificação técnica superior; índice de qualificação técnica de pós-graduação; índice síntese; índice de alta tecnologia bruto; índice de alta tecnologia relativo e índice de entretenimento (índice de boemia de Florida).

Os resultados encontrados por Golgher (2008) mostraram que as regiões com as maiores proporções de trabalhadores na economia criativa são: parte da costa das regiões Sul/Sudeste; parte do interior de São Paulo; Mato Grosso do Sul e parte do Mato Grosso; o extremo sul do Brasil; e o eixo Porto Alegre/Costa do Rio Grande do Sul, sendo a cidade de Niterói aquela que apresentou a maior participação. A análise de aglomerados encontrou cinco grupos com valores relativos similares para os três indicadores: proporção de trabalhadores na economia criativa, índice síntese e índice de entretenimento. Dentre eles, o aglomerado composto por Florianópolis e Niterói foi aquele que obteve maior destaque em todos os quesitos analisados. As análises econométricas indicaram que municípios com maiores populações, capitais de Estado, mais urbanizados, localizados na região Centro-Sul e com maiores proporções dos setores secundário e terciário, apresentaram valores superiores para qualificação e criatividade. Por fim, a hipótese de Florida (2005) relacionada a sociedades vibrantes não foi corroborada pelos testes econométricos realizados.

Golgher (2011) fez outra análise empírica sobre a distribuição de indivíduos qualificados, porém restringindo-se às regiões metropolitanas (RM) brasileiras. O autor testou as hipóteses de Florida (2005) de que uma sociedade local vibrante atrai talentos; e que é importante que a sociedade seja tolerante como fator de aumento da atratividade local. As regiões metropolitanas foram classificadas mais uma vez por intermédio da técnica multivariada de aglomerados, com dados dos Censos Demográficos do IBGE de 1991 e 2000. Posteriormente, foi realizado um estudo econométrico com regressões múltiplas em painel, que complementou a discussão ao inserir variáveis de controle como renda e urbanização.

Com relação aos indicadores, o autor utilizou os mesmos do artigo anterior, porém acrescentou ao estudo o índice gay (uma *proxy* para o nível de tolerância de certa localidade), que é normalmente analisado em regiões com grande população, devido a problemas com o tamanho da amostra. Dessa forma, justifica-se o fato do índice ter sido calculado apenas para a análise de RM e não naquela que incluía todos os municípios. Os novos indicadores presentes em Golgher (2011) foram, portanto: Índice gay absoluto; índice gay relativo e índice gay composto.

O estudo concluiu que todas as regiões metropolitanas apresentam variação positiva para os indicadores de proporção de trabalhadores criativos, índice de qualificação superior e para o índice de qualificação de pós-graduação, entre os anos analisados. Já os indicadores de qualificação técnica possuíram RMs com valores negativos, demonstrando que apesar da qualificação ter aumentado a inserção desses profissionais no mercado de trabalho não acompanhou esse incremento (em alguns casos). Já com relação aos indicadores de entretenimento e diversidade, o primeiro corroborou a hipótese de Florida (2005) de que locais vibrantes atraem profissionais qualificados (e os criativos especificamente) e o segundo não corroborou a hipótese de que locais tolerantes atraem tais profissionais. Os resultados anteriores foram ainda confirmados pela análise econométrica em painel. Finalmente, foram encontrados cinco aglomerados de regiões metropolitanas, sendo que aquele com maior destaque positivo era formado por: Distrito Federal, Florianópolis e Rio de Janeiro.

O artigo de Machado, Simões e Diniz (2013) teve como objetivo identificar os elementos que podem contribuir para transformar aglomerações produtivas em *clusters* criativos, e conseqüentemente caracterizar tais elementos. Dessa forma, o artigo incluiu aspectos apontados como vantagens comparativas das cidades em termos de criatividade, tais como instalações culturais; mercado de trabalho e gastos públicos com cultura. Empregou-se uma análise exploratória multivariada combinando dois métodos complementares: *Clustering analysis* (análise de agrupamento) e análise discriminante. As fontes de dados utilizadas foram o Censo Demográfico do IBGE de 2010, com o objetivo de mensurar o tamanho da força de trabalho criativa no Brasil; a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC/ IBGE) para a oferta de instalações culturais; e os gastos municipais em cultura da FINBRA (Finanças do Brasil), um relatório da Secretaria do Tesouro Nacional.

Os indicadores utilizados na construção dos grupamentos foram os seguintes: quociente locacional de trabalhadores no setor criativo; proporção de residentes adultos que terminaram o ensino médio; proporção de famílias nas quais os residentes declaram uma união conjugal com indivíduos do mesmo sexo; proporção de famílias com acesso à internet; proporção de famílias com acesso a sistema de esgoto; população residente; gastos municipais com cultura em 2010; dados de amenidades culturais fornecidos pelo MUNIC/IBGE; taxa de homicídio de homens entre 15 e 29 anos por 100000 habitantes; índice IFDM de saúde (Índice de desenvolvimento

municipal da FIRJAN - saúde) e a quantidade de artigos publicados em 2010 (Indicador do ISI - *International Science Index*).

Foram encontradas seis aglomerações criativas no Brasil, dentre elas, três bem definidas e as outras três muito heterogêneas. Entre aquelas mais homogêneas, a primeira aglomeração incluiu as duas maiores cidades e mais desenvolvidas do Brasil, São Paulo e Rio de Janeiro, foi chamada de "grandes centros criativos brasileiros". Já a segunda aglomeração era composta por capitais de importantes estados e cidades onde grandes universidades estão localizadas, sendo chamado de "centros de criatividade universitária". Por fim, a terceira aglomeração continha 99 municípios e foi chamada de "centros de turismo cultural e ecológico". Os resultados mostraram que apenas 10% dos municípios não foram bem definidos pela análise de agrupamento tradicional, realizada no estudo.

A análise dos artigos indica elevada concentração espacial das "Indústrias Criativas" no Brasil, especialmente nos grandes centros urbano-metropolitanos (característica do setor). Além disso, os autores evidenciam que tal concentração pode ser um indício da existência de aglomerados produtivos da Economia Criativa, cujo potencial de crescimento local/regional é extremamente elevado, conforme já ressaltado por Florida (2005).

Nessa perspectiva, o estudo proposto visa realizar uma análise da evolução temporal e espacial das "Indústrias Criativas" no Brasil, destacando a importância do ambiente urbano-metropolitano para o seu dinamismo e para a emergência de potenciais aglomerados produtivos, cuja capacidade de indução do crescimento local/regional não deve ser negligenciada, principalmente em um contexto de intensas transformações tecnológicas, difusão de conhecimento e redução dos custos de transportes e de comunicação.

3. METODOLOGIA E BASE DE DADOS

As “Indústrias Criativas” constituem um setor estratégico para o desenvolvimento local, regional e/ou nacional (FLORIDA, 2005). Em um contexto de contínuas inovações tecnológicas, no qual as atividades intensivas em conhecimento e as técnicas de produção flexível ocupam posição relativa cada vez mais expressiva nos mercados, a capacidade criativa e empreendedora de cada localidade assume papel fundamental para a determinação de sua trajetória de crescimento. Mais especificamente, a emergência de áreas especializadas em setores criativos e/ou de aglomerados produtivos constitui importante condicionante para o desenvolvimento devido à sua capacidade de (i) gerar bens e serviços de elevado valor agregado; (ii) estimular expressivos efeitos de encadeamento setoriais e espaciais; (iii) estimular a produção e a dispersão do conhecimento e da inovação em um ciclo virtuoso.

Nessa perspectiva, o objetivo da dissertação é identificar áreas com sinais potenciais de aglomerações produtivas relacionadas ao setor criativo no Brasil e sua provável contribuição para o desenvolvimento local. Serão utilizados microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010 para estimar modelos multivariados de análises hierárquicas de grupamento para identificar os municípios brasileiros com potenciais aglomerações produtivas no setor criativo, bem como sua contribuição para a dinâmica socioeconômica local. A ideia subjacente refere-se aos impactos positivos da aglomeração para a competitividade das firmas que o compõem e seus efeitos multiplicadores para o desenvolvimento. A hipótese implícita é que a proximidade de empresas de diversas indústrias criativas proporciona melhora em seu desempenho, já que cada vez mais se observa uma convergência entre estes setores.

É importante ressaltar o caráter urbano-metropolitano das atividades criativas, pois o ambiente econômico, financeiro, institucional, educacional, etc., necessário para o seu desenvolvimento tende a se concentrar nas cidades de médio e grande porte. Assim, a posição de cada localidade na hierarquia urbana também pode condicionar seu desenvolvimento futuro. Em outras palavras, as atividades criativas tendem a ser intensivas em capital humano, inovação, tecnologia, capacidade empreendedora, etc., fatores que tendem a se concentrar em ambientes urbanos e metropolitanos. Assim, a análise será concentrada nos níveis hierárquicos intermediários e elevados da rede urbana brasileira, evidenciando, inclusive, o papel

que a infraestrutura institucional destas cidades pode desempenhar para o dinamismo do setor.

A seguir são descritos os procedimentos metodológicos adotados na análise.

3.1 Indústrias criativas: definição dos setores de atividade produtiva

A definição dos setores¹⁷ a serem considerados como parte da indústria criativa passa por ampla discussão conceitual exposta anteriormente no item 1.1. Como não há consenso no âmbito da disciplina Economia Criativa acerca das atividades relacionadas à sua indústria, a UNCTAD tornou-se uma importante referência para os pesquisadores da área. Neste estudo optou-se não só pelo uso da definição da UNCTAD para a classificação de tais segmentos, mas também por adicionar os serviços diversificados (descritos no quadro 2 a seguir) ao agrupamento. Portanto, são considerados além das atividades culturais propriamente ditas, os serviços intensivos em tecnologia e que utilizam a criatividade como insumo.

Nesse sentido, Florida (2005) destaca que as classes criativas são divididas em um grupo principal - cujas atividades estão diretamente ligadas à criatividade - e um grupo de apoio. O segundo grupo inclui profissionais que trabalham em uma ampla gama de indústrias com uso intensivo do conhecimento tais como setores de alta tecnologia; serviços financeiros; jurídicos; de saúde e de gestão empresarial. Esses indivíduos se envolvem em resoluções criativas de problemas, o que requer um alto grau da educação formal e, portanto, um alto nível de capital humano. Eles apresentam métodos ou produtos que se revelam amplamente úteis, mas que não fazem parte das atribuições básicas de seu emprego. Desta forma, o autor corrobora a escolha dos serviços diversificados e das atividades correlacionadas à gama de atividades criativas contempladas no presente estudo.

A Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0) é a categorização estatística da Comissão Nacional de Classificação (CONCLA) do IBGE

¹⁷ O trabalho utiliza uma classificação setorial das atividades criativas e correlacionadas, em detrimento de uma análise ocupacional. Observa-se que tal alternativa metodológica possui limitações ao não captar ocupações criativas exercidas em setores que não serão objeto de análise. Todavia, o estudo do ponto de vista setorial permite uma melhor adequação aos objetivos espaciais estabelecidos na análise (dinâmica produtiva dos setores criativos por localidade).

e é utilizada nos Censos Demográficos. Na CNAE 2.0 as atividades econômicas estão divididas em 5 níveis, a saber: 1º nível: Seções; 2º nível: Divisões; 3º nível: Grupos; 4º nível: Classes e 5º nível: Subclasses (IBGE, 2017). Já o Censo 2010 emprega 5 dígitos, porém chega-se apenas até o 3º nível da hierarquia descrita anteriormente (grupos).

A seguir são listados no quadro 2 os grupos de atividades econômicas da CNAE 2.0 de acordo com os critérios estabelecidos para a dissertação, sendo elas divididas em: classificação segundo a UNCTAD; atividades correlacionadas e serviços diversificados.

Quadro 2 – Classificação CNAE 2.0 de Atividades Criativas (continua)

| Código CNAE | Descrição |
|--------------------|--|
| | Classificação UNCTAD |
| 85029 | Ensino de esportes, de arte e cultura e de idiomas |
| 94099 | Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte |
| 91000 | Atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental |
| 73010 | Publicidade |
| 90000 | Atividades artísticas, criativas e de espetáculos |
| 74000 | Atividades de design e decoração de interiores, atividades fotográficas e similares |
| 58000 | Edição e edição integrada à impressão |
| 18000 | Impressão e reprodução de gravações |
| 63000 | Atividades de prestação de serviços de informação |
| 59000 | Atividades cinematográficas, produção de vídeos e de programas de televisão, gravação de som e de música |
| 60002 | Atividades de televisão |
| 60001 | Atividades de rádio |
| 71000 | Serviços de arquitetura e engenharia e atividades técnicas relacionadas; testes e análises técnicas |
| 73020 | Pesquisas de Mercado e Opinião Pública |
| 72000 | Pesquisa e desenvolvimento científico |
| 93020 | Atividades de recreação e lazer |
| 62000 | Atividades dos serviços de tecnologia da informação |

Quadro 2 – Classificação CNAE 2.0 de Atividades Criativas (conclusão)

| Serviços Diversificados | |
|-----------------------------------|--|
| 35010 | Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica |
| 35021 | Produção e distribuição de combustíveis gasosos por redes urbanas |
| 35022 | Produção e distribuição de vapor, água quente e ar condicionado |
| 53001 | Atividades de correio |
| 53002 | Atividades de malote e de entrega |
| 64000 | Serviços financeiros |
| 65000 | Seguros e previdência privada |
| 66001 | Atividades auxiliares dos serviços financeiros |
| 66002 | Atividades auxiliares dos seguros, da previdência complementar e dos planos de saúde |
| 68000 | Atividades imobiliárias |
| 69000 | Atividades jurídicas, de contabilidade e de auditoria |
| 70000 | Atividades de consultoria em gestão empresarial |
| 75000 | Atividades veterinárias |
| 78000 | Seleção, agenciamento e locação de mão-de-obra |
| 82001 | Serviços de escritório e apoio administrativo |
| 82002 | Atividades de tele atendimento |
| 82003 | Atividades de organização de eventos, exceto culturais e esportivos |
| 82009 | Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas |
| Atividades Correlacionadas | |
| 99000 | Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais |
| 85014 | Educação superior |
| 86001 | Atividades de atendimento hospitalar |
| 86002 | Atividades de atenção ambulatorial executadas por médicos e odontólogos |
| 86003 | Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica |
| 86004 | Atividades de profissionais da área de saúde, exceto médicos e odontólogos |
| 86009 | Atividades de atenção à saúde humana, não especificadas anteriormente |
| 86999 | Atividades de saúde não especificadas |
| 61000 | Telecomunicações |
| 32002 | Fabricação de instrumentos musicais |

Fonte: A autora, 2018. Baseado em dados de IBGE, 2017.

3.2 Hierarquia urbana brasileira: as Regiões de Influência das Cidades (REGIC)

A questão urbana é de extrema importância para o presente estudo, tendo em vista que as características intrínsecas ao setor criativo concentram-se em cidades de maior porte (tais como as metrópoles e aquelas com maior nível hierárquico da rede urbana). Salienta-se também que a infraestrutura institucional destas cidades tem um papel de destaque para o dinamismo do setor.

A classificação REGIC (Região de Influência das Cidades) estabelece a hierarquia dos centros urbanos brasileiros, levando em conta a classificação dos centros de gestão do território¹⁸; a intensidade de relacionamentos; a dimensão da região de influência de cada centro e as diferenciações regionais. O fato de haver discrepâncias nos valores observados para centros em diferentes regiões não necessariamente pressupõe distanciamento na hierarquia, já que a avaliação do papel dos centros ocorre em função de sua posição em seu próprio espaço (IBGE, 2008).

O quadro 3 abaixo ilustra a organização da hierarquia dos centros urbanos segundo a classificação REGIC/2007. Segundo IBGE (2008), as metrópoles (3 primeiros níveis) caracterizam-se por possuírem grande porte; fortes relacionamentos entre si e ampla área de influência direta. As capitais regionais formadas pelos níveis de 4 a 6, também se relacionam com o estrato superior da rede urbana; têm área de influência regional e então, são destino de diversas atividades, por parte de um grande número de municípios.

Já os centros sub-regionais (níveis 7 e 8) desenvolvem funções de gestão territorial menos complexas e seus relacionamentos com centros externos à sua própria rede se dão, em sua maioria, com três metrópoles nacionais. Os centros de zona (9° e 10° níveis) desenvolvem atividades de gestão mais elementares; apresentam um porte menor e atuam restritamente em sua área imediata. Por fim, os centros locais englobam a maioria dos municípios brasileiros – 4473 cidades em 2007 – como pode ser observado na figura 1 abaixo. A centralidade e atuação de tais

¹⁸ A classificação da função de gestão do território considera os níveis de centralidade do poder executivo e do judiciário no nível federal; níveis de centralidade empresarial e a presença de diferentes equipamentos e serviços urbanos (BRASIL, 2008).

municípios não extrapolam os seus limites, além de possuírem, principalmente, população inferior a 10 mil habitantes (IBGE, 2008).

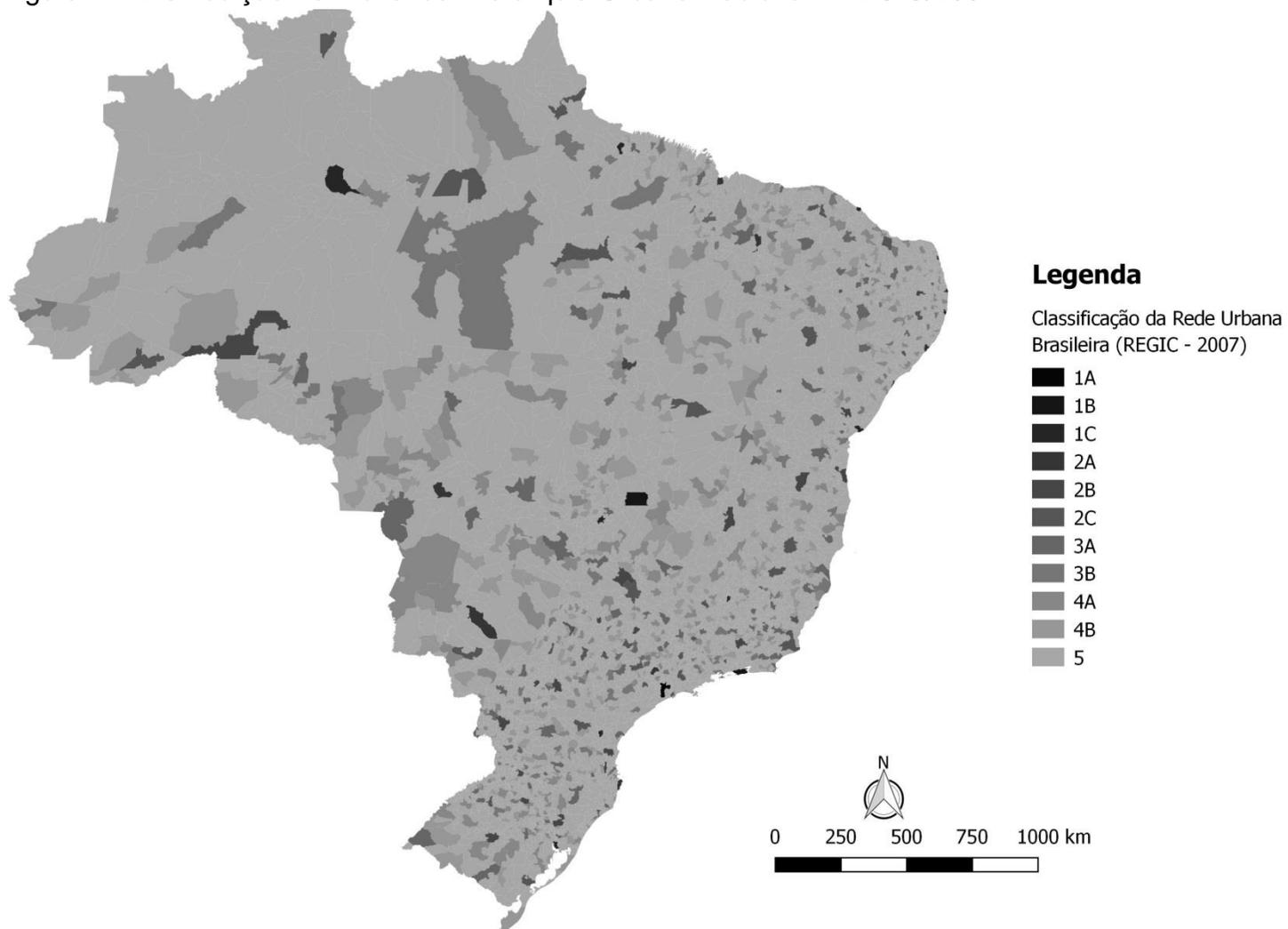
Quadro 3 – Categorias REGIC/2007

| Categorias REGIC | Nível | Denominação |
|-------------------------|--------------|---------------------------|
| 1A | 1° | Grande Metrópole Nacional |
| 1B | 2° | Metrópole Nacional |
| 1C | 3° | Metrópole |
| 2A | 4° | Capital Regional A |
| 2B | 5° | Capital Regional B |
| 2C | 6° | Capital Regional C |
| 3A | 7° | Centro Sub-regional A |
| 3B | 8° | Centro Sub-regional B |
| 4A | 9° | Centro de Zona A |
| 4B | 10° | Centro de Zona B |
| 5 | 11° | Centro Local |

Fonte: A autora, 2018. Baseado em IBGE, 2008.

A figura 1 a seguir, apresenta a distribuição dos níveis da hierarquia urbana ao longo do território brasileiro.

Figura 1 – Distribuição Territorial da Hierarquia Urbana Nacional - REGIC/2007



Fonte: A autora, 2018. Baseado em IBGE, 2008.

Tendo em vista as características anteriormente descritas para cada um dos níveis REGIC e as particularidades das próprias indústrias criativas - intensivas em capital humano e favorecidas pelo meio urbano – foram incluídas na análise apenas as categorias intermediárias e elevadas da classificação (até o nível 3B ou 8º nível). Sendo assim, a dissertação analisa a dinâmica do setor criativo apenas nas metrópoles, capitais regionais e centros sub-regionais.

Por intermédio do quadro 4 é possível visualizar a quantidade de municípios considerados na análise multivariada de agrupamentos, devido ao corte realizado com base na hierarquia urbana. Destaca-se que segundo os Censos Demográficos, o Brasil possuía 5507 municípios em 2000 e 5565 municípios em 2010, ou seja, ao limitar a análise às cidades de maior escala urbana, foi reduzida a heterogeneidade amostral, favorecendo a identificação das aglomerações criativas.

Quadro 4 – Quantidade de municípios por categoria REGIC/2007 considerada no estudo

| Categorias REGIC | Nível | Quantidade de municípios |
|-------------------------|--------------|---------------------------------|
| 1A | 1º | 1 |
| 1B | 2º | 2 |
| 1C | 3º | 9 |
| 2A | 4º | 11 |
| 2B | 5º | 20 |
| 2C | 6º | 39 |
| 3A | 7º | 85 |
| 3B | 8º | 79 |
| Total | | 246 |

Fonte: A autora, 2018. Baseado em IBGE, 2008.

Dentro da classificação REGIC, as cidades que constituem grandes aglomerações urbanas possuem uma particularidade: a unidade de observação considerada na classificação da hierarquia urbana é o conjunto da Área de Concentração da População (ACP). Segundo o relatório REGIC 2007 do IBGE:

As ACPs são definidas como grandes manchas urbanas de ocupação contínua, caracterizadas pelo tamanho e densidade da população, pelo grau de urbanização e pela coesão interna da área, dada pelos deslocamentos da população para trabalho ou estudo. As ACPs se desenvolvem ao redor de um ou mais núcleos urbanos, em caso de centros conurbados, assumindo o nome do município da capital, ou do município de maior população (IBGE, 2008, p. 11).

Como supracitado, as ACPs levam o nome do município da capital ou daquele de maior população, aqui chamados de polos. A análise multivariada de agrupamentos considerou apenas as cidades polos das ACPs, em decorrência do IBGE não identificar separadamente os municípios de um mesmo ACP em sua classificação REGIC.

3.3 Indicadores municipais: infraestrutura, desenvolvimento socioeconômico e do setor criativo

As bases de dados utilizadas na dissertação foram construídas a partir dos microdados dos Censos Demográficos do IBGE dos anos 2000 e 2010, cuja aplicação se dá para uma amostra da população brasileira que gera informações individuais. Tendo em vista que a análise de agrupamentos é voltada para os municípios, procedeu-se então à transformação das informações individuais em indicadores agregados municipais. Dessa forma, através da caracterização das localidades de acordo com a junção dos perfis dos indivíduos que ali residem, foi possível criar bases de dados com os indicadores municipais.

Após tal transformação, foram obtidas bases de dados municipais para cada um dos estados brasileiros. Fez-se então necessário agregar todos esses bancos em apenas um, formando uma base de dados nacional, para cada ano analisado. Tais bases englobavam os indicadores municipais utilizados para caracterizar o perfil socioeconômico das cidades e dos respectivos setores criativos e utilizados posteriormente, para agrupá-las em grupos aproximadamente homogêneos. Os indicadores municipais encontram-se descritos no quadro 5.

Quadro 5 – Indicadores municipais

| Variáveis | Descrição |
|---|---|
| Taxa de esgotamento sanitário | Proporção de domicílios com acesso a serviço de saneamento básico |
| Rendimento médio do trabalho principal | Média municipal para o rendimento bruto proveniente do trabalho principal. Valores atualizados para 2016 |
| Índice de Gini | <i>Proxy</i> para a concentração de renda (o valor zero representa a situação de igualdade e o valor um é quando uma só pessoa detém toda a riqueza) |
| Proporção da população abaixo da linha da pobreza | Proporção da população cujo rendimento domiciliar per capita é menor do que a linha da pobreza, definida como ¼ do salário mínimo do ano censitário. |
| Taxa de formalidade | Proporção do pessoal ocupado que possui um trabalho formal |
| Taxa de formalidade do setor criativo | Proporção do pessoal ocupado no setor criativo que possui um emprego formal |
| Taxa de qualificação a nível médio | Proporção da população com nível de instrução entre 11 e 14 anos de estudo |
| Taxa de qualificação superior | Proporção da população com instrução maior ou igual a 15 anos de estudo e que cursam ou cursaram o ensino superior |
| Taxa de qualificação a nível de pós-graduação | Proporção da população com instrução maior ou igual a 15 anos de estudo e que cursam ou cursaram mestrado e/ou doutorado |
| Taxa de qualificação superior no setor criativo | Proporção de pessoal ocupado no setor criativo com qualificação superior |
| Taxa de qualificação a nível de pós-graduação no setor criativo | Proporção de pessoal ocupado no setor criativo com qualificação a nível de pós-graduação |
| Proporção de pessoal ocupado no setor criativo | Razão entre o total de pessoal ocupado nos setores classificados como criativos (atividades de cultura e inovação + serviços diversificados + atividades correlacionadas) e o total do pessoal ocupado. É a soma das três taxas anteriores. |
| Taxa de cursos superiores criativos | Proporção de pessoal ocupado no setor criativo que frequenta ou frequentou cursos de graduação ¹⁹ relacionados ao setor |
| Classificação REGIC | Variável que representa os 11 níveis hierárquicos da rede urbana brasileira (REGIC - 2007) |

Fonte: A autora, 2018. Baseado nos microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010 do IBGE.

3.4 Modelo de análise multivariada de agrupamentos

Segundo Mingoti (2007), a análise de agrupamentos tem o intuito de dividir os elementos da amostra em grupos, de maneira que as unidades pertencentes ao um mesmo grupo sejam similares entre si - com relação às variáveis nele consideradas -

¹⁹ Os cursos superiores relacionados ao setor criativo foram: artes, ciências sociais e comportamentais, jornalismo e informação, comércio e administração, computação, engenharia e profissões correlatas, arquitetura e construção, veterinária e saúde.

enquanto os elementos em grupos diferentes sejam heterogêneos em relação às mesmas características. Tais métodos, ao utilizar um conjunto finito e multidimensional de informações, permitem a geração de estruturas agregadas significativas e o desenvolvimento de tipologias analíticas (MACHADO; SIMÕES; DINIZ, 2013).

Diferentes métricas podem ser utilizadas para a determinação do critério de similaridade entre os elementos do conjunto de dados. As medidas de distância, por exemplo, possibilitam a comparação entre vetores, de observações dos elementos amostrais e então permitem o agrupamento daqueles de menor distância (MINGOTI, 2007). Supõe-se um conjunto de n elementos amostrais com p -variáveis aleatórias em cada um deles, e o objetivo é agrupar tais elementos em g grupos. Para cada elemento amostral j , tem-se o vetor de medidas X_j definido por:

$$X_j = [X_{1j} X_{2j} \dots X_{pj}]', \quad j = 1, 2, \dots, n \quad (1)$$

No qual X_{ij} representa o valor observado da variável i medida no elemento j . Mingoti (2007) destaca que para proceder ao agrupamento dos elementos, é necessário escolher uma medida de similaridade (ou dissimilaridade). No presente trabalho, a medida escolhida a *priori* foi o quadrado da distância Euclidiana. Por ser uma medida de dissimilaridade, quanto menor os seus valores, mais similares são os elementos comparados.

A distância Euclidiana entre dois elementos X_l e X_k , $l \neq k$, é definida por:

$$d(X_l, X_k) = [(X_l - X_k)'(X_l - X_k)]^{1/2} = [\sum_{i=1}^p (X_{il} - X_{ik})^2]^{1/2} \quad (2)$$

Tendo em vista que as técnicas de conglomerados são classificadas entre hierárquicas e não hierárquicas, o presente estudo optou pelo uso das técnicas hierárquicas, com o intuito de identificar possíveis agrupamentos e o valor provável do número de grupos g (já que tal número não está pré-definido). Tais técnicas partem do pressuposto de que no início do processo de agrupamento tem-se n conglomerados e cada elemento constitui um grupamento de tamanho 1, em cada passo do algoritmo os pares de conglomerados mais “similares” são combinados formando novos grupos. No último estágio de agrupamento tem-se apenas um único grupo, constituído de todos os elementos amostrais (MINGOTI, 2007).

Existem vários métodos de agrupamentos hierárquicos, tais como o método de ligação simples; o método de ligação completa; método da média das distâncias; método de ligação de Ward; entre outros. O método escolhido foi o de Ward, que é fundamentado na mudança de variação entre os grupos e dentro os grupos que estão sendo constituídos em cada passo do agrupamento. A sua aplicação não depende do fato dos dados serem provindos de uma população com distribuição normal multivariada, basta que as p -variáveis sejam quantitativas e sujeitas ao cálculo de médias (MINGOTI, 2007).

O procedimento, também chamado de mínima variância, funciona de modo que em cada passo do algoritmo calcula-se a soma de quadrados dentro de cada grupo. Tal soma é o quadrado da distância Euclidiana de cada elemento amostral em relação ao correspondente vetor de médias daquele conglomerado:

$$SS_i = \sum_{j=1}^{n_i} (X_{ij} - \bar{X}_i)' (X_{ij} - \bar{X}_i) \quad (3)$$

No qual n_i é o número de elementos no conglomerado C_i durante o passo k do processo de agrupamento; X_{ij} é o vetor de observações do j -ésimo elemento amostral que pertence ao i -ésimo conglomerado; \bar{X}_i é o centroide de C_i e SS_i representa a soma de quadrados correspondente a C_i . No passo k , a soma de quadrados total (SSR) dentro dos grupos é definida como:

$$SSR = \sum_{i=1}^{g_k} SS_i \quad (4)$$

Onde g_k é o número de grupos existentes quando se está no passo k .

A distância entre os conglomerados C_l e C_i é, então, definida como a soma do quadrado entre tais grupos:

$$d(C_l, C_i) = \left[\frac{n_l n_i}{n_l + n_i} \right] (\bar{X}_l - \bar{X}_i)' (\bar{X}_l - \bar{X}_i) \quad (5)$$

Em cada passo do algoritmo de agrupamentos os dois grupos que minimizam a distância dada na equação (5), são combinados. Segundo Mingoti (2007), no método de Ward as comparações de conglomerados que têm tamanhos diferentes recebem uma penalização dada pelo fator de ponderação $\left[\frac{n_l n_i}{n_l + n_i} \right]$. Quanto maiores os valores de n_i e n_l e a distinção entre eles, maior é a razão de penalização, e conseqüentemente, maior a distância entre os centroides dos grupos confrontados.

É importante destacar que a análise multivariada de agrupamentos é influenciada pela discrepância entre as dispersões das variáveis utilizadas no agrupamento, o que pode ser ocasionado pela diferença de escala das suas medidas. Desta forma, a padronização das variáveis por algum procedimento em que a discrepância diminua, tal como a normalização das mesmas, é uma maneira de contornar o problema.

4. INDÚSTRIAS CRIATIVAS NO BRASIL: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL, POTENCIAL PRODUTIVO E DESENVOLVIMENTO

4.1 Dinâmica socioeconômica e o setor criativo no Brasil: caracterização de padrões regionais específicos

O presente capítulo pretende delinear padrões regionais específicos para os municípios brasileiros, com o propósito de apresentar um desenho geral das suas condições socioeconômicas entre 2000 e 2010, identificando as áreas com melhores indicadores (mais dinâmicas), bem como a importância relativa do setor criativo em tais localidades.

Machado, Simões e Diniz (2013) e Golgher (2008, 2011) construíram indicadores para os municípios brasileiros, agregando-lhes em grupos aproximadamente homogêneos conforme suas características. Baseou-se na teoria de Florida (2005) sobre as classes criativas e nas vantagens comparativas das cidades, em termos de amenidades urbanas e de criatividade. O atual estudo fundamenta-se em tais critérios para construir os seus próprios indicadores, com base nos microdados dos Censos de 2000 e de 2010 do IBGE.

Os índices utilizados para tal caracterização em termos de amenidades urbanas e de capacidade de atração à classe criativa são descritos na tabela 1 abaixo.

Tabela 1 – Estatísticas Descritivas

| Variáveis | 2000 | | 2010 | |
|--|--------|---------------|--------|---------------|
| | Média | Desvio Padrão | Média | Desvio Padrão |
| Taxa de esgotamento sanitário | 0.339 | 0.004 | 0.423 | 0.004 |
| Rendimento médio do trabalho principal | 399.53 | 2.97 | 735.78 | 4.43 |
| Índice de Gini | 0.528 | 0.001 | 0.488 | 0.001 |
| Proporção da população abaixo da linha da pobreza | 0.236 | 0.002 | 0.229 | 0.002 |
| Taxa de Formalidade | 0.222 | 0.002 | 0.355 | 0.002 |
| Taxa de Formalidade do setor criativo | 0.345 | 0.003 | 0.611 | 0.002 |
| Taxa de qualificação em nível médio | 0.070 | 0.001 | 0.139 | 0.001 |
| Taxa de qualificação superior | 0.011 | 0.000 | 0.027 | 0.000 |
| Taxa de qualificação em nível de pós-graduação | 0.001 | 0.000 | 0.009 | 0.000 |
| Taxa de qualificação superior no setor criativo | 0.095 | 0.001 | 0.169 | 0.001 |
| Taxa de qualificação em nível de pós-graduação no setor criativo | 0.005 | 0.000 | 0.062 | 0.001 |
| Proporção de pessoal ocupado no setor criativo | 0.043 | 0.000 | 0.056 | 0.000 |
| Taxa de cursos superiores criativos | 0.048 | 0.001 | 0.079 | 0.001 |

Fonte: A autora, 2018. Baseado nos microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010 do IBGE.

Taxa de Esgotamento Sanitário

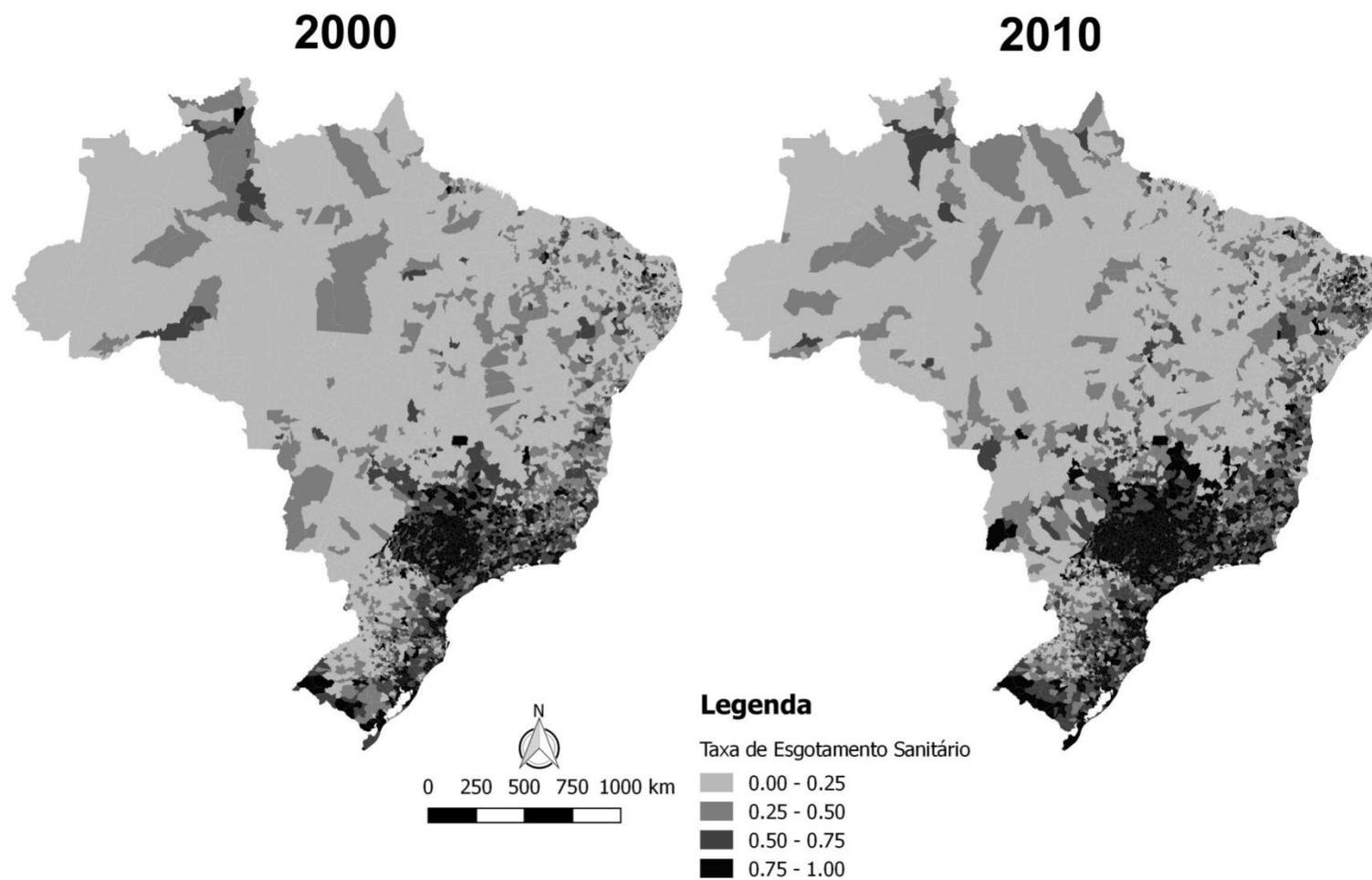
A taxa de esgotamento sanitário é a razão entre a quantidade de domicílios com acesso a serviço de saneamento básico e o total de domicílios de cada município. O indicador é uma *proxy* para a regularização urbanística da cidade e é amplamente utilizado em diferentes estudos, tal como em Machado, Simões e Diniz (2013) em que os autores levam em conta a atratividade das cidades em termos de amenidades urbanas e, conseqüentemente, o nível de qualidade de vida que elas oferecem.

A figura 2 abaixo compara a taxa média de esgotamento sanitário nos municípios brasileiros entre os anos 2000 e 2010, período em que aumentou de 33,91% para 42,31%. Verifica-se que os municípios com uma taxa maior do que 75% se concentraram na região sudeste e ao longo da faixa litorânea do país. Ou seja, apesar da melhora no período, os percentuais ainda são muito baixos e concentrados nos grandes centros urbanos brasileiros.

Desta forma, reforça-se a exclusão de parcela significativa da população de condições de moradia adequadas, o que pode afetar não só a sua saúde, mas também o seu nível de produtividade, que está diretamente relacionado à sua qualidade de vida. Segundo Galvão Junior (2009), os principais entraves à universalização dos

serviços de água e esgoto no Brasil são devidos a questões institucionais do setor, como mecanismos de políticas públicas, titularidade e regulação dos serviços.

Figura 2 – Taxa de Esgotamento Sanitário (Brasil, 2000/2010)



Fonte: A autora, 2018. Baseado nos microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010 do IBGE.

Rendimento médio do trabalho principal

O indicador é uma média municipal para o rendimento bruto proveniente do trabalho principal, cujos valores estão deflacionados com base no ano de 2016. Florida (2005) também utiliza índices de rendimento regional para examinar a geografia do talento. O autor utiliza variáveis como renda *per capita* e variação na renda absoluta, para verificar os efeitos do talento nas características das economias regionais.

Espera-se que a presença de mão de obra especializada, que possui salários mais elevados, aumente a renda média do município. Estudos como o de Pinto e Afonso (2013) corroboram tal expectativa, ao ressaltar que os trabalhadores do núcleo criativo²⁰ possuíam em 2011 um rendimento médio mensal de R\$ 4.693,00²¹, enquanto a média dos trabalhadores brasileiros (incluindo todos os setores da economia) era de R\$ 1.733,00²², quase um terço daquela recebida pelos trabalhadores criativos.

A figura 3 ilustra a distribuição espacial das diferentes faixas de renda no Brasil. A média brasileira para o rendimento do trabalho principal era de R\$399,53 em 2000, enquanto a mesma era de R\$735,78 no ano de 2010, ambas abaixo do salário mínimo vigente em 2016 de R\$880,00 (já que os valores estão atualizados para esta data).

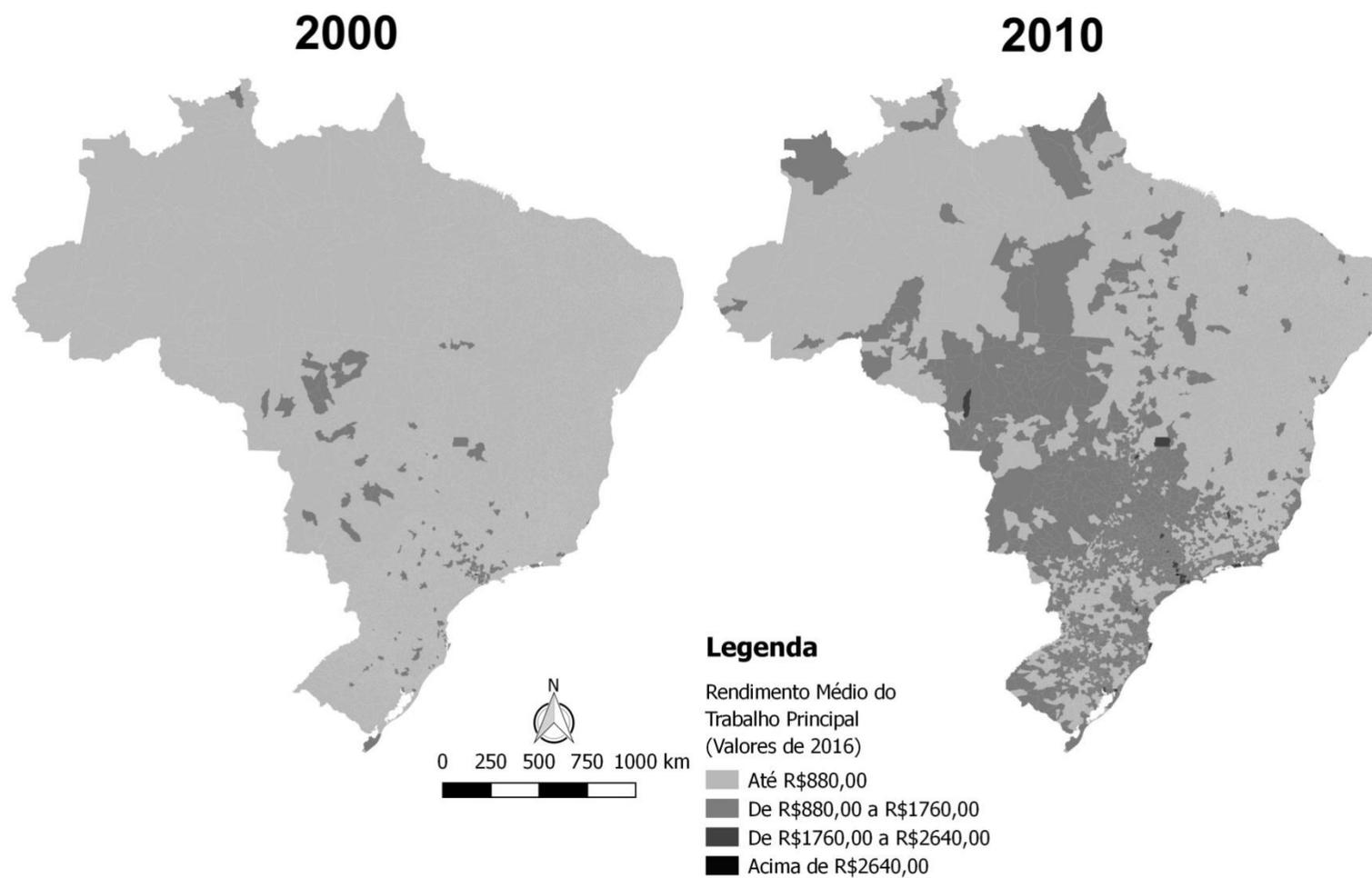
O aumento da renda da população alcançado no período analisado é evidente no mapa abaixo, tendo se concentrado principalmente no eixo centro-sul do país e em alguns municípios da região norte. O mesmo está diretamente relacionado à política de valorização real do salário mínimo, que perdurou durante o período analisado.

²⁰ O núcleo criativo estimado pelos autores é constituído por 810 mil profissionais da indústria criativa (considerando a classificação da UNCTAD), o equivalente a 1,7% do total de trabalhadores brasileiros. Foram considerados apenas dados do trabalho formal.

²¹ Valor para o ano de 2011, equivalente a R\$5078,94 em 2016. Vale ressaltar que os dados utilizados pelos autores são da RAIS que considera apenas o mercado formal de trabalho (enquanto os dados dos CENSOS - utilizados na presente pesquisa - consideram também o mercado informal, puxando então a média da renda do trabalho para baixo).

²² Valor para o ano de 2011, equivalente a R\$1875,51 em 2016. Vale ressaltar que os dados utilizados pelos autores são da RAIS que considera apenas o mercado formal de trabalho (enquanto os dados dos CENSOS - utilizados na presente pesquisa - consideram também o mercado informal, puxando então a média da renda do trabalho para baixo).

Figura 3 – Rendimento Médio do Trabalho Principal (Brasil, 2000/2010)



Fonte: A autora, 2018. Baseado nos microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010 do IBGE.

Índice de Gini

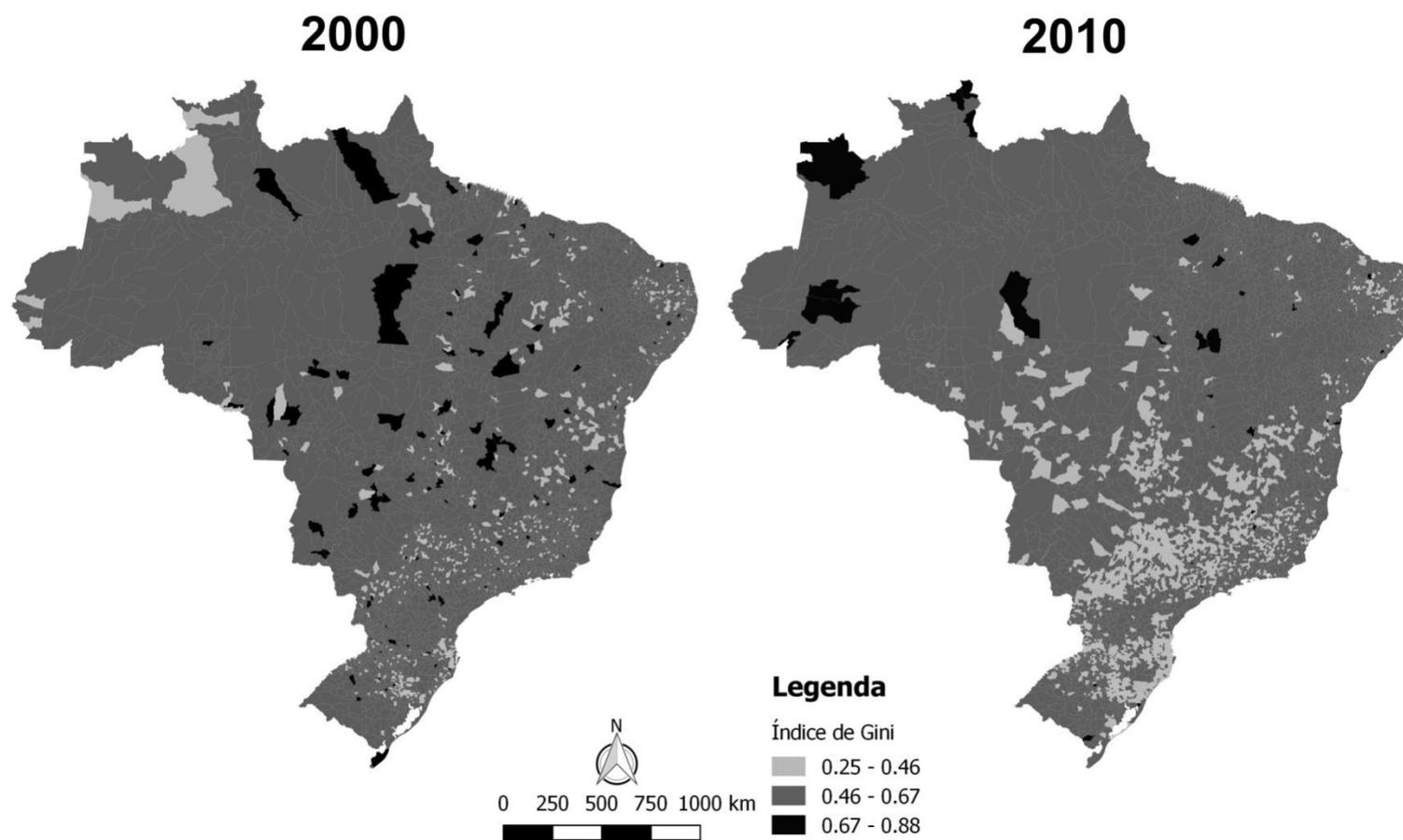
O índice de Gini é uma *proxy* para a concentração de renda. Segundo Brasil (2004), o coeficiente aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos, sendo que o valor zero representa a situação de igualdade e o valor um é quando uma só pessoa detém toda a riqueza (extrema desigualdade). Sendo assim, valores baixos para tal índice representam municípios cuja renda está bem distribuída, o que se torna, conseqüentemente, um fator aglomerativo para aquela localidade²³.

Verifica-se que o índice do Brasil diminuiu de 0,53 em 2000 para 0,49 em 2010, complementando o resultado anterior e evidenciando o fato de que não só a renda da população aumentou durante o período estudado, mas a sua distribuição também melhorou. Na figura 4 abaixo é possível observar tal evolução, principalmente na região centro-sul do país, o que pode ser explicado por diversos fatores que ocorreram simultaneamente no período estudado.

O primeiro motivo atribuído por Barros (2007) foi a melhoria na distribuição de renda do trabalho devido a ganhos reais do salário mínimo, já que o mesmo determina o piso previdenciário e influencia na remuneração de trabalhadores pouco qualificados. Além disso, o autor destaca outros fatores que também contribuíram para tal avanço, como o aumento na cobertura e no tamanho das transferências públicas e transformações no mercado de trabalho (redução da segmentação por gênero e cor, ainda que não muito expressiva).

²³ A qualidade de vida pode ser considerada um fator de atração para o município. Está representada no presente estudo por maiores taxas de esgotamento sanitário (supracitadas) e por uma distribuição de renda mais igualitária.

Figura 4 – Índice de Gini (Brasil, 2000/2010)



Fonte: A autora, 2018. Baseado nos microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010 do IBGE.

Proporção da população abaixo da linha da pobreza

O indicador é a proporção da população cujo rendimento domiciliar *per capita* é menor do que a linha da pobreza, definida como $\frac{1}{4}$ do salário mínimo do ano censitário²⁴. Assim como o Índice de Gini supracitado, o indicador representa aspectos sociais dos municípios brasileiros, sendo que quanto menor os valores apresentados, mais atrativas as localidades se tornam.

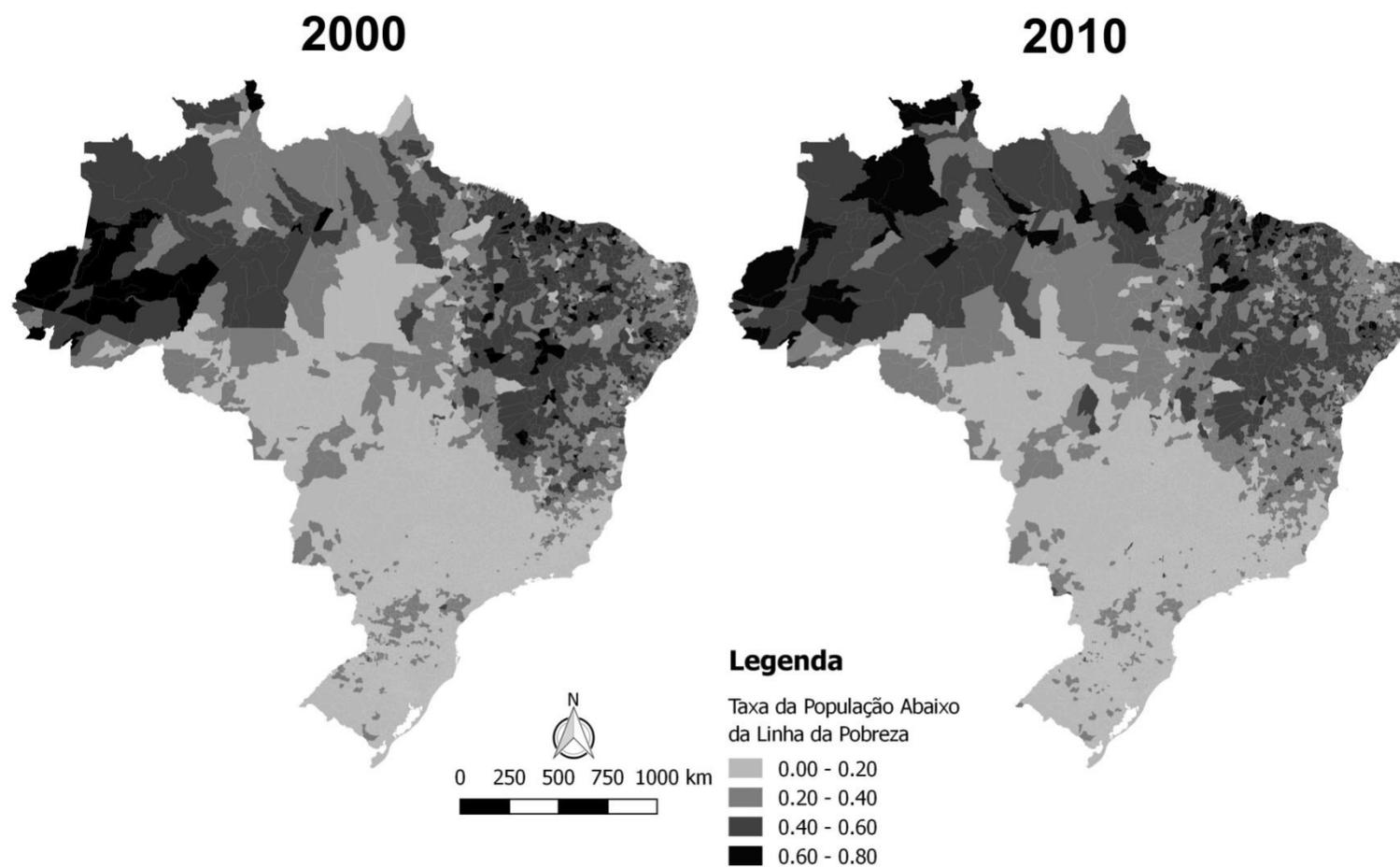
A diferença entre os dois mapas na figura 5 é bastante sutil, o que provavelmente se deve ao fato de que no período estudado houve ganhos reais de salário mínimo. Consequentemente, a linha da pobreza também acompanhou esse aumento, fazendo com que mais pessoas se incluíssem em tal grupo e compensando a diminuição na concentração de renda do período (retratada anteriormente pelo Índice de Gini). Mas, de qualquer forma, a média brasileira para o índice caiu de 23,56% para 22,88% entre os anos de 2000 e 2010.

O trabalho de Barros (2007) corrobora a constatação de que houve diminuição da pobreza em tal período, além disso, compara a efetividade do impacto causado pelas principais políticas adotadas: aumentos no salário mínimo e programas de transferência de renda - em especial o Programa Bolsa Família (PBF). Ao confrontar as duas políticas para qualquer linha e medida de pobreza, constatou-se que em todas elas o PBF possui uma melhor relação custo-efetividade do que as políticas de valorização do salário mínimo.

Rocha (2011) atribui o sucesso do Bolsa Família a traços específicos que o programa incorpora, destacando o fato de que pequenas transferências bem focalizadas possuem grande impacto sobre a desigualdade de renda, além de representarem um baixo gasto sobre o PIB. Outro fator diz respeito às “condicionalidades” atreladas a ele, como frequência à escola e cuidados com saúde, permitindo que se atinjam objetivos de mais longo prazo, rompendo um ciclo vicioso de pobreza.

²⁴ Os salários mínimos eram respectivamente R\$151,00 e R\$510,00, nos anos 2000 e 2010.

Figura 5 – Proporção da População Abaixo da Linha da Pobreza (Brasil, 2000/2010)



Fonte: A autora, 2018. Baseado nos microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010 do IBGE.

Taxa de Formalidade

Brasil

A taxa de formalidade representa a proporção do pessoal ocupado em todos os setores da economia que possui um trabalho formal (razão entre a quantidade total de trabalhadores formais e a quantidade total da população ocupada), em cada município.

A formalidade possui um papel importante ao favorecer a dinâmica das atividades criativas, mesmo com a presença significativa da informalidade no setor (principalmente nos estágios iniciais de atividade). No período observado, a média para o indicador no Brasil passou de 22,22% para 35,48%, apresentando avanços não só na região centro-sul do país, mas também nas regiões Norte e Nordeste.

Ulyssea (2006) salienta que ao longo da década de 1990 houve uma tendência de aumento da informalidade no mercado de trabalho brasileiro. As principais razões foram mudanças na constituição setorial, dada uma expansão do setor de serviços e contração da indústria de transformação, além do aumento da informalidade dentro da própria indústria.

Por outro lado, a partir de 2001 houve uma conversão na trajetória dessa taxa, e a mesma se tornou descendente. Mello e Santos (2009) atribuem tal evento a mudanças na composição educacional da força de trabalho, contrastando-se com outros artigos que enfatizam o papel das inovações tecnológicas e de fatores institucionais. Os autores acreditam que a entrada de uma geração com nível de escolaridade mais alto no mercado de trabalho, foi a responsável por uma maior formalização da economia.

Setor Criativo

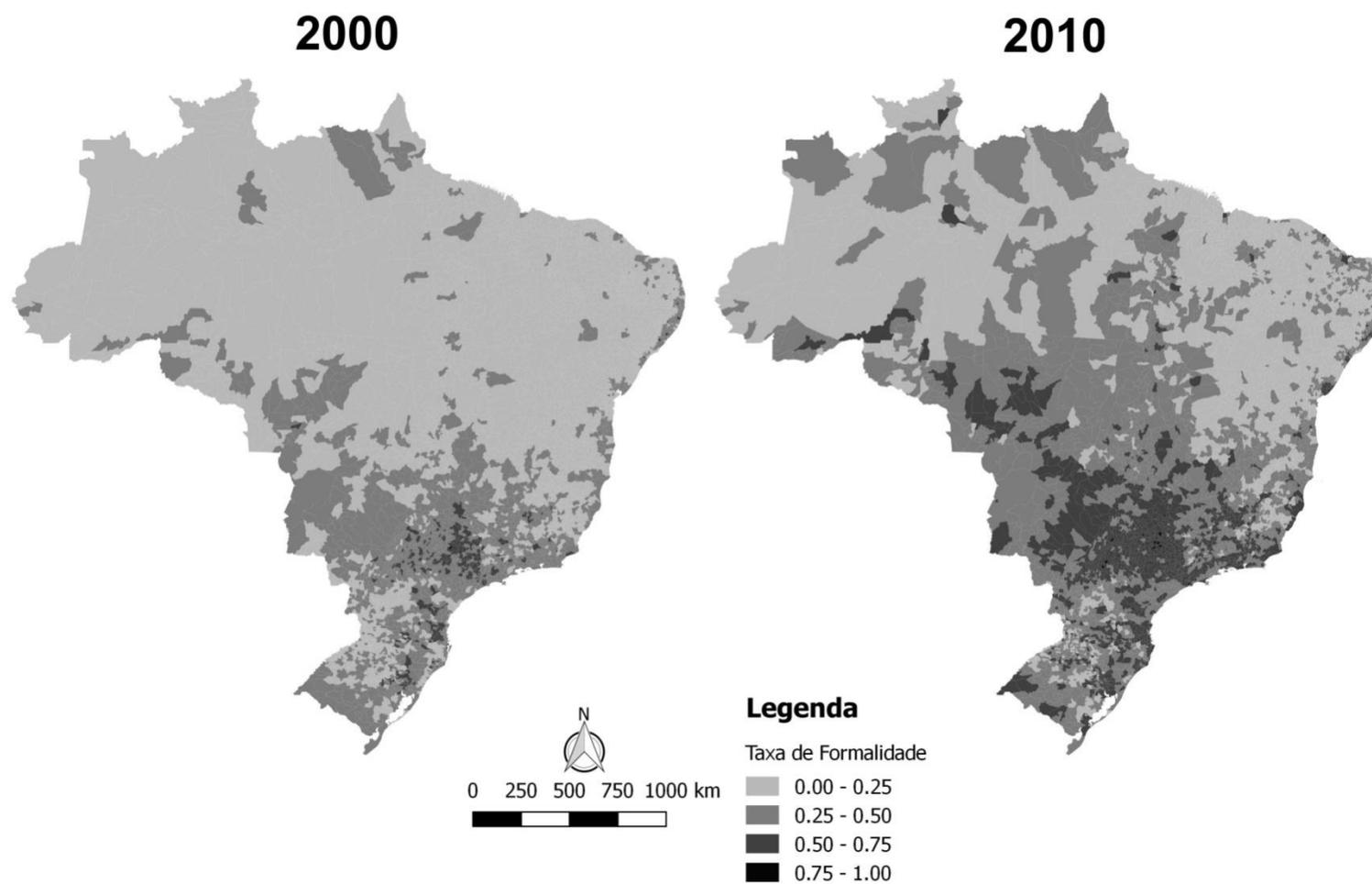
Já a taxa de formalidade do setor criativo diz respeito à proporção do pessoal ocupado apenas no setor criativo (atividades de cultura e inovação,

serviços diversificados e atividades correlacionadas) que possui um vínculo formal.

Segundo UNCTAD (2013), o padrão para os países em desenvolvimento é o de possuir muitos trabalhadores criativos fora do alcance da regulamentação e medição oficiais, ou seja, a informalidade permeia a economia criativa em tais países, particularmente porque estes possuem uma capacidade limitada de conceder subsídios e regular a atividade.

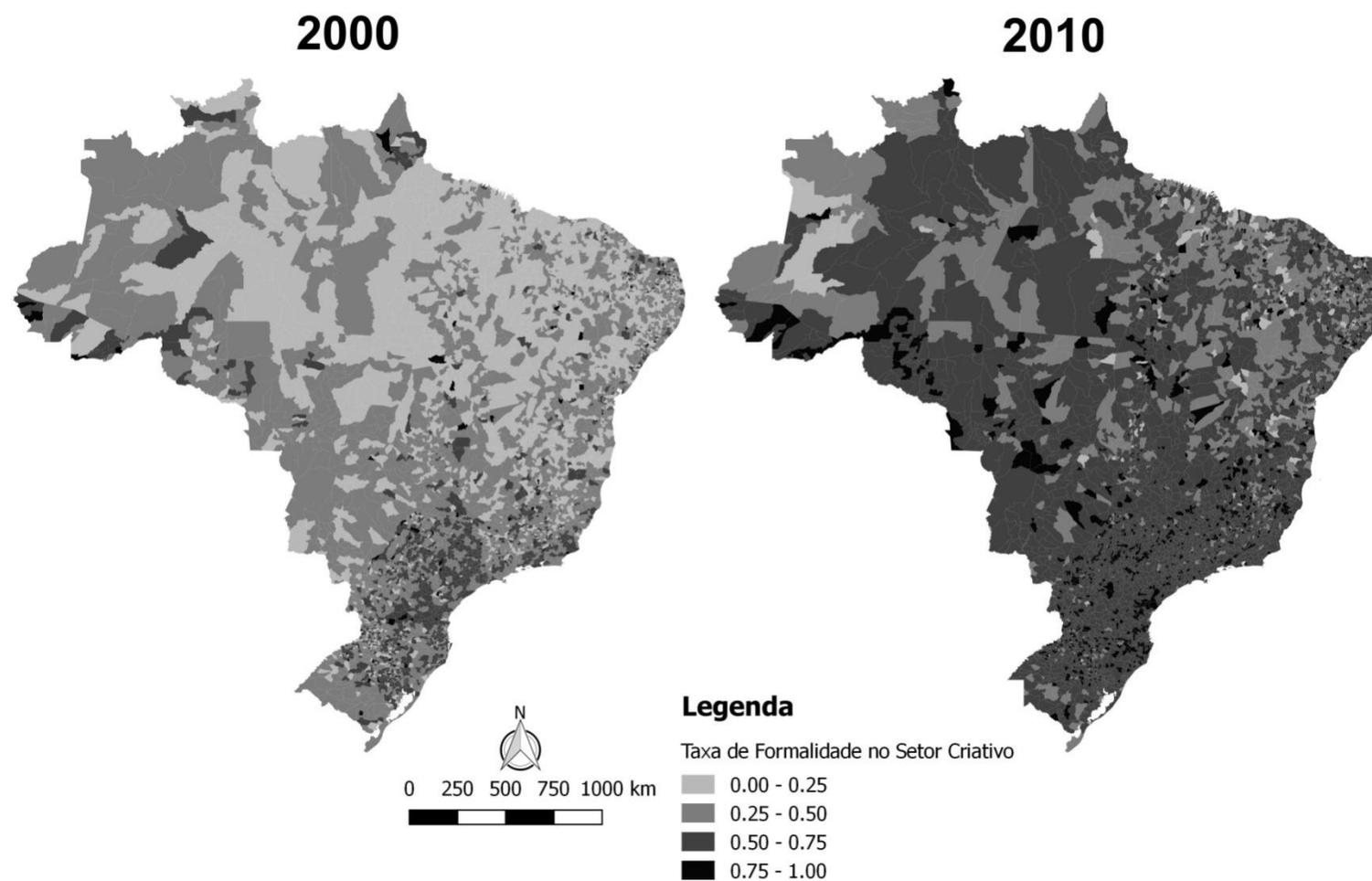
Ao contrário do que se espera das atividades consideradas como criativas, o setor apresentou taxas de formalidade mais altas do que a média para o total de setores da economia, equivalentes a 34,48% e 61,14%, nos anos 2000 e 2010, respectivamente. O indicador acompanhou o aumento vivido pelos outros setores, e a sua distribuição também abrangeu todo o território nacional (porém de forma mais intensa do que o anterior), como pode ser verificado nas figuras 6 e 7 abaixo.

Figura 6 – Taxa de Formalidade no Brasil (Brasil, 2000/2010)



Fonte: A autora, 2018. Baseado nos microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010 do IBGE.

Figura 7 – Taxa de Formalidade no Setor Criativo (Brasil, 2000/2010)



Fonte: A autora, 2018. Baseado nos microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010 do IBGE.

Indicadores de escolaridade

Segundo Florida (2005), o nível de escolaridade²⁵ dos indivíduos é um fator importante para a caracterização das localidades chamadas criativas. O setor, por ser intensivo em capital humano, requer trabalhadores mais especializados, que possuem um nível de instrução mais alto e que conseqüentemente são mais produtivos. Por possuírem tal perfil, tais municípios são mais dinâmicos e por isso se destacam no cenário nacional.

Machado, Simões e Diniz (2013) utilizam como indicador de educação a proporção de residentes adultos que acabaram o ensino médio. Enquanto Golgher (2008) utiliza o índice de qualificação superior e o índice de qualificação de pós-graduação²⁶ para caracterizar os municípios brasileiros. Segundo o autor, os indicadores que abrangem os estudantes e não estudantes em nível de graduação e de mestrado/doutorado são *proxys* para a qualificação e para a capacidade de inovação, respectivamente, da população de uma cidade.

Os autores supracitados baseiam-se na teoria de Florida (2005), que constrói um índice de talento, compreendendo aquelas pessoas com nível de escolaridade de ensino superior ou mais. O índice também contempla dados sobre trabalhadores profissionais e técnicos, cientistas e engenheiros. Florida (2005) fundamenta-se na teoria do capital humano, cuja ideia central é a de que a chave para o crescimento regional é a dotação de pessoal altamente qualificado e produtivo.

Nesse mesmo sentido, a educação tem ocupado lugar de destaque também nos estudos de economia do trabalho, que investigam os fatores que influenciam a determinação de salários, tais como os anos adicionais de escolaridade. Silva, Santos e Freguglia (2016) encontram resultados que corroboram a teoria vigente, ao identificar que o retorno à educação no Brasil,

²⁵ Salienta-se que qualificação não é sinônimo apenas de escolaridade formal, todavia, dadas as limitações da base de dados utilizada no presente estudo, apenas essa última será considerada.

²⁶ O autor também utiliza os índices de qualificação técnica superior e de pós-graduação (ambos levam em conta o nível de escolaridade e as respectivas ocupações) e um índice síntese que é uma combinação dos seus quatro índices de escolaridade.

por ciclos de escolaridade, foi positivo e significativo em todas as especificações consideradas.

Abaixo são detalhados todos os níveis de escolaridade utilizados, tanto para o Brasil quanto para o setor criativo nos anos 2000 e 2010. É importante observar a escala de valores dos mapas, já que os mesmos são ainda muito baixos no Brasil, e quanto maior o nível de instrução, menores são as respectivas taxas. Apesar disso, houve melhorias em todos os indicadores de educação avaliados.

Taxa de qualificação em nível médio

O indicador é a proporção da população com nível de instrução entre 11 e 14 anos de estudo. A média para o Brasil praticamente dobrou entre os anos 2000 e 2010, subindo de 7,02% para 13,91%. O avanço da quantidade de indivíduos com diploma de ensino médio se deu ao longo de todo o território nacional, com destaque para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, que apresentaram os maiores valores para a taxa (figura 8).

O trabalho de Ferreira, Menezes Filho e Komatsu (2017) encontrou resultados muito próximos para o percentual de concluintes do ensino médio, entre os anos 2000 e 2010. Os autores estimaram que a média para os municípios brasileiros subiu de 10% para 16% no período contemplado. Outros estudos consideraram os efeitos desse aumento do nível de escolaridade sobre algumas variáveis importantes, como renda do trabalho, renda *per capita*, migração e ocupação.

Silva, Santos e Freguglia (2016) estimaram que o retorno à educação (acréscimo salarial) variou entre 83% e 2,9% para o ensino médio completo ou incompleto entre 1995 e 2008. Lima, Simões e Hermeto (2016) apontaram em seu artigo que dentre os indivíduos mais escolarizados (11 a 14 e 15 ou mais anos de estudo), constatou-se uma maior probabilidade de migrar em relação aos outros grupos. O estudo de Menezes Filho et al. (2016) encontrou correlação positiva entre a proporção de pessoal com ensino médio e a taxa de ocupação, o salário médio e a renda domiciliar *per capita*.

Taxa de qualificação Superior

A taxa de qualificação superior é a proporção da população com instrução maior ou igual a 15 anos de estudo e que cursam ou cursaram o ensino superior. Não são incluídos aqueles indivíduos que cursam ou cursaram pós-graduação, já que os mesmos estão contidos na taxa de qualificação em nível de pós-graduação.

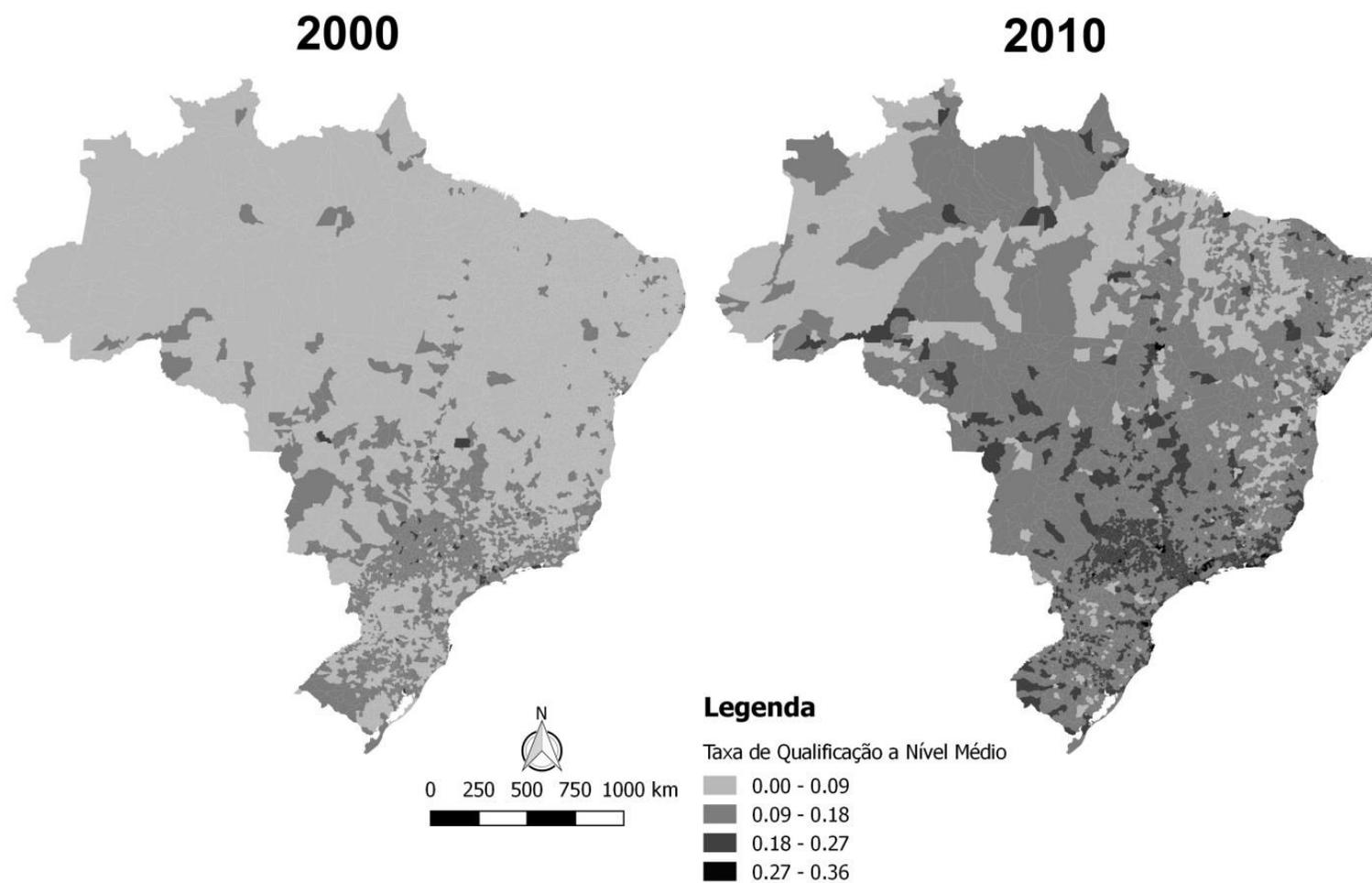
A média subiu de 1,10% para 2,65% no período estudado, e apesar dos valores serem muito baixos e demonstrarem uma grande necessidade de melhora na educação do país, verifica-se que houve um aumento significativo no período, equivalente a uma variação de 141,16%. Os indivíduos com diploma de curso superior se concentraram na região centro-sul do país (figura 9).

Ferreira, Menezes Filho e Komatsu (2017) encontraram números mais elevados para a proporção de concluintes do ensino superior, provavelmente devido ao fato de não o distinguirem da escolaridade em nível de pós-graduação. Os autores estimaram médias de 2% e 6% para os anos de 2000 e 2010, respectivamente. A conclusão a que chegaram em seu trabalho foi a de que existe correlação positiva entre o nível de escolaridade e a produtividade dos indivíduos (considerando constante o nível inicial da produtividade, do salário médio e da renda *per capita*, para controlar os seus efeitos).

Além dos resultados encontrados por Menezes Filho et al. (2016) que indicam o impacto da educação superior nos níveis de salário, ocupação e renda, os autores também destacam que tais investimentos podem gerar uma série de outras externalidades positivas, tais como: redução da criminalidade; redução das taxas de fecundidade; melhoria de condições de saúde; aumento de consciência política e redução das distâncias sociais entre indivíduos.

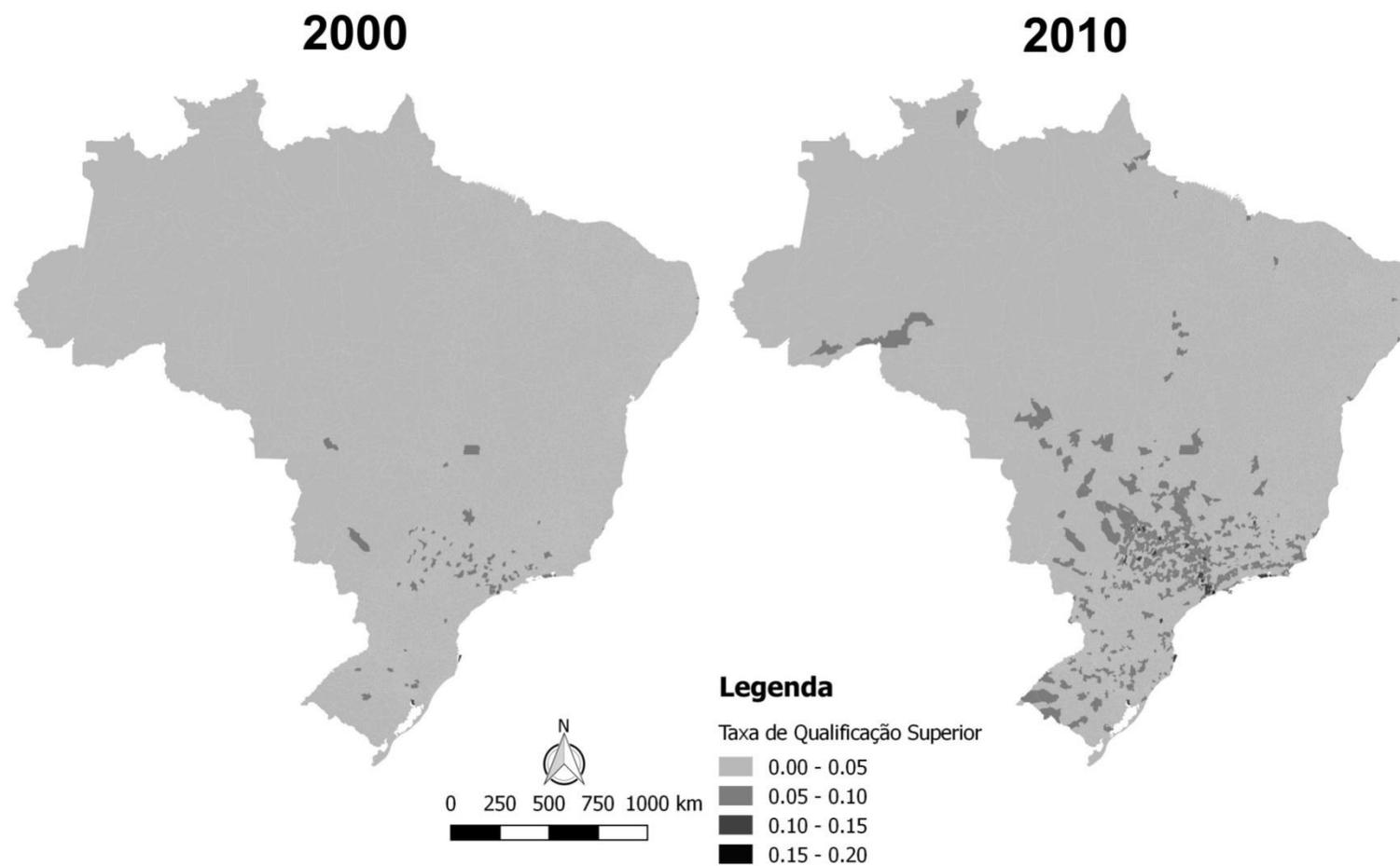
O mapa para a taxa de qualificação em nível de pós-graduação, que é a proporção da população com instrução maior ou igual a 15 anos de estudo e que cursam ou cursaram mestrado e/ou doutorado, não foi confeccionado, pois os valores foram muito baixos, o que inviabilizou a análise de sua distribuição territorial. O índice variou de 0,05% para 0,90% entre os anos de 2000 e 2010 e também se concentrou na região centro-sul do país (mais especificamente no estado de São Paulo).

Figura 8 – Taxa de Qualificação em nível Médio (Brasil, 2000/2010)



Fonte: A autora, 2018. Baseado nos microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010 do IBGE.

Figura 9 – Taxa de Qualificação Superior (Brasil, 2000/2010)



Fonte: A autora, 2018. Baseado nos microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010 do IBGE.

Taxa de qualificação superior no setor criativo

A taxa é a proporção de pessoal ocupado no setor criativo (atividades de cultura e inovação, serviços diversificados e atividades correlacionadas) com instrução maior ou igual a 15 anos de estudo e que cursam ou cursaram o ensino superior.

Ao comparar a figura 9 acima com a figura 10 abaixo, é necessário atentar-se para a diferença de escala entre as taxas, porque os valores da primeira variam até 20% enquanto os da segunda variam até 100%. Isso porque a média para os indivíduos com nível superior no setor criativo é mais alta do que aquela que abrange todos os setores, sendo igual a 9,52% para o ano de 2000 e 16,87% em 2010. Tal resultado corrobora as proposições de Florida (2005) de que o setor criativo atrai pessoas mais qualificadas e que possuem maior probabilidade de inovar e empreender. O que decorre do fato do setor contemplar atividades de alto valor agregado vinculadas aos serviços prestados às indústrias.

O padrão de distribuição territorial para a proporção de indivíduos com qualificação superior em todos os setores da economia e apenas no setor criativo é o mesmo: concentrado na região centro-sul do Brasil. Porém, para o segundo grupo, as taxas são mais bem distribuídas dentro dessa região e possuem uma participação mais significativa nos municípios do nordeste (e menos significativa para aqueles da região norte).

Taxa de qualificação em nível de pós-graduação no setor criativo

A taxa de qualificação em nível de pós-graduação no setor criativo é a proporção de pessoas ocupadas no setor (atividades de cultura e inovação, serviços diversificados e atividades correlacionadas) com instrução maior ou igual a 15 anos de estudo e que cursam ou cursaram mestrado e/ou doutorado.

Ao contrário da taxa de qualificação em nível de pós-graduação para o Brasil como um todo, foi possível construir um mapa para ilustrar a distribuição dos dados, cuja escala de valores varia até 44%. Isso porque, a média para o

pessoal ocupado no setor é muito maior, passando de 0,54% para 6,19% no período de 10 anos compreendido pelo estudo, apresentando uma variação equivalente a 1046,29% (figura 11).

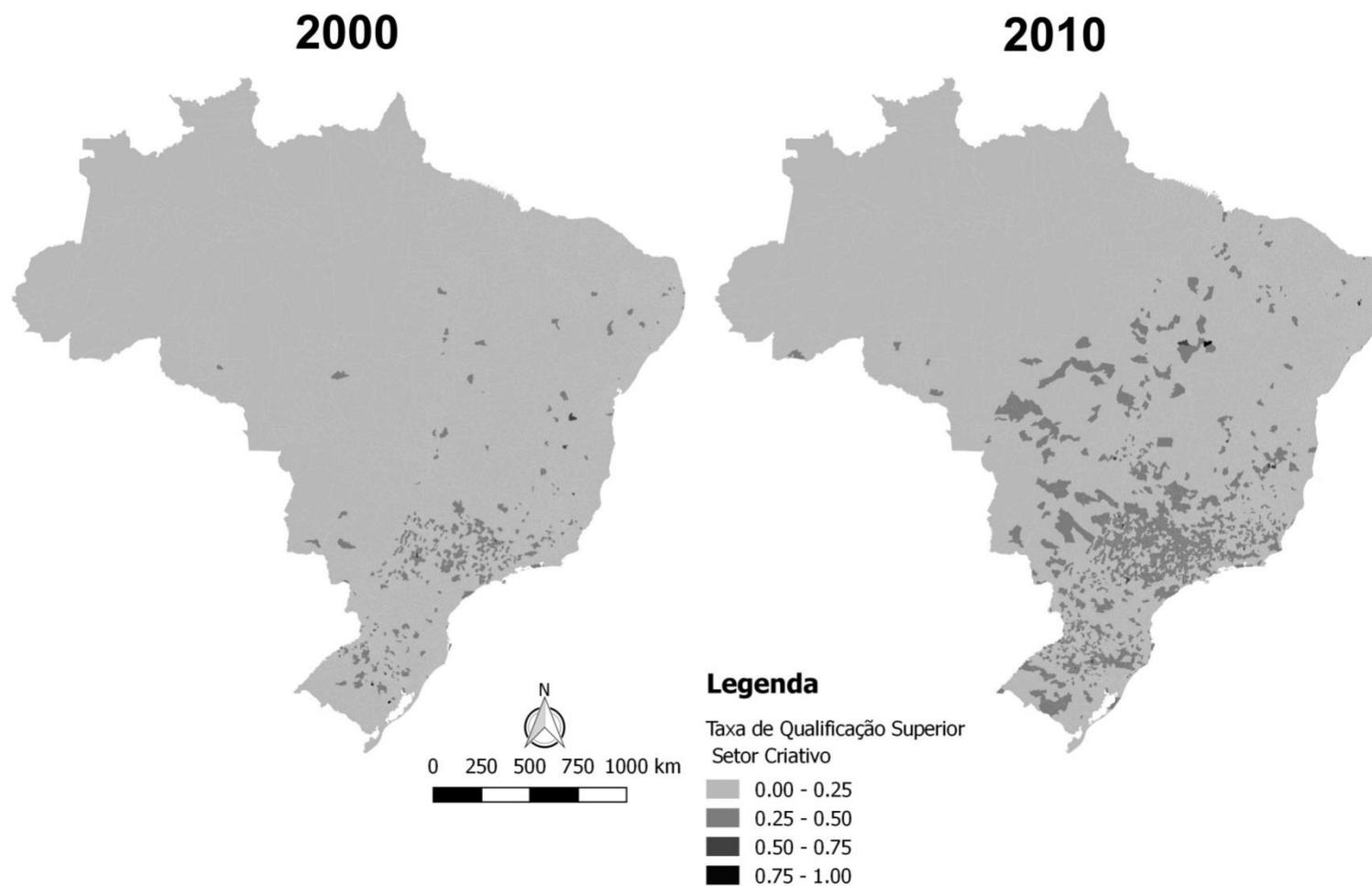
Mais uma vez, as taxas de escolaridade do setor mostram o potencial que a mão de obra criativa possui para torná-lo mais dinâmico e para potencializar o crescimento local. Segundo Silva, Santos e Freguglia (2016), o capital humano acumulado nas cidades amplia a produtividade média dos trabalhadores por meio de *spillovers*, que possibilitam a troca de experiências e conhecimentos por intermédio das interações em ambientes densos.

Em termos geográficos o indicador demonstrou uma distribuição mais homogênea do que os anteriores, com exceção da região norte do país, que possui apenas alguns municípios com uma proporção de pós-graduados maior do que 11% do pessoal ocupado no setor criativo.

Os resultados obtidos tanto para os níveis de qualificação superior quanto para qualificação de pós-graduação corroboram a teoria de que o setor criativo possui trabalhadores mais qualificados e inovadores, por englobar atividades intensivas em capital humano. O argumento permeia o presente estudo e justifica o uso de tais indicadores na caracterização das cidades e construção das aglomerações criativas.

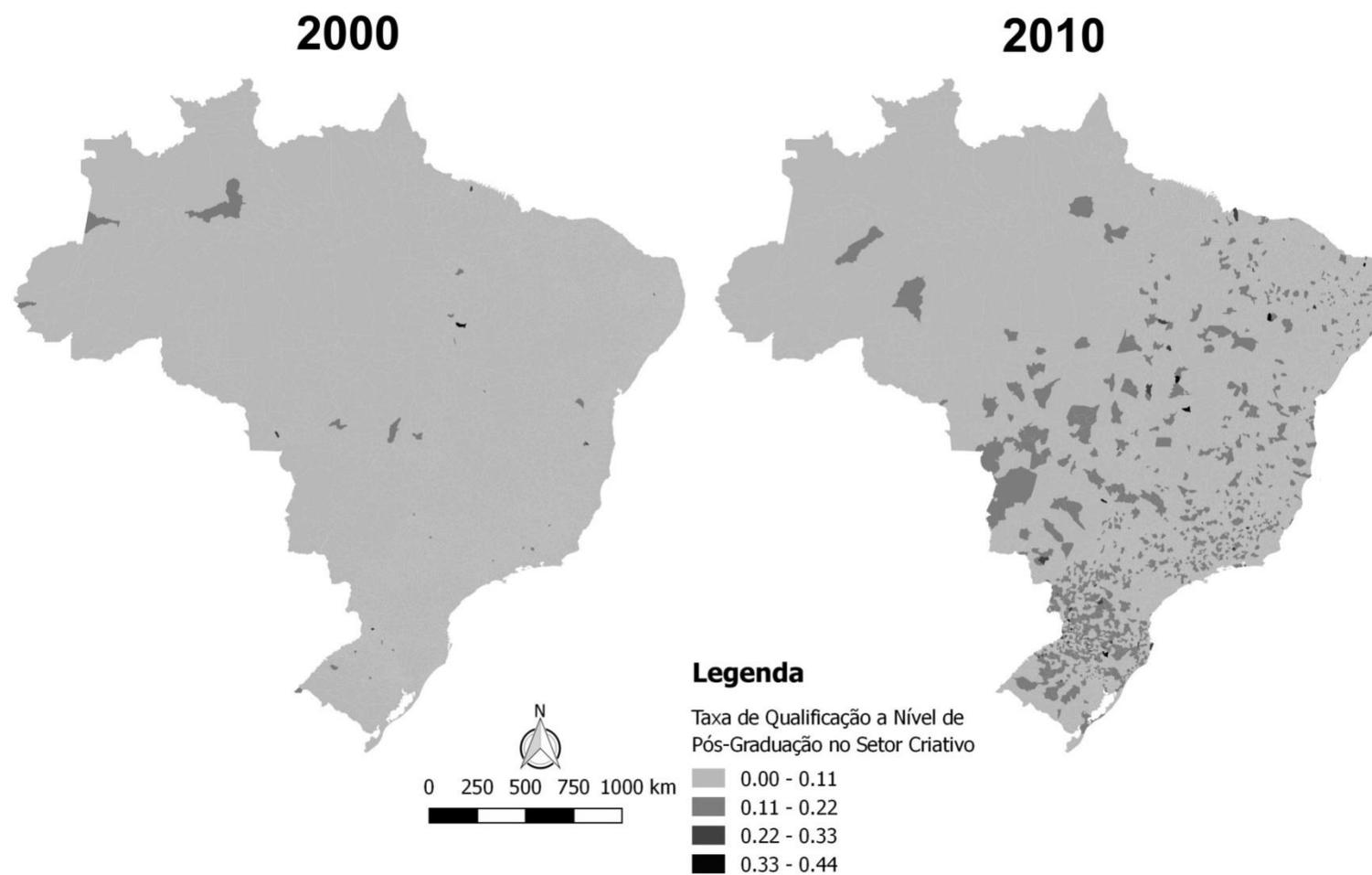
É preciso destacar que as taxas referentes ao setor criativo, especificamente, utilizam como denominador o pessoal ocupado em suas atividades, ao invés da população total de cada município. Desta forma, pode acontecer de algum município que possua baixa proporção de indivíduos ocupados na indústria, apresentar altas taxas de qualificação para a mesma, já que aqueles poucos trabalhadores criativos podem possuir o respectivo nível de instrução. Sendo assim, é necessário levar em conta o indicador referente à proporção do pessoal ocupado no setor criativo, que será apresentado a seguir.

Figura 10 – Taxa de Qualificação Superior no Setor Criativo (Brasil, 2000/2010)



Fonte: A autora, 2018. Baseado nos microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010 do IBGE.

Figura 11 – Taxa de Qualificação em nível de Pós-Graduação no Setor Criativo (Brasil, 2000/2010)



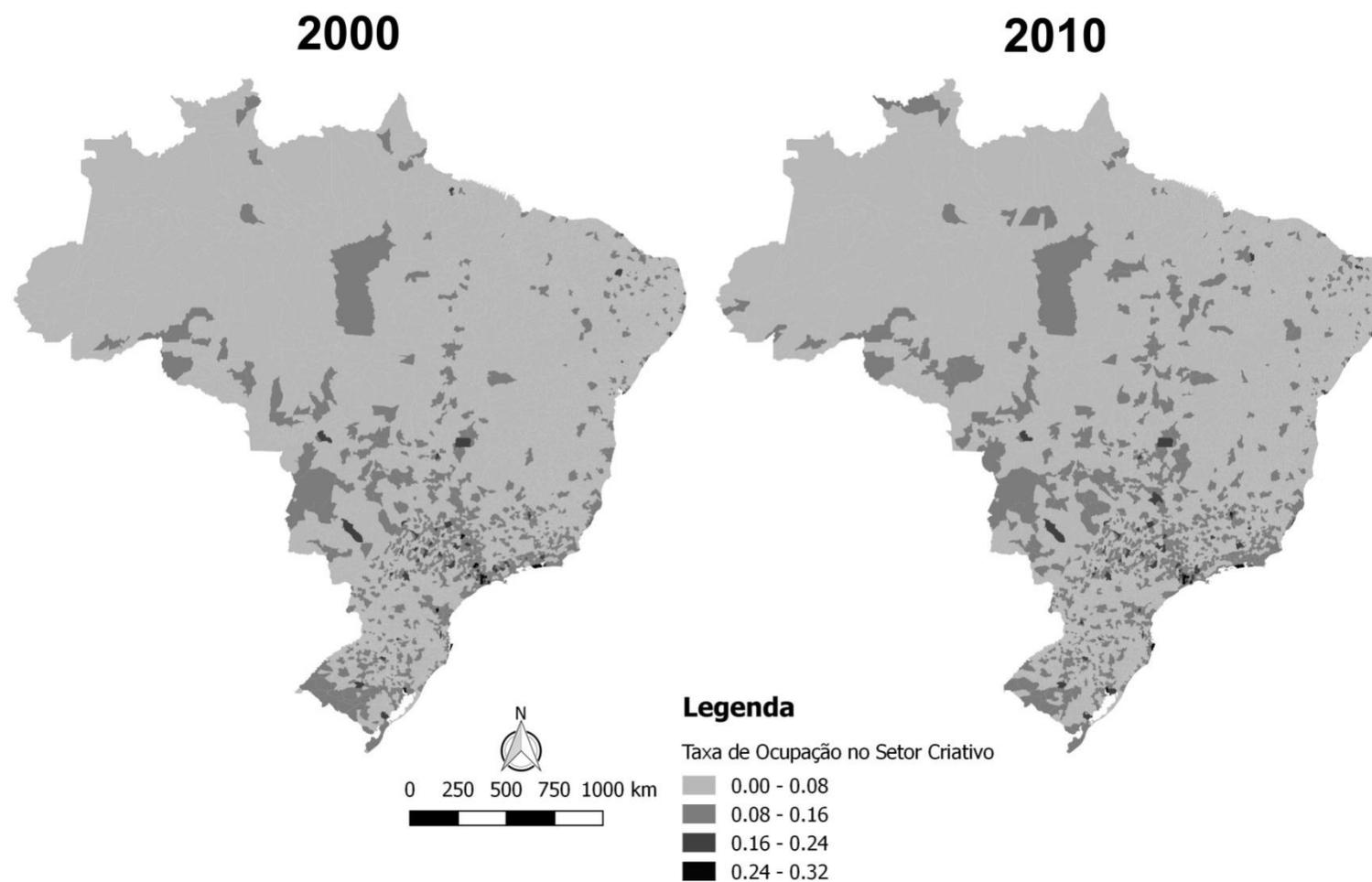
Fonte: A autora, 2018. Baseado nos microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010 do IBGE.

Proporção de pessoal ocupado no setor criativo

O indicador é a razão entre o total do pessoal ocupado nos setores classificados como criativos (atividades de cultura e inovação, serviços diversificados e atividades correlacionadas) e o total do pessoal ocupado da economia. O mesmo é tido como uma *proxy* para a classe criativa assim como em Florida (2005), que ao construir o índice de talento considera não só a qualificação dos indivíduos, mas também a ocupação dos mesmos.

A média brasileira para a proporção de trabalhadores criativos passou de 4,35% para 5,61% entre 2000 e 2010. Esse pequeno aumento pode explicar os altos valores nas taxas anteriores (referentes ao setor criativo), pois os numeradores (das referidas razões) cresceram mais rápido do que o denominador. Em termos geográficos, a sua distribuição se concentrou na região centro-sul do país, tendo mudado muito pouco sua configuração ao longo do tempo. Tal concentração deve-se ao fato do setor exigir amplas economias de escala, além de atividades dinâmicas, intensivas em capital e de maior valor agregado (figura 12).

Figura 12 – Proporção de Pessoal Ocupado no Setor Criativo (Brasil, 2000/2010)



Fonte: A autora, 2018. Baseado nos microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010 do IBGE.

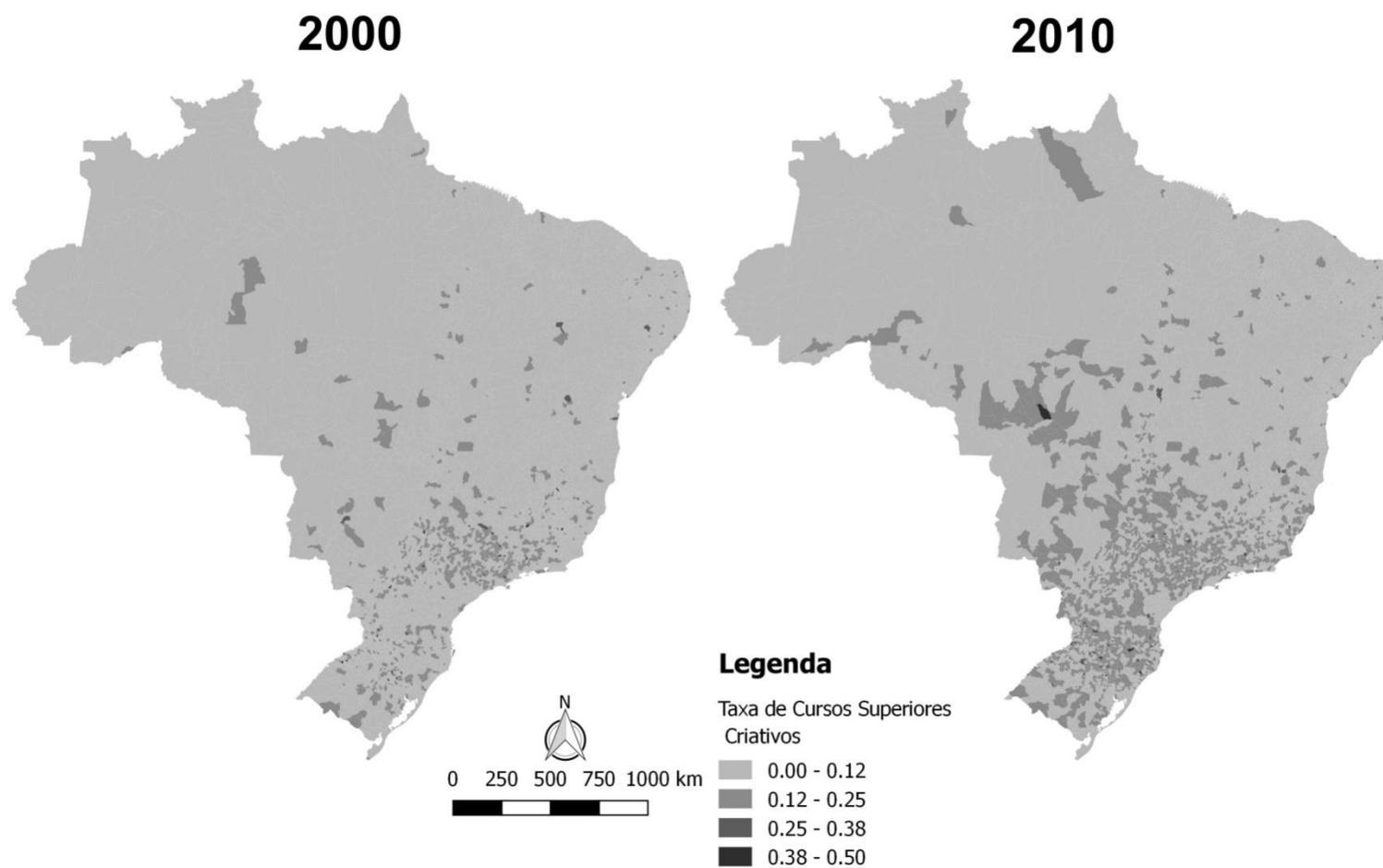
Taxa de cursos superiores criativos

O indicador se refere à proporção de pessoal ocupado no setor criativo que frequenta ou frequentou cursos de graduação relacionados à criatividade. As formações superiores consideradas foram: artes, ciências sociais e comportamentais, jornalismo e informação, comércio e administração, computação, engenharia e profissões correlatas, arquitetura e construção, veterinária e saúde.

A taxa média passou de 4,79% para 7,86% no período, revelando que os trabalhadores do setor ainda são pouco especializados em sua área. Como a média de qualificação superior no setor variou de 9,52% para 16,87%, conclui-se que apenas metade dos trabalhadores criativos com ensino superior exerce sua área de formação original. Tal resultado pode estar comprometendo diretamente o efetivo potencial do setor, já que o nível de qualificação da mão de obra é um fator tão importante para a produtividade do mesmo (figura 13).

Como na maioria dos índices anteriores, a sua distribuição espacial se concentra na região centro-sul do país, tendo se intensificado no segundo período analisado.

Figura 13 – Taxa de Cursos Superiores Criativos (Brasil, 2000/2010)



Fonte: A autora, 2018. Baseado nos microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010 do IBGE.

A análise descritiva dos indicadores censitários para o setor demonstra a sua expressiva heterogeneidade: tanto em termos espaciais quanto em determinados índices analisados. Uma vez identificadas essas particularidades e considerando o seu potencial de crescimento, é importante identificar padrões (grupos) mais específicos, que sejam capazes de criar uma tipologia regional para o setor criativo.

Através do método de grupamento hierárquico não espacial será possível identificar grupos de municípios com características similares relativas ao setor criativo (mais dinâmicos, menos dinâmicos, intermediários, etc.), o que pode auxiliar a elaboração de estratégias para o desenvolvimento do setor e estimular efeitos de encadeamento/transbordamento.

4.2 Aglomerações Criativas no Brasil: mapeamento de áreas potenciais e dinamismo local

A identificação de padrões regionais específicos para as indústrias criativas no Brasil, a partir dos dados censitários (setores formal e informal), evidencia sua concentração nas áreas mais dinâmicas do país, estejam elas localizadas na região centro-sul (principalmente) ou nos grandes polos metropolitanos de suas diferentes macrorregiões.

A caracterização realizada demonstra a importância do ambiente institucional urbano para o desenvolvimento de tais atividades. As localidades que possuem mão de obra mais qualificada (capital humano); uma população com maior propensão ao risco (empreendedores); maior capacidade inovadora; redes de contato para troca de informações e conhecimento; instituições financeiras e de fomento à pesquisa; etc., exercem relativa atratividade para o estabelecimento e desenvolvimento de atividades criativas, pois esse ambiente estimula economias de localização e de diversificação (ou urbanização) que geram vantagens competitivas para o setor.

Com o intuito de criar uma tipologia regional para as indústrias criativas no Brasil, serão estimados modelos de agrupamento hierárquico *a-espacial*. Tal procedimento viabilizará o mapeamento e a identificação de localidades com potenciais aglomerações produtivas no setor criativo no Brasil. A identificação dessas áreas pode ser considerada um primeiro estágio para a análise espacial mais detalhada do setor, uma vez que a análise estatística não incorpora variáveis relacionadas à robustez institucional, característica fundamental dos aglomerados produtivos.

Para a estimação dos grupos foram utilizadas as seguintes variáveis municipais: taxa de esgotamento sanitário; rendimento médio do trabalho principal; proporção do pessoal ocupado no setor criativo; taxa de formalidade no setor criativo; taxa de escolaridade em nível superior no setor criativo; taxa de escolaridade em nível de pós-graduação no setor criativo; coeficiente de gini; proporção de pessoal ocupado no setor criativo que possui curso superior em áreas criativas; classificação da região de influência das cidades (REGIC).

Em relação à classificação REGIC, foram utilizados os dados do relatório REGIC/2007 do IBGE para indicar a posição hierárquica municipal na rede urbana nacional. Devido às características das indústrias Criativas (intensivas em capital humano e favorecidas pelo meio urbano) foram selecionados para a análise apenas os municípios brasileiros classificados até o nível 3B ou 8º nível da classificação REGIC. Ou seja, foram analisadas as metrópoles, as capitais regionais e os centros sub-regionais²⁷.

Desta forma, o tamanho da amostra utilizada na análise multivariada foi limitado para 246 municípios, o que possibilitará uma maior discriminação entre os grupos encontrados e uma investigação mais detalhada dos padrões encontrados para os municípios mais dinâmicos (entre os principais níveis da hierarquia urbana).

Para determinar o número de grupos a serem estimados dentro da análise de agrupamento hierárquico, foram utilizados dendogramas, que representam a “árvore” ou história do agrupamento. Segundo Mingoti (2007) a construção dos dendogramas é possível devido à propriedade da hierarquia, intrínseca às técnicas hierárquicas aglomerativas. Tal característica significa que em cada etapa do algoritmo, cada novo conglomerado formado é um agrupamento dos conglomerados produzidos nos estágios anteriores.

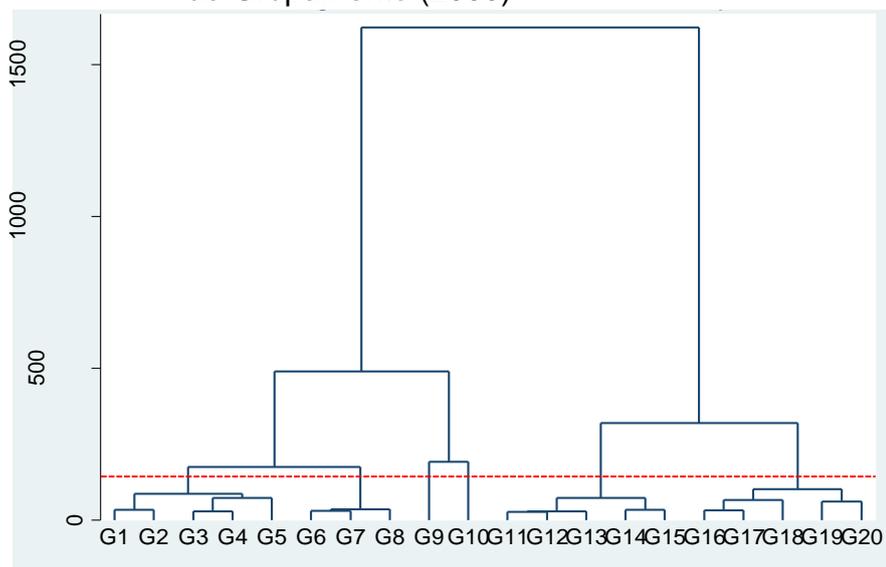
O dendograma é um gráfico em forma de árvore, cujo eixo vertical representa o nível de similaridade, e o eixo horizontal possui os elementos amostrais numa ordem relativa à história do agrupamento. O gráfico pode ser utilizado como uma ferramenta para visualização da perda acentuada de similaridade (à medida que avança o algoritmo e a distância entre os conglomerados). Desta forma, é possível saber o momento ideal de parada do algoritmo, ou seja, o número final de conglomerados e a composição dos grupos (MINGOTI, 2007).

Verifica-se na figura 14 os vinte ramos superiores do dendograma para o modelo do ano 2000, indicando o agrupamento dos municípios em 6 grupos

²⁷ Os grupos foram anteriormente estimados para todos os municípios do Brasil, porém observou-se que as localidades cujo setor criativo é mais dinâmico estavam todas concentradas em um mesmo grupo (para 2000 tal grupo compreendeu 176 municípios e para 2010 foram 148), sendo que a sua classificação REGIC variou até o nível 8. Desta forma, optou-se por limitar o número de municípios utilizando o critério REGIC, para possibilitar uma melhor discriminação entre os municípios mais dinâmicos e conseguir estabelecer um padrão de comportamento entre os mesmos.

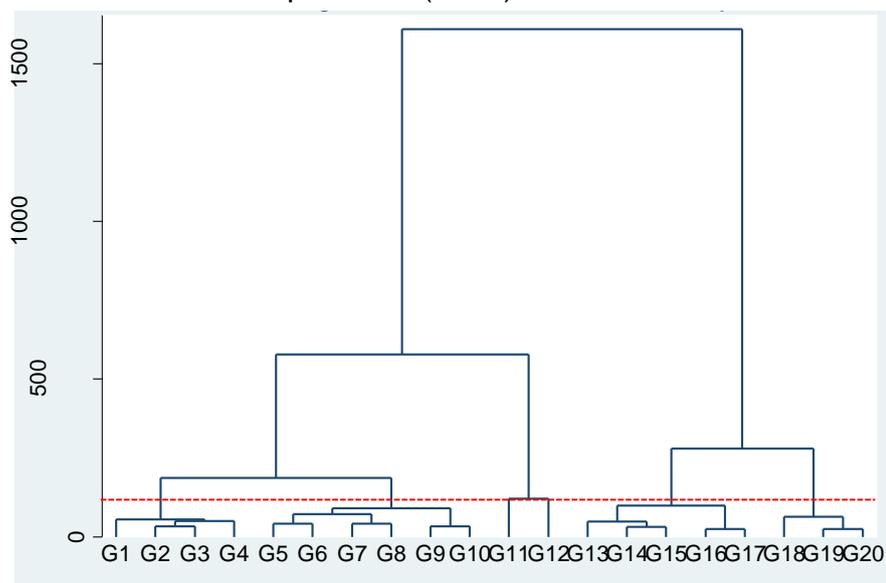
aproximadamente homogêneos (maior grau de similaridade de acordo com os critérios – variáveis – adotados). A figura 15 é bastante similar à anterior, e leva à mesma conclusão quanto ao número de grupos a serem estimados para 2010.

Figura 14 – Dendograma (20 ramos superiores) para a Análise de Grupamento (2000)



Fonte: A autora, 2018. Baseado nos microdados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE.

Figura 15 – Dendrograma (20 ramos superiores) para a Análise de Grupamento (2010)



Fonte: A autora, 2018. Baseado nos microdados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE.

As tabelas 2 e 4 abaixo mostram a quantidade de municípios presentes em cada um dos grupos estimados e também os percentuais absolutos e acumulados. Já as tabelas 3 e 5 mostram as taxas médias supracitadas, equivalentes a cada um deles. As figuras 16 e 17, apresentadas posteriormente, representam a distribuição dos grupos estimados ao longo do território brasileiro e a variação da sua configuração durante o período estudado.

Tabela 2 – Quantidade de municípios em cada grupo (2000)

| Grupos | Frequência | Percentual | Acumulado |
|--------------|------------|------------|-----------|
| 1 | 57 | 23.17 | 23.17 |
| 2 | 41 | 16.67 | 39.84 |
| 3 | 10 | 4.07 | 43.9 |
| 4 | 16 | 6.5 | 50.41 |
| 5 | 58 | 23.58 | 73.98 |
| 6 | 64 | 26.02 | 100 |
| Total | 246 | 100 | |

Fonte: A autora, 2018. Baseado nos microdados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE.

Tabela 3 – Taxas médias para os respectivos grupos (2000)

| Taxas | Grupos | | | | | |
|---------------------------------|--------|--------|---------|--------|--------|--------|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| Taxa de esgoto | 0.89 | 0.83 | 0.93 | 0.65 | 0.54 | 0.32 |
| Rendimento médio do trabalho | 876.75 | 702.05 | 1336.32 | 827.18 | 608.28 | 401.25 |
| Taxa de PO do setor | 0.13 | 0.10 | 0.23 | 0.15 | 0.10 | 0.06 |
| Taxa de formalidade do setor | 0.52 | 0.53 | 0.54 | 0.50 | 0.47 | 0.36 |
| Taxa de curso superior no setor | 0.25 | 0.21 | 0.31 | 0.22 | 0.17 | 0.10 |
| Taxa de pós-graduação no setor | 0.02 | 0.01 | 0.03 | 0.02 | 0.01 | 0.01 |
| Coeficiente de Gini | 0.56 | 0.53 | 0.59 | 0.62 | 0.58 | 0.58 |
| Taxa de cursos criativos | 0.14 | 0.12 | 0.19 | 0.12 | 0.08 | 0.04 |
| REGIC | 6.54 | 7.22 | 3.20 | 3.75 | 6.74 | 7.58 |

Fonte: A autora, 2018. Baseado nos microdados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE.

Tabela 4 – Quantidade de municípios em cada grupo (2010)

| Grupos | Frequência | Percentual | Acumulado |
|---------------|-------------------|-------------------|------------------|
| 1 | 36 | 14.63 | 14.63 |
| 2 | 89 | 36.18 | 50.81 |
| 3 | 9 | 3.66 | 54.47 |
| 4 | 15 | 6.1 | 60.57 |
| 5 | 60 | 24.39 | 84.96 |
| 6 | 37 | 15.04 | 100 |
| Total | 246 | 100 | |

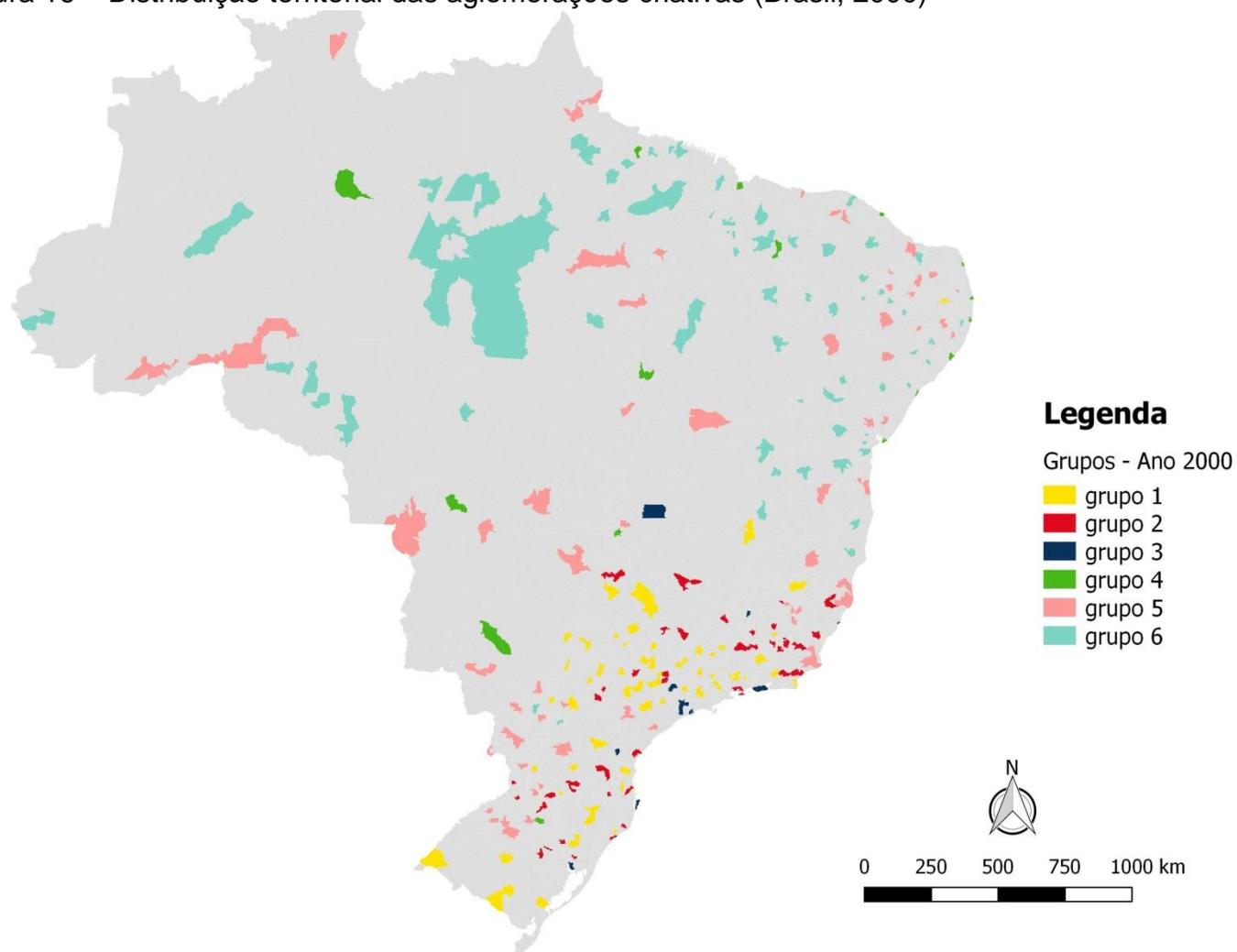
Fonte: A autora, 2018. Baseado nos microdados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE.

Tabela 5 – Taxas médias para os respectivos grupos (2010)

| Taxas | Grupos | | | | | |
|---------------------------------|---------------|----------|----------|----------|----------|----------|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| Taxa de esgoto | 0.90 | 0.82 | 0.94 | 0.70 | 0.48 | 0.39 |
| Rendimento médio do trabalho | 1507.41 | 1247.05 | 2151.38 | 1447.30 | 980.29 | 647.33 |
| Taxa de PO do setor | 0.17 | 0.13 | 0.25 | 0.17 | 0.10 | 0.07 |
| Taxa de formalidade do setor | 0.68 | 0.67 | 0.67 | 0.67 | 0.64 | 0.55 |
| Taxa de curso superior no setor | 0.27 | 0.25 | 0.29 | 0.24 | 0.18 | 0.15 |
| Taxa de pós-graduação no setor | 0.15 | 0.11 | 0.18 | 0.14 | 0.10 | 0.05 |
| Coefficiente de Gini | 0.51 | 0.50 | 0.59 | 0.61 | 0.56 | 0.54 |
| Taxa de cursos criativos | 0.19 | 0.16 | 0.23 | 0.17 | 0.11 | 0.06 |
| REGIC | 6.11 | 7.18 | 2.89 | 3.67 | 6.92 | 7.62 |

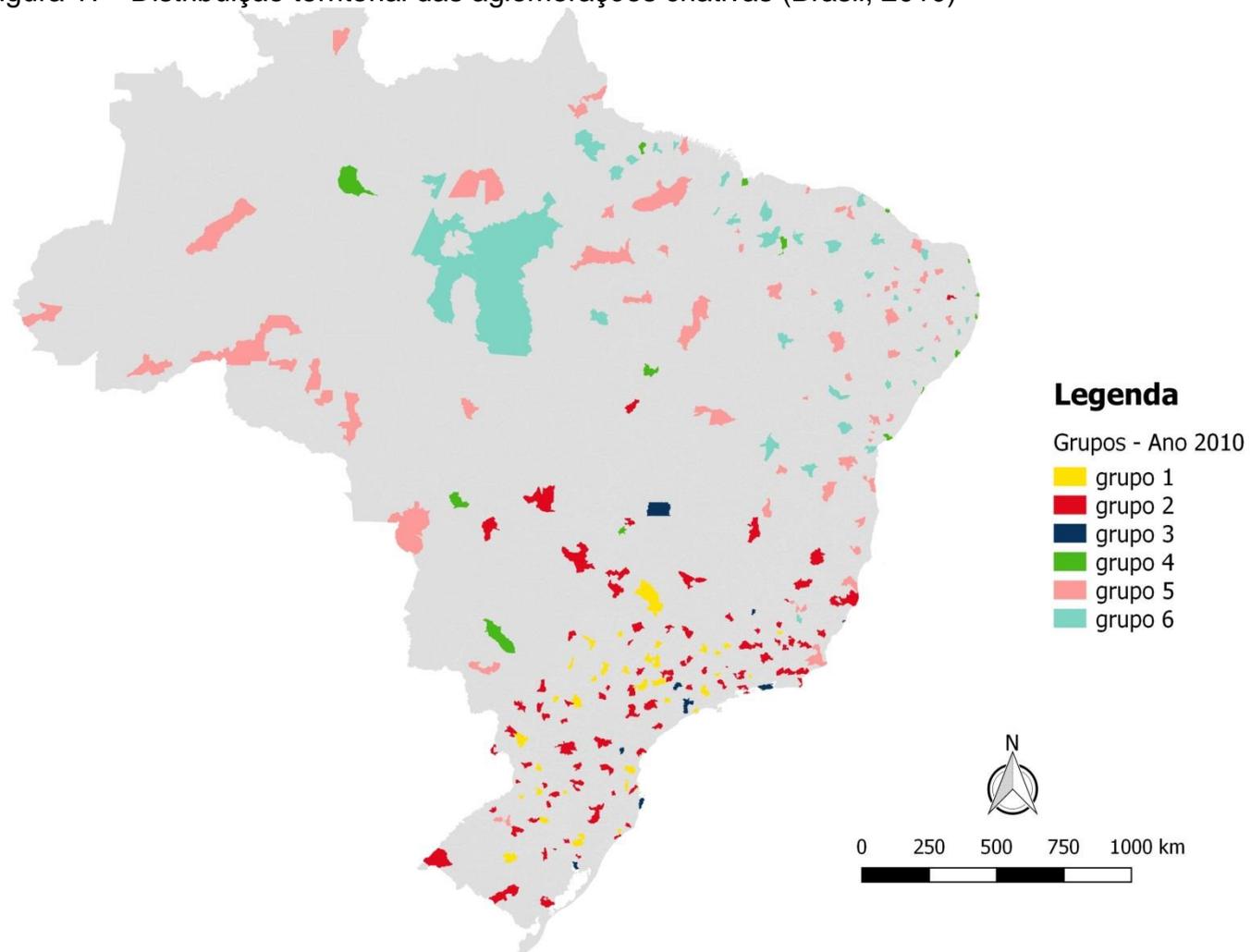
Fonte: A autora, 2018. Baseado nos microdados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE.

Figura 16 – Distribuição territorial das aglomerações criativas (Brasil, 2000)



Fonte: A autora, 2018. Baseado nos microdados do Censo Demográfico 2000 do IBGE.

Figura 17– Distribuição territorial das aglomerações criativas (Brasil, 2010)



Fonte: A autora, 2018. Baseado nos microdados do Censo Demográfico 2010 do IBGE.

A partir da apresentação dos dados acima, conclui-se que o grupo mais dinâmico foi o terceiro (grupo 3), que engloba a grande metrópole nacional (São Paulo e sua ACP); as duas metrópoles nacionais (ACP do Rio de Janeiro e ACP de Brasília); as capitais dos estados das regiões sul e sudeste e seus respectivos ACP's (Belo Horizonte, Vitória, Curitiba, Porto Alegre e Florianópolis); duas cidades do interior de São Paulo no ano 2000 (ACP de Campinas e ACP de Santos) e apenas uma delas (ACP de Campinas) no ano 2010.

Tal grupo apresentou os maiores valores para todas as taxas em ambos os anos, exceto para o REGIC (já que o mesmo engloba as cidades mais influentes e, portanto, estão nos primeiros níveis – 1, 2, 3 e 4 – valor médio baixo é considerado positivo) e para o coeficiente de Gini. Florida (2005) afirma que a desigualdade é maior nos epicentros criativos da economia americana, mas por outro lado, o autor argumenta que a criatividade é o maior “nivelador”, já que desafia gênero, raça, etnia, orientação sexual e aparência externa. Sendo assim, o fato do coeficiente de Gini não ter sido o maior para esse grupo, demonstra mais uma vantagem do mesmo sobre os outros grupos estimados.

O grupo 3 representa o “*grande polo criativo nacional*”, formado por grandes cidades; com escala urbana e seus benefícios; robustez institucional e consequente capacidade de promover a criatividade e potencializar o crescimento local. Nesse sentido, Florida, Adler e Mellander (2016) justificam que as atividades inovativas e as *start-ups* – que antes tinham uma orientação voltada para o subúrbio – agora estão se concentrando em áreas urbanas mais densas, que possuem talento e diversidade para a sua constituição e estão mais propensas a essas atividades. A ideia intrínseca é a de que existe uma conexão entre o nível de tolerância de uma área metropolitana, sua diversidade étnica e social e seu sucesso na atração de pessoas talentosas, incluindo trabalhadores de alta tecnologia (FLORIDA, 2005).

Em termos de dinamismo, o próximo grupo que se destacou foi o primeiro, sendo formado por 57 cidades em 2000, passando para 36 em 2010. Os níveis REGIC variaram de 5 a 8, demonstrando que o grupo é formado basicamente por municípios do interior dos estados do sul e sudeste, tais como ACP de Uberlândia; Uberaba; Lavras; Viçosa; ACP Volta Redonda - Barra Mansa; ACP de Ribeirão Preto; ACP de São José dos Campos; São Carlos; ACP de Londrina; Pato Branco; ACP de Joinville; Criciúma; Balneário Camboriú; ACP de Caxias do Sul; dentre outros. Tal grupo pode ser classificado como o “*polo criativo nacional*”, caracterizado por se concentrar em

idades médias e com abrangência regional, principalmente. É importante destacar que suas cidades se mostraram mais dinâmicas do que as capitais e municípios mais influentes (na hierarquia urbana) de outras regiões do país.

A exceção para a unanimidade das regiões sul e sudeste no grupo 1 foi para o ACP de Campina Grande, que apareceu na estimação do ano 2000. O motivo provável para a existência do *outlier* é o fato da cidade possuir a Fundação Parque Tecnológico da Paraíba (PqTcPB), instituição que age como apoio técnico-administrativo a universidades; agência de fomento à pesquisa; interveniente na captação de convênios e como prestadora de serviços especializados (FUNDAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO DA PARAÍBA, 2018).

No ano 2010 tal grupo se tornou mais homogêneo e as taxas se mostraram não só superiores às das do ano 2000, mas também superiores aos outros 4 grupos, por unanimidade. Além disso, é o segundo grupo com o coeficiente de Gini mais baixo; é dinâmico e possui níveis de desigualdade relativamente baixos. Vale destacar que a maioria dos seus municípios possui *campus* de alguma universidade pública, o que justifica as altas taxas de escolaridade (em nível superior e de pós-graduação) e o seu consequente dinamismo.

O fato do grupo 1 possuir cidades com sedes de grandes universidades brasileiras, é um indício de que a governança é um fator chave para a formação de aglomerados produtivos e sua consequente implicação para o desenvolvimento regional. Segundo Florida (2005), a universidade torna-se mais crítica do que nunca como fornecedora de talento, conhecimento e inovação, na era do capitalismo criativo. A universidade cumpre esse papel ao realizar e publicar abertamente pesquisas e educar os seus alunos, gerando novas descobertas e aumentando sua eminência.

O grupo 4 formado pelas capitais dos estados das regiões norte, nordeste e centro-oeste, também apresentou taxas expressivas e pode ser chamado de “*polo criativo regional*”. Os níveis REGIC de tal grupo variaram de 3 a 5, e a única cidade que não seguiu o padrão – de capital de estado – foi Passo Fundo, mas que apareceu somente na estimação de 2000. Mesmo obtendo taxas muito próximas, ou até mais baixas do que o grupo 2, os critérios para classificá-lo como um grupamento mais dinâmico foram maiores valores para: rendimento médio do trabalho e taxa de pessoal ocupado no setor criativo.

Ao comparar tal grupo com aquele formado pelas capitais do sul e sudeste (grupo 3), verificam-se taxas menores de esgotamento sanitário e de distribuição de

renda (maior coeficiente de Gini dentre todos os grupos). Ou seja, apesar das cidades do grupo 4 possuírem relativa influência na rede urbana brasileira e, principalmente, nos contextos regionais, como as Regiões Metropolitanas de Recife, Fortaleza, Salvador, Manaus e Belém, o desempenho insatisfatório dos indicadores de qualidade de vida implicam dinamismo inferior do que o verificado em algumas cidades médias de menor importância urbana, mas localizadas no eixo sul-sudeste. Acredita-se que há mais entraves para o crescimento socioeconômico desse grupo e que provavelmente ele é formado por municípios com especialização em setores criativos, com potencial para o desenvolvimento de aglomerações produtivas de relevância regional. Outra hipótese é de que seja formado por áreas urbanas já congestionadas, menos atrativas para pessoas e empresas, que podem funcionar como enclaves produtivos, com limitados efeitos de transbordamento espacial.

O grupo 2 foi o quarto grupo em termos de dinamismo, classificado como “*região criativa complementar*”. Sua quantidade de cidades mais do que dobrou entre 2000 e 2010, perdendo um pouco de sua homogeneidade. No ano 2000 tal grupo possuía 41 cidades e os níveis REGIC variavam de 6 a 8, sendo que os municípios eram principalmente do interior do sul e sudeste do país, exceto por Itumbiara. Em 2010, o grupo já possuía 89 municípios e alguns deles com nível 5 no REGIC (além daqueles com nível 6, 7 e 8, como em 2000). As exceções ao eixo sul-sudeste aumentaram, englobando mais duas cidades de Goiás, duas do Mato Grosso e uma da Paraíba.

O grupo é formado basicamente por cidades médias e possui o menor coeficiente de Gini dentre todos analisados. Se comparado com os próximos grupos (5 e 6) que possuem uma média de nível REGIC próxima ou até menor (do que 7,22 e 7,18 em 2000 e 2010, respectivamente), as suas taxas são superiores e, conseqüentemente, o dinamismo também. Assim como acontece com o grupo 1, o mesmo se destaca frente a outros que possuem cidades mais influentes na rede urbana (pois se localizam nas regiões sul e sudeste).

O grupo 5 foi aquele que se mostrou mais heterogêneo dentre todos os estimados pelo modelo, sendo também chamado de “*região criativa complementar*”. O mesmo englobou os níveis REGIC de 5 a 8 e o número de cidades variou de 58 para 60 entre 2000 e 2010. O grupo apresentou municípios presentes em todas as regiões do país, além de algumas capitais da região norte: Porto Velho; Rio Branco; Boa Vista e ACP de Macapá. No ano de 2010, a configuração do grupo 5 apresentou

variação, com a saída, principalmente, de municípios do sul e sudeste e entrada de mais municípios do norte e nordeste, tornando-se um pouco mais homogêneo do que no período anterior.

As taxas para tal grupo foram baixas se comparadas aos outros, o que indica que ele não pode ser considerado dinâmico em termos de criatividade. O mesmo ocorre para o grupo 6, que apresentou os piores indicadores do modelo. Tal grupo compreende basicamente cidades do interior do Norte e Nordeste do país, com algumas exceções em 2000 (1 cidade do Mato Grosso, 1 de Minas Gerais e 2 do Paraná) e com uma exceção em 2010, que foi a cidade de Manhuaçu.

A média do REGIC para tal grupo é a maior e, portanto, o mesmo é formado por cidades pouco influentes na rede urbana e ainda localizadas em regiões menos privilegiadas socioeconomicamente. Desta forma, era esperado que o grupamento menos dinâmico possuísse tais características, indo ao encontro do que é preconizado pela teoria. Desta forma, o grupo não mostra potencial para o surgimento de uma aglomeração produtiva, o que pode ser justificado por sua escala urbana menos expressiva e fora do polo nacional, inviabilizando o dinamismo do setor e demonstrando que a atividade criativa incipiente não possui força para impulsionar o seu desenvolvimento.

Desta forma, a estimação da análise multivariada de agrupamentos encontrou três grupos principais, em termos de dinamismo do setor criativo no Brasil. Os três foram classificados, respectivamente, como *grande polo criativo nacional*, *polo criativo nacional* e *polo criativo regional*, demonstrando um potencial para formação de aglomerados produtivos do setor. As cidades que formam tais grupamentos se destacam devido à sua infraestrutura urbana; robustez institucional; governança; presença de mão de obra especializada; posição na hierarquia urbana e proximidade ao eixo mais dinâmico do país. Uma vez que tais localidades possuem potencial para a emergência desses aglomerados produtivos, seus efeitos multiplicadores positivos impactam diretamente o desenvolvimento local. Destaca-se que para verificar se os grupos estimados são efetivamente aglomerações produtivas, é preciso investigar a fundo o ambiente institucional; analisar o nível de especialização local; etc., o que pode ser uma agenda para uma pesquisa dinâmica futura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação caracterizou-se por analisar a existência de potenciais aglomerados produtivos do setor criativo no Brasil. Ao mapear os grupos de municípios criativos por intermédio de uma análise de grupamentos não espacial, o estudo indicou as localidades nas quais a indústria criativa possui maior dinamismo no país e seu provável alcance espacial. Além disso, discutiu de que forma tais grupos podem contribuir para a dinâmica socioeconômica local.

A literatura acerca de aglomerados produtivos foi intensamente explorada neste estudo, destacando-se que tais aglomerados têm a capacidade de gerar externalidades positivas para as firmas que os compõe, produzindo efeitos multiplicadores para suas regiões. Mais especificamente, a emergência de áreas especializadas em setores criativos constitui importante condicionante para o desenvolvimento econômico devido à sua capacidade de gerar bens e serviços de elevado valor agregado; estimular expressivos efeitos de encadeamento setoriais e espaciais; estimular a produção e a dispersão do conhecimento e da inovação em um ciclo virtuoso.

As atividades criativas são, em geral, intensivas em capital humano (e artístico); inovação; tecnologia; capacidade empreendedora; etc., fatores que tendem a se concentrar em ambientes urbanos e metropolitanos. Desta forma, a questão urbana é de especial interesse quando se trata do tema. Nessa linha, destacaram-se os argumentos de autores como Florida (2005), que salienta que as cidades tolerantes atraem as pessoas talentosas, que por sua vez atraem as firmas de tecnologia; e Storper e Venables (2004), que sugerem que o contato face-a-face e o “burburinho” gerado pelo mesmo, são os fatores chaves para a emergência dos aglomerados produtivos.

Ao delinear os padrões regionais específicos para os municípios brasileiros, a dissertação apresentou um desenho geral das suas condições socioeconômicas entre 2000 e 2010, identificando as áreas com melhores indicadores (mais dinâmicas), bem como a importância relativa do setor criativo em tais localidades. Verificou-se que os indicadores censitários para o setor demonstraram expressiva heterogeneidade, além da sua concentração no eixo centro sul do país ou nos grandes polos metropolitanos de suas diferentes macrorregiões. Uma vez identificadas essas particularidades,

criou-se uma tipologia regional para o setor criativo através do método de análise multivariada de agrupamentos. Tal método possibilitou a junção dos municípios de acordo com sua similaridade em relação aos indicadores escolhidos.

Desta forma, a estimação do modelo encontrou três grupos principais, em termos de dinamismo do setor criativo no Brasil. Os três foram classificados, respectivamente, como *grande polo criativo nacional*, *polo criativo nacional* e *polo criativo regional*, demonstrando um potencial para formação de aglomerados produtivos do setor. As cidades que formaram tais grupamentos se destacam devido à sua infraestrutura urbana; robustez institucional; governança; presença de mão de obra especializada; posição na hierarquia urbana e proximidade ao eixo mais dinâmico do país. A análise da efetividade de existência desses aglomerados torna-se uma agenda de estudos futuros. Para tal, será preciso investigar a fundo o ambiente institucional; analisar o nível de especialização local; etc.

Por fim, o presente estudo pretende contribuir para a pauta de políticas públicas do país, tendo em vista a importância que o setor criativo possui no desencadeamento de efeitos econômicos positivos nas suas respectivas localidades. Tais efeitos foram largamente discutidos por meio da literatura vigente e, foram evidenciados através das análises realizadas tanto em termos qualitativos – para os dados censitários – quanto quantitativos – pelo método de grupamentos. Sendo assim, o mapeamento das potenciais aglomerações criativas informa aos tomadores de decisão quais as áreas que necessitam de uma atenção especial, voltada para o estímulo direto ao seu surgimento; por outro lado, tais informações possibilitam, também, identificar aquelas áreas que necessitam de políticas voltadas para os fatores que fomentam tais atividades, uma vez que o setor criativo ainda é incipiente.

REFERÊNCIAS

BADIA, Bruno D.; FIGUEIRÊDO, LÍZIA. Impacto das Externalidades Dinâmicas de Escala sobre o Crescimento do Emprego Industrial nas Cidades Brasileiras. In: **XII Encontro Regional de Economia**, 2007, Fortaleza. Anais do XII Encontro Regional de Economia. 2007.

BARROS, Ricardo Paes de. A Efetividade do Salário Mínimo em Comparação à do Programa Bolsa Família como Instrumento de Redução da Pobreza e da Desigualdade. In: IPEA. **Desigualdade de Renda no Brasil: Uma análise da queda recente**. 2. ed. Brasília: Ipea, 2007. Cap. 34. p. 507-549.

BOTTAZZI, Giulio; GRAGNOLATI, Ugo. Cities and Clusters: Economy-Wide and Sector-Specific Effects in Corporate Location. **Regional Studies**, [s.l.], v. 49, n. 1, p.113-129, 30 nov. 2012. Informa UK Limited.

BOURDIEU Pierre. **Distinction: A Social Critique of the Judgement of Taste**. London: Routledge, 2010.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano da Secretaria da Economia Criativa**. 2. ed. Brasília: Ministério da Cultura, 2011. 156 p.

CARDOSO, Marcos Vinicius. **A Proposição de um Modelo de Análise para a Indústria Criativa de Videogames no Brasil**. 2013. 334 f. Tese (Doutorado) - Curso de Administração, Departamento de Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

CORAZZA, Rosana Icassatti. Criatividade, inovação e economia da cultura: abordagens multidisciplinares e ferramentas analíticas. **Revista Brasileira de Inovação**, Campinas, v. 12, n. 1, p.207-231, jun. 2013.

DURANTON, Gilles; PUGA, Diego. Nursery cities: urban diversity, process innovation, and the life cycle of products, **American Economic Review**, 91, 1457–1477, 2001.

FERREIRA, Maria Julia de Barros; MENEZES FILHO, Naercio; KOMATSU, Bruno. Produtividade e Educação nos Municípios Brasileiros. **Policy Paper Insper**, São Paulo, n. 24, p.1-21, maio 2017.

FLORIDA, Richard. **Cities and the creative class**. New York: Routledge, 2005. 198p.

_____. **The rise of the creative class**. New York: Basic Books, 2002. 434p.

FLORIDA, Richard; ADLER, Patrick; MELLANDER, Charlotta. The city as innovation machine. **Regional Studies**, [s.l.], v. 51, n. 1, p.86-96, 15 dez. 2016. Informa UK Limited.

GALLIANO, Danielle; MAGRINI, Marie-benoît; TRIBOULET, Pierre. Marshall's versus Jacobs' Externalities in Firm Innovation Performance: The Case of French Industry. **Regional Studies**, [s.l.], v. 49, n. 11, p.1840-1858, 13 out. 2014. Informa UK Limited.

GALVÃO JUNIOR, Alceu Castro. Desafios para a universalização dos serviços de água e esgoto no Brasil. **Rev Panam Salud Publica**, Brasil, v. 6, n. 25, p.548-556, 2009.

GOLGHER, André Braz. As cidades e a classe criativa no Brasil: diferenças espaciais na distribuição de indivíduos qualificados nos municípios brasileiros. **Rev. Bras. Estud. Popul.**, São Paulo, v. 25, n. 1, p.109-129, 2008. Trimestral.

_____. A distribuição de indivíduos qualificados nas regiões metropolitanas brasileiras: a influência do entretenimento e da diversidade populacional. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p.109-134, jan. 2011.

HENDERSON, Vernon; KUNCORO, Ari; TURNER, Matthew. Industrial development in cities, **Journal of Political Economy**, 103, 1067–1090, 1995.

HOWKINS, John. **Creative economy: how people make money from ideas**. Penguin Global, 2002 [2001].

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Comissão Nacional de Atividades Econômicas**. 2017. Disponível em: <<http://cnae.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/atividades-economicas/classificacao-nacional-de-atividades-economicas>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

_____. **Microdados do Censo 2000**. 2001. Disponível em: <http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm#>. Acesso em: 03 maio 2017.

_____. **Microdados do Censo 2010**. 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_gerais_a_mostra/resultados_gerais_amostra_tab_uf_microdados.shtm>. Acesso em: 03 maio 2017.

_____. **Regiões de Influência das Cidades**: 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 201 p.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Desafios do Desenvolvimento**: O que é? Índice de Gini. 2004. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28&Itemid=23> . Acesso em: 21 jun. 2017.

JACOBS, Jane. **The economy of cities**. Middlesex: Penguin Books, 1969.

LANDRY, Charles. **The creative city: a toolkit for urban innovators**. New York: Routledge, 2008 [2000].

LASTRES, Helena Maria Martins; FERRAZ, João Carlos. Economia da Informação, do Conhecimento e do Aprendizado. In: LASTRES, Helena Maria Martins; ALBAGLI, Sarita. **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. Cap. 1. p. 27-57.

LIMA, Ana Carolina C.; SIMOES, Rodrigo; HERMETO, Ana Maria. Desenvolvimento regional, hierarquia urbana e condição de migração individual no Brasil entre 1980 e 2010. **Eure: Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales**, Chile, v. 42, n. 127, p.55-85, set. 2016.

_____. Determinantes Socioeconômicos, Estruturas Produtivas Regionais e Condição Ocupacional no Brasil, 2000-2010. **Econ. Apl.**, Ribeirão Preto, v. 19, n. 2, p. 299-323, jun. 2015.

LUCAS, Robert E.. On the mechanics of economic development. **Journal of Monetary Economics**, 38–39, 1998.

MACHADO, Ana Flávia; SIMÕES, Rodrigo Ferreira; DINIZ, Sibelle Cornélio. Urban Amenities and the Development of Creative Clusters: The Case of Brazil. **Current Urban Studies**, [s.l.], v. 01, n. 04, p.92-101, 2013. Scientific Research Publishing, Inc.,

MARSHALL, Alfred (Ed.). Organização Industrial (Continuação): Concentração de Indústrias Especializadas em Certas Localidades. In: MARSHALL, Alfred (Ed.). **Princípios de Economia: Tratado Introdutório**. 8. ed. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1920. Cap. 10. p. 317-331. (Volume 1 - Livro quarto). Tradução revista de Rômulo Almeida e Ottolmy Strauch.

MELLO, Rafael F.; SANTOS, Daniel D.. **Aceleração educacional e a queda recente da informalidade**. 39. ed. Rio de Janeiro: Ipea, 2009. Nota Técnica.

MENEZES FILHO, Naercio et al. O Impacto do Ensino Superior sobre o Trabalho e a Renda dos Municípios Brasileiros. **Policy Paper Insper**, São Paulo, n. 20, p.1-40, ago. 2016.

MINGOTI, Sueli Aparecida. Análise de agrupamentos (cluster). In: MINGOTI, Sueli Aparecida. **Análise de dados através de métodos de estatística multivariada: Uma abordagem aplicada**. Belo Horizonte: Editora Ufmg, 2007. Cap. 6. p. 155-211.

NOVA SCOTIA. THE CREATIVE NOVA SCOTIA LEADERSHIP COUNCIL. **Creative Economy Literature Review**. Nova Scotia: The Creative Nova Scotia Leadership Council, 2012. 58 p.

O'CONNOR, Justin. Intermediaries and Imaginaries in the Cultural and Creative Industries. **Regional Studies**, [s.l.], v. 49, n. 3, p.374-387, 9 jan. 2013. Informa UK Limited.

FUNDAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO DA PARAÍBA. **Homepage PaqTcPB**. 2018. Disponível em: <<http://www.paqtc.org.br/>>. Acesso em: 01 fev. 2018.

PINTO, Gabriel Bicharra Santini; AFONSO, Marcio Felipe de Araujo Lima. O Mapeamento das Indústrias Criativas no Brasil. **Revista de Design, Inovação e Gestão Estratégica**, [s.l.], v. 4, n. , p.1-16, jul. 2013.

REICH, Robert B.. As três funções do futuro. In: REICH, Robert B.. **O Trabalho das Nações: Preparando-nos para o Capitalismo do século 21**. São Paulo: Educator, 1994. Cap. 14. p. 159-171.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Cidades Criativas: da teoria à prática**. São Paulo: Sesi - Sp, 2012. 236 p.

RIGBY, David L.; BROWN, W. Mark. Who Benefits from Agglomeration? **Regional Studies**, [s.l.], v. 49, n. 1, p.28-43, 29 jan. 2013. Informa UK Limited.

ROCHA, Sonia. O Programa Bolsa Família: Evolução e efeitos sobre a pobreza. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 1 (41), p.113-139, abr. 2011.

RODRIGUES, Pilar Luz. A Economia Criativa nas Relações Internacionais. **Cadernos do Ceom**, [s.l.], v. 26, n. 39, p.36-53, jul. 2013.

ROMER, Paul M.. Increasing Returns and Long-Run Growth. **Journal of Political Economy**, Chicago, v. 94, n. 5, p.1002-1037, out. 1986.

SERRA, Neusa; FERNANDEZ, Rafael Saad. Economia Criativa: Da Discussão do Conceito à Formulação de Políticas Públicas. **Revista de Administração e Inovação**, São Paulo, v. 11, n. 4, p.355-372, dez. 2014.

SILVA, Diana Lúcia Gonzaga da; SANTOS, Gervásio Ferreira dos; FREGUGLIA, Ricardo da Silva. Distribuição espacial dos efeitos de aglomeração sobre os retornos à educação no Brasil entre 1995 e 2008. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, p.7-46, ago. 2016.

SOLOW, Robert M.. A Contribution to the Theory of Economic Growth. **The Quarterly Journal of Economics**, Cambridge, v. 70, n. 1, p.65-94, fev. 1956.

STORPER, Michael; HARRISON, Bennett. Flexibility, hierarchy and regional development: The changing structure of industrial production systems and their forms of governance in the 1990s. In: NETWORKS OF INNOVATORS (1., 1990, Montreal). **Anais...** . North-holland: Elsevier Science Publishers, 1991. v. 20, p. 407 - 422.

STORPER, Michael; SCOTT, Allen J (Ed.). The Wealth of Regions: Market forces and policy imperatives in local and global context. **Futures**, Great Britain, v. 27, n. 5, p.505-526, 1995.

STORPER, Michael; VENABLES, AnthonyJ.. Buzz: face-to-face contact and the urban economy. **Journal Of Economic Geography**, [s.l.], v. 4, n. 4, p.351-370, 1 ago. 2004. Oxford University Press (OUP).

TAYLOR, Calvin. Between Culture, Policy and Industry: Modalities of Intermediation in the Creative Economy. **Regional Studies**, [s.l.], v. 49, n. 3, p.362-373, 8 jan. 2013. Informa UK Limited.

ULYSSEA, Gabriel. Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 26, n. 4 (104), p.596-618, out.-dez. 2006.

UNCTAD. **Creative Economy Report 2013: Widening Local Development Pathways**. Usa: United Nations Development Programme (undp), 2013. 190 p.

APÊNDICE – Relação de cidades que compõe as aglomerações criativas

Quadro 6 – Cidades que compõe o grupo 1 (ano 2000)

| Grupo1 | | | |
|-----------------------|-----------------------|---------------------|--------------------|
| Campina Grande | Lavras | Varginha | Ituiutaba |
| Juiz de Fora | Poços de Caldas | Volta Redonda | São Lourenço |
| Montes Claros | Cabo Frio | Araçatuba | Viçosa |
| Uberlândia | Barretos | Araraquara | Resende |
| Ribeirão Preto | Botucatu | Bauru | Teresópolis |
| São José do Rio Preto | Catanduva | Marília | Andradina |
| Londrina | Rio Claro | Piracicaba | Assis |
| Maringá | São Carlos | Presidente Prudente | Avaré |
| Blumenau | São João da Boa Vista | São José dos Campos | Bragança Paulista |
| Joinville | Pato Branco | Sorocaba | Guaratinguetá |
| Caxias do Sul | Joaçaba | Ponta Grossa | Itapetininga |
| Santa Maria | Lages | Criciúma | União da Vitória |
| Governador Valadares | Bagé | Pelotas | Balneário Camboriú |
| Pouso Alegre | Uberaba | Alfenas | Uruguaiana |
| | | | Itajubá |

Fonte: A autora, 2018. Baseado nos microdados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE.

Quadro 7 – Cidades que compõe o grupo 2 (ano 2000)

| Grupo2 | | | |
|-------------------------|----------------------|---------------|--------------------------|
| Divinópolis | Itajaí | Colatina | São João Del Rei |
| Ipatinga | Rio do Sul | Itaperuna | Angra dos Reis |
| Cachoeiro do Itapemirim | Tubarão | Macaé | Araras |
| Novo Hamburgo | Bento Gonçalves | Nova Friburgo | Santo Antônio da Platina |
| Barbacena | Erechim | Franca | Araranguá |
| Muriaé | Lajeado | Jaú | Brusque |
| Passos | Santa Cruz do Sul | Limeira | Concórdia |
| Patos de Minas | Itumbiara | Ourinhos | Mafra |
| Ponte Nova | Cataguases | Paranaguá | São Miguel do Oeste |
| Ubá | Conselheiro Lafaiete | Caçador | Videira |
| | | | Frederico Westphalen |

Fonte: A autora, 2018. Baseado nos microdados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE.

Quadro 8 – Cidades que compõe o grupo 3 (ano 2000)

| Grupo3 | | |
|----------------|----------------|---------------|
| São Paulo | Belo Horizonte | Vitória |
| Rio de Janeiro | Curitiba | Campinas |
| Brasília | Porto Alegre | Florianópolis |
| | | Santos |

Fonte: A autora, 2018. Baseado nos microdados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE.

Quadro 9 – Cidades que compõe o grupo 4 (ano 2000)

| Grupo4 | | | |
|---------------|----------|-------------|--------------|
| Manaus | Salvador | Natal | Campo Grande |
| Belém | Goiânia | João Pessoa | Cuiabá |
| Fortaleza | São Luís | Maceió | Palmas |
| Recife | Teresina | Aracaju | Passo Fundo |

Fonte: A autora, 2018. Baseado nos microdados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE.

Quadro 10 – Cidades que compõe o grupo 5 (ano 2000)

| Grupo5 | | | |
|----------------------|-------------------|-----------------------|---------------|
| Porto Velho | Manhuaçu | Caruaru | Rondonópolis |
| Feira de Santana | São Mateus | Petrolina | Anápolis |
| Ilhéus | Apucarana | Barreiras | Rio Verde |
| Vitória da Conquista | Campo Mourão | Teófilo Otoni | Gurupi |
| Cascavel | Foz do Iguaçu | Campos dos Goytacazes | Currais Novos |
| Chapecó | Francisco Beltrão | Ijuí | Arcoverde |
| Rio Branco | Guarapuava | Dourados | Palmares |
| Boa Vista | Paranavaí | Parnaíba | Alagoinhas |
| Marabá | Toledo | Caicó | Caratinga |
| Macapá | Umuarama | Pau dos Ferros | Linhares |
| Araguaína | Santa Rosa | Guarabira | Itapeva |
| Imperatriz | Santo Ângelo | Patos | Registro |
| Sobral | Barra do Garças | Sousa | Xanxerê |
| Mossoró | Cáceres | Serra Talhada | Carazinho |
| | | Paulo Afonso | Cruz Alto |

Fonte: A autora, 2018. Baseado nos microdados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE.

Quadro 11 – Cidades que compõe o grupo 6 (ano 2000)

| Grupo6 | | | |
|-----------------|------------------------|---------------------|------------------------|
| Ariquemes | Iguatu | Redenção | Cruz das Almas |
| Cacoal | Itapipoca | Santarém | Eunápolis |
| Ji-Paraná | Juazeiro do Norte | Tucuruí | Guanambi |
| Vilhena | Quixadá | Bacabal | Irecê |
| Cruzeiro do Sul | Açu | Balsas | Itaberaba |
| Parintins | Cajazeiras | Caxias | Jacobina |
| Tefé | Itaporanga | Chapadinha | Jequié |
| Abaetetuba | Afogados da Ingazeira | Pedreiras | Ribeira do Pombal |
| Altamira | Araripina | Pinheiro | Santo Antônio de Jesus |
| Bragança | Garanhuns | Presidente Dutra | Senhor do Bonfim |
| Breves | Vitória de Santo Antão | Santa Inês | Teixeira de Freitas |
| Cametá | Arapiraca | Campo Maior | Valença |
| Capanema | Santana do Ipanema | Floriano | Janaúba |
| Castanhal | Itabaiana | Picos | Cianorte |
| Itaituba | Bom Jesus da Lapa | São Raimundo Nonato | Ivaiporã |
| Paragominas | Brumado | Cratêus | Sinop |

Fonte: A autora, 2018. Baseado nos microdados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE.

Quadro 12 – Cidades que compõe o grupo 1 (ano 2010)

| Grupo1 | | | |
|-----------------------|---------------------|---------------|----------------------|
| Uberlândia | Criciúma | Caxias do Sul | Botucatu |
| Ribeirão Preto | Alfenas | Santa Maria | São Carlos |
| São José do Rio Preto | Marília | Passo Fundo | Pato Branco |
| Londrina | Piracicaba | Uberaba | Joaçaba |
| Cascavel | Presidente Prudente | Varginha | Itajubá |
| Maringá | São José dos Campos | Volta Redonda | Viçosa |
| Blumenau | Santos | Araçatuba | Assis |
| Chapecó | Sorocaba | Araraquara | Balneário Camboriú |
| Joinville | Lavras | Bauru | Frederico Westphalen |

Fonte: A autora, 2018. Baseado nos microdados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE.

Quadro 13 – Cidades que compõe o grupo 2 (ano 2010)

| Grupo2 | | | |
|-------------------------|----------------------|-----------------------|--------------------------|
| Divinópolis | Bagé | Macaé | Avaré |
| Governador Valadares | Tubarão | Nova Friburgo | Resende |
| Ipatinga | Santa Rosa | Barretos | Teresópolis |
| Pouso Alegre | Uruguaiana | Catanduva | Andradina |
| Teófilo Otoni | Bento Gonçalves | São João da Boa Vista | Bragança Paulista |
| Cachoeiro do Itapemirim | Erechim | Rio Claro | Guaratinguetá |
| Ponta Grossa | Lajeado | Franca | Itapetininga |
| Pelotas | Santa Cruz do Sul | Jaú | Itapeva |
| Novo Hamburgo | Itumbiara | Limeira | Registro |
| Barbacena | Anápolis | Ourinhos | Cianorte |
| Muriaé | Rio Verde | Paranaguá | Ivaiporã |
| Passos | Barra do Garças | Caçador | União da Vitória |
| Patos de Minas | Rondonópolis | Apucarana | Araranguá |
| Poços de Caldas | Gurupi | Campo Mourão | Brusque |
| Campina Grande | Cataguases | Foz do Iguaçu | Concórdia |
| Juiz de Fora | Conselheiro Lafaiete | Francisco Beltrão | Mafra |
| Montes Claros | São João Del Rei | Guarapuava | São Miguel do Oeste |
| Ponte Nova | Linhares | Paranavaí | Videira |
| Ubá | Ituiutaba | Toledo | Xanxerê |
| Colatina | São Lourenço | Umuarama | Carazinho |
| Cabo Frio | Angra dos Reis | Itajaí | Cruz Alta |
| Itaperuna | Araras | Lages | Rio do Sul |
| | | | Santo Antônio da Platina |

Fonte: A autora, 2018. Baseado nos microdados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE.

Quadro 14 – Cidades que compõe o grupo 3 (ano 2010)

| Grupo3 | | |
|----------------|----------------|---------------|
| São Paulo | Belo Horizonte | Vitória |
| Rio de Janeiro | Curitiba | Campinas |
| Brasília | Porto Alegre | Florianópolis |

Fonte: A autora, 2018. Baseado nos microdados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE.

Quadro 15 – Cidades que compõe o grupo 4 (ano 2010)

| Grupo4 | | |
|---------------|-------------|--------------|
| Manaus | Goiânia | Maceió |
| Belém | São Luís | Aracaju |
| Fortaleza | Teresina | Campo Grande |
| Recife | Natal | Cuiabá |
| Salvador | João Pessoa | Palmas |

Fonte: A autora, 2018. Baseado nos microdados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE.

Quadro 16 – Cidades que compõe o grupo 5 (ano 2010)

| Grupo5 | | | |
|----------------------|------------------|-----------------------|------------------------|
| Porto Velho | São Mateus | Petrolina | Janaúba |
| Feira de Santana | Ariquemes | Barreiras | Eunápolis |
| Ilhéus | Cacoal | Ji-Paraná | Senhor do Bonfim |
| Vitória da Conquista | Vilhena | Campos dos Goytacazes | Currais Novos |
| Santarém | Cruzeiro do Sul | Ijuí | Arcoverde |
| Juazeiro do Norte | Tefé | Dourados | Alagoinhas |
| Rio Branco | Bragança | Parnaíba | Caratinga |
| Boa Vista | Paragominas | Florianópolis | Serra Talhada |
| Marabá | Tucuruí | Picos | Paulo Afonso |
| Macapá | Balsas | Caicó | Guaranhuns |
| Araguaína | Pedreiras | Pau dos Ferros | Guanambi |
| Imperatriz | Presidente Dutra | Cajazeiras | Irecê |
| Sobral | Sinop | Patos | Jequié |
| Mossoró | Cáceres | Sousa | Santo Antônio de Jesus |
| Caruaru | Cruz das Almas | Santo Ângelo | Teixeira de Freitas |

Fonte: A autora, 2018. Baseado nos microdados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE.

Quadro 17 – Cidades que compõe o grupo 6 (ano 2010)

| Grupo6 | | | |
|---------------|------------------------|---------------------|--------------------|
| Parintins | Itapipoca | Bacabal | Arapiraca |
| Abaetetuba | Quixadá | Caxias | Santana do Ipanema |
| Altamira | Açu | Chapadinha | Itabaiana |
| Breves | Guarabira | Pinheiro | Bom Jesus da Lapa |
| Cametá | Itaporanga | Santa Inês | Brumado |
| Capanema | Afogados da Ingazeira | Campo Maior | Itaberaba |
| Castanhal | Araripina | São Raimundo Nonato | Jacobina |
| Itaituba | Palmares | Crateús | Ribeira do Pombal |
| Redenção | Vitória de Santo Antão | Iguatu | Valença |
| | | | Manhuaçu |

Fonte: A autora, 2018. Baseado nos microdados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE.